

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

DENISE ORLANDI COLLUS

ENVELHECER LONGE DE CASA:
Aspectos culturais e sociais de refugiados na cidade de
São Paulo

MESTRADO EM GERONTOLOGIA

São Paulo

2014

DENISE ORLANDI COLLUS

**ENVELHECER LONGE DE CASA:
Aspectos culturais e sociais de refugiados na cidade de
São Paulo**

Dissertação apresentada ao
Programa de Estudos Pós-
graduados em Gerontologia da
Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Gerontologia, sob
orientação da Professora Doutora
Silvana Totorá.

São Paulo

2014

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

À suprema luz que me acompanha e me guia.

Ao meu pai Antônio Wagner (*in memória*), que foi a minha margem e meu porto seguro.

À minha avó paterna Dalila (*in memória*), minha confidente e amiga.

À minha caríssima mãe Lídia, que, mesmo não entendendo minhas decisões, sempre me apoiou e me incentivou.

Às minhas irmãs Adriana e Luciane, sobrinhas Julia e Laura e ao meu cunhado João Luiz, por representarem mais que uma família.

Ao meu companheiro Francisco, que sempre entendeu a minha dedicação e entusiasmo pelo trabalho junto aos refugiados e me incentivou para que realizasse esta pesquisa.

Às pessoas em situação de refúgio que generosamente me acolhem em suas vidas e me ensinam, não somente o que é um refúgio, mas como é possível nos tornarmos melhores diante das adversidades.

Às pessoas em situação de refúgio entrevistadas nesta pesquisa, por sua generosidade e confiança, pois não só contribuíram como abriram suas CASAS e suas VIDAS para que ela se concretizasse.

AGRADECIMENTOS

Ao SESC de São Paulo, na figura de Danilo Santos de Miranda, Joel Naimayer Padula, Maria Alice Oieno Nassif e Marina Marcela Herrero, que sempre acreditou no trabalho sociocultural com refugiados.

À Gerência de Estudos e Programa da Terceira Idade pelo incentivo à pesquisa sobre tema do Envelhecimento.

À equipe do Centro de Acolhida a Refugiados e em especial a Assistente Social Adelaide P. Guabiara pela dedicação e comprometimento na acolhida e proteção aos refugiados.

À estimada professora e orientadora Silvana Totorá, que com todo o entusiasmo que lhe é peculiar, me permitiu viajar, compartilhar e principalmente transportar minha experiência profissional nesta pesquisa. Sua calma e compreensão em entender o quão difícil é levar a prática à academia fizeram com que esta experiência fosse construída de momentos prazerosos.

A todo o corpo docente do programa de Pós-Graduação em Gerontologia e ao secretário Rafael, que considero uma grande e forte comunidade comprometida com o universo do envelhecimento.

À professora Dr.^a Vânia Ramos, que muito me ajudou com suas sugestões e orientações na qualificação.

À caríssima professora Dr.^a Maria Lúcia Martinelli, que há tempos acompanho em razão da admiração pela dedicação incansável à profissão do Assistente Social, sempre com muita delicadeza e segurança. Agradeço por suas orientações e envolvimento na temática sobre o refúgio.

Às professoras doutoras Cilene Swain Canôas e Elizabeth F. Mercadante por aceitarem o nosso convite em participar da banca, contribuindo ainda mais para a qualidade desta pesquisa.

À Joana de Fátima pela sensibilidade e profissionalismo na correção desta dissertação.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar as variáveis que contribuíram para a adaptação ao processo de envelhecimento por parte refugiados com mais de 55 anos de idade na cidade de São Paulo. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do refúgio e do envelhecimento para subsidiar a compreensão do problema selecionado: envelhecer longe de casa: refúgio e velhice. Com base na história oral obtida por meio de entrevistas abertas com nove refugiados de distintas nacionalidades, identificaram-se algumas variáveis que foram similares entre os pesquisados quanto à sua vivência e/ ou expectativa de envelhecer. Dentre as variáveis que podem aumentar a probabilidade de um envelhecimento bem-sucedido destacam-se a autonomia, domínio da língua falada no país da acolhida, crença religiosa, hospitalidade, família e liberdade. Entretanto, três outras características podem dificultar essa adaptação à velhice: a dependência financeira, a doença e a vulnerabilidade da família. O resultado da pesquisa corrobora tal afirmação, e revela uma capacidade extraordinária de superação desses refugiados, capacidade talvez advinda das muitas habilidades a que foram obrigados a desenvolver ao longo de vidas marcadas justamente por desafios e superações.

Palavras-chaves: refúgio, envelhecimento, cultura, superação.

ABSTRACT

The objective of this research work was to identify and analyze the variables that contributed to the adaptation to the aging process by refugees aged over 55 years in the city of São Paulo. A review of the literature on refugees and aging was undertaken to assist in understanding the issue selected for study: aging away from home: refuge and old age. Based on the oral life history - obtained through open interviews - of nine refugees from different nationalities, some variables were identified that were similar among the interviewees regarding life experience and/ or expectations about aging. Among the variables that may increase the likelihood of successful aging are autonomy, mastery of the host country's language, religious beliefs, hospitality, family and freedom. However, three other features can hinder adaptation to old age: financial dependency, disease and family vulnerability. The result of the research supports this assertion, and reveals these refugees' extraordinary capacity to overcome challenges, which derives perhaps from the abilities they were forced to develop throughout their lives marked by challenges and achievements.

Keywords: refuge, aging, culture, overcome.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	
Contextualizando o refúgio	
1.1. Populações em situação de refúgio e imigração	28
1.1.1. O Refugiado	29
1.1.2. O Apátrida	30
1.1.3. O Reassentado	31
1.1.4. O Solicitante de Refúgio	33
1.1.5. A Repatriação Voluntária	33
1.1.6. O Deslocado Interno	34
1.1.7. O Migrante Internacional	35
1.2. O papel do ACNUR na proteção aos refugiados	36
1.2.2. A proteção Internacional	37
1.2.2. A Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados	38
1.2.3. O Comitê Executivo	39
1.2.4. Direito dos Refugiados	39
1.3. Os instrumentos de Proteção ao Refugiado no Brasil	39
1.3.1. O papel do ACNUR no Brasil	40
1.3.2. O papel do CONARE	40
1.3.3. Procedimentos para Solicitação de Refúgio	41
1.3.4. Mecanismo de Integração	43
1.3.5. O papel da Caritas	44
1.3.6. O papel do Serviço Social do Comércio de São Paulo	45
CAPÍTULO 2	
O refúgio para o próprio refugiado	46
CAPÍTULO 3	
Processo de integração do refugiado na sociedade brasileira	
3.1. Desterro e reterritorialização	61
3.2. A Língua Portuguesa e a cultura brasileira	69
3.3. Hospitalidade	81
3.4. Liberdade	86
CAPÍTULO 4	
A dimensão da velhice e do envelhecimento para o refugiado	
4.1. Envelhecer em situação ímpar	95
4.2. A percepção da velhice pelo refugiado	104
4.3. Emancipar-se para bem envelhecer	110
4.4. O sentido de CASA para o refugiado	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXOS	129

Pátria Minha

A minha pátria é como se não fosse, é íntima
Doçura e vontade de chorar; uma criança dormindo.
É minha pátria. Por isso, no exílio,
Assistindo dormir meu filho,
Choro de saudades de minha pátria.

Se me perguntarem o que é a minha pátria direi:
Não sei. De fato, não sei
Como, por que e quando a minha pátria
Mas sei que a minha pátria é a luz, o sal e a água
Que elaboram e liquefazem a minha mágoa
Em longas lágrimas amargas.

Vontade de beijar os olhos de minha pátria
De niná-la, de passar-lhe a mão pelos cabelos...
Vontade de mudar as cores do vestido (auriverde!) tão feias
De minha pátria, de minha pátria sem sapatos
E sem meias pátria minha
Tão pobrinha!

Porque te amo tanto, pátria minha,
Eu que não tenho Pátria,
Eu semente que nasci do vento
Eu que não vou e não venho, eu que permaneço
Em contato com a dor do tempo, eu elemento
De ligação entre a ação o pensamento.
Eu fio invisível no espaço de todo adeus Eu, o sem Deus!

Tenho-te, no entanto em mim como um gemido
De flor; tenho-te como um amor morrido
A quem se jurou; tenho-te como uma
Sem dogma; tenho-te em tudo em que não me sinto a jeito
Nesta sala estrangeira com lareira
E sem pé-direito.

Ah, pátria minha, lembra-me uma noite no Maine
Nova Inglaterra
Quando tudo passou a ser infinito e nada terra
E eu vi alfa e beta de Centauro escalarem o monte até o céu
Muitos me surpreenderam parado no campo sem luz
À espera de ver surgir a Cruz do Sul
Que eu sabia, mas amanheceu...

Fonte de mel, bicho triste, pátria minha Amada, idolatrada,
salve, salve!
Que mais doce esperança acorrentada
O não poder dizer-te: aguarda...
Não tardo!
Quero rever-te, pátria minha, e para
Rever-te me esqueci de tudo

Fui cego, estropiado, surdo, mudo
Vi minha humilde morte cara a cara
Rasguei poemas, mulheres, horizontes
Fiquei simples, sem fontes.

Pátria minha... A minha pátria não é florão, nem ostenta
Lábaro não; a minha pátria é desolação
De caminhos, a minha pátria é terra sedenta
E praia branca; a minha pátria é o grande rio secular
Que bebe nuvem, come terra
E urina mar.

Mais do que a mais garrida a minha pátria tem
Uma quentura, um querer bem, um bem
Um *libertas quae sera tamen*
Que um dia traduzi num exame escrito:
"Liberta que serás também"
E repito!

Ponho no vento o ouvido e escuto a brisa
Que brinca em teus cabelos e te alisa
Pátria minha, e perfuma o teu chão...
Que vontade de adormecer-me
Entre teus doces montes, pátria minha
Atento à fome em tuas entranhas
E ao batuque em teu coração.

Não te direi o nome, pátria minha
Teu nome é pátria amada, é patriazinha
Não rima com mãe gentil
Vives em mim como uma filha, que és
Uma ilha de ternura: a Ilha
Brasil, talvez.

Agora chamarei a amiga cotovia
E pedirei que peça ao rouxinol do dia
Que peça ao sabiá
Para levar-te presto este avigrama:
"Pátria minha, saudades de quem te ama...
Vinicius de Moraes." ¹

¹ VINICIUS DE MORAIS. Poesia Completa e Prosa, 1998.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de imigrantes, fruto de uma diversidade de etnias, raças e nacionalidades, porém, mesmo sabendo que nosso país foi construído por mãos de imigrantes que aqui chegaram voluntariamente, novos fluxos de imigrantes não voluntários, são desconhecidos praticamente por toda a nação brasileira. São os “nossos” refugiados, na maioria das vezes entregues à própria sorte. E o que dizer, então, dos refugiados de mais idade? O que sabemos deles? Quem são eles? Como tem sido sua reinserção num país distante e desconhecido? Que direitos têm – ou não têm? Como se veem envelhecendo longe de suas raízes?

Dessas interrogações nasceu esta pesquisa. Quis conhecer mais profundamente os refugiados mais velhos, com os quais tenho o contato permanente.

A Convenção de 1951 estabeleceu o status de refugiados e instituiu a documentação legal para que assim fosse considerado um refugiado, definindo sua obrigação legal em relação ao Estado. Passados mais de 60 anos, a figura do refugiado ainda tem gerado muita desconfiança, má compreensão e desrespeito. Existe um descaso com aquele que, diariamente, expõe sua vida e a de seus familiares ao enfrentar travessias suicidas na esperança de chegar a cruzar uma fronteira e atingir um porto que, imagina ele, seja seguro, humano e solidário.

Alguns países desenvolvidos carregam dívidas com suas ex-colônias e, ainda, assim, buscam insensatamente barreiras físicas, através de muros erguidos do dia para a noite, e barreiras legais. Chega a ser insana a tentativa de deter gigantescas ondas de imigrantes que insistem em chegar à sua “terra prometida”. Ao agir desta forma, esses países acabam alimentando um mercado altamente lucrativo: o dos traficantes de pessoas, que negociam maneiras de transpor essas barreiras cada vez mais complexas impostas por essas nações.

Não existem barreiras físicas ou legais capazes de impedir imigrantes ou mesmo refugiados em sua luta pela liberdade. Ao tentar superá-las, acreditam que

terão maior sorte que outros imigrantes, afinal de contas, é melhor morrer tentando do que morrer no inferno em que se encontram.

Para nós, brasileiros, cenas de barcos resgatados à deriva nos mares do continente europeu, de grupos escondidos dentro de tanques de gasolina na fronteira entre México e Estados Unidos estão muito longe de nossas preocupações diárias. Quando nos deparamos com essas cenas, rapidamente pensamos que temos pobres o suficiente para ajudar ou bandidos demais para nos preocuparmos.

Pensamos assim e nos sentimos, de certa forma, capazes de nos manter distantes geograficamente de países que se encontram mergulhados em conflitos étnicos, políticos, religiosos. Mas não. Existem 7.289 refugiados, oriundos desses países, que vivem no Brasil, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR¹. Não chega a ser um número representativo quando comparado aos 45 milhões espalhados pelos quatro cantos do mundo, retratados diariamente pela mídia, espremidos em pequenas embarcações, arrastando-se nas estradas ou mesmo sobrevivendo em intermináveis campos de refugiados.

Para este contingente de refugiados não existe outra saída, apenas fugir, mesmo que para isso lutem contra todos os tipos de fronteiras, físicas ou jurídicas. A meta é tentar alcançar um lugar seguro. No caso de muitos africanos, escondidos em porões úmidos e fétidos, resta rezar a seus deuses para que não sejam descobertos e jogados ao mar.

No decorrer de uma aula de sociologia, escutei a frase do professor: “Onde há dor haverá sempre uma terra sagrada.” Hoje entendo que, para um solicitante de refúgio ou refugiado, chegar à sonhada “terra sagrada” significa pagar muito caro aos “guardiões” das fronteiras ou aos “traficantes de homens e de almas”, que prometem levá-lo a um destino certo. Porém, essa terra sagrada, para muitos desses refugiados, não chegará nunca, sendo o deserto, o cárcere ou o mar sua última morada.

¹ www.unchr.brasil - acessado em 07/07/2014

Como brasileira, estava acostumada à realidade de muitos brasileiros que deixavam e ainda deixam o Brasil em busca de oportunidades de trabalho, mesmo que colocando suas vidas e sua dignidade em risco. A crença de que “lá fora” a vida será melhor e mais justa do que aqui leva muitos brasileiros a abrir mão de sua cidadania na busca por uma nova terra. Nas palavras de Bourdieu:

(...) nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o “imigrante” situa-se nesse lugar “bastardo” de que Platão também fala, a fronteira entre o ser e o não-ser social. Deslocado, no sentido de incongruente e importuno, ele suscita o embaraço; e a dificuldade que se experimenta em pensá-lo – até na ciência, que muitas vezes adota, sem sabê-lo, os pressupostos ou as omissões da visão oficial – apenas reproduz o embaraço que sua inexistência incômoda cria (1998, p.11).

Abandonei a minha zona de conforto quando os personagens dessas trágicas histórias deixaram de estar apenas na tela da televisão ou nas páginas dos jornais e se apresentavam em carne e osso em frente à minha mesa de trabalho. Num cenário quase que inimaginável, pessoas vindas do Sudão, Butão, Iraque, República Democrática do Congo, Colômbia e Eritreia passaram a fazer parte de minha rotina.

O contato com solicitantes de refúgio e refugiados nos faz abrir os olhos para suas tragédias individuais ou mesmo para as catástrofes que nos exigem iniciativas humanitárias. Isso, mais e mais, nos vai desafiando a buscar saídas rápidas e eficientes na tentativa de amenizar suas necessidades mais emergenciais, e é uma tarefa de todos os profissionais envolvidos nesta acolhida. O tempo nem sempre é nosso aliado, mas dependemos dele para assimilarmos os fatos, aprendendo com os erros para não errar no futuro.

Precisei estar frente à frente com inúmeros solicitantes de refúgio e refugiados para perceber que a realidade é outra, e o Brasil transforma-se em um país possível de chegar. São muitos os imigrantes que batem à nossa porta em busca de segurança, paz e liberdade. Numa fala de D.S., refugiada sérvia, está o porquê de sua escolha pelo Brasil.

- Escolhemos o Brasil pois desejávamos estar o mais longe possível do continente europeu, que assistiu de braços cruzados ao genocídio que acontecia em países vizinhos.

A dinâmica do refúgio não é fácil de compreender, seja para o próprio refugiado seja para o profissional que passará a atendê-lo. Necessitamos levantar, o mais rápido possível, informações sobre quem é esse sujeito, de onde vem e em que língua podemos nos comunicar, para que seja estabelecido um primeiro contato e, se possível, seja estabelecida uma relação de confiança. Nosso trabalho procura amenizar barreiras culturais, linguísticas e de religião, entre outras, imprescindíveis para darmos início à etapa de sua integração, proteção e reinserção na sociedade brasileira.

Estamos acostumados com a realidade brasileira, em que o poder público somente se faz presente diante de situações inumanas denunciadas pela mídia. Tal atitude deixa clara a ausência de planejamento, de recursos e de espaços físicos para abrigar pessoas que chegam diariamente a São Paulo. Recentemente, por exemplo, tivemos o caso de imigrantes haitianos que foram trazidos para a capital paulista depois de um longo tempo sobrevivendo graças à ajuda da sociedade civil no Estado do Acre, mais precisamente em Brasileia. O advento de refugiados de diversas procedências à mesma São Paulo, porém, é tão significativa quanto o dos haitianos, mas raramente recebe tal destaque em páginas de jornal. Trata-se, quase sempre, de uma chegada invisível e silenciosa.

A Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, que define mecanismos para a implantação do Estatuto dos Refugiados de 1951, é considerada uma das leis mais amplas² no que se refere ao refúgio, ao permitir que qualquer estrangeiro expresse sua vontade de solicitar refúgio ao Brasil, porém, tem se mostrado ineficaz quanto à aplicabilidade e suporte social e cultural.

A situação de refúgio é, por si, complexa também para os profissionais do Serviço Social, os primeiros a lidar com o refugiado, seja por questões de língua,

² Título II do Ingresso no Território Nacional e do Pedido de Refúgio. Art.7º - estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontra na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.

cultura, religião, valores, etc. Mas essa complexidade tende a ser maior ainda no Brasil pela escassez de registros, de informações e metodologias de intervenção. Como afirma Rodrigues:

“Se o Serviço Social não contribui diretamente para o avanço das teorias sociológicas ou antropológicas, entre outras, contribui efetivamente para o avanço das formas de abordagens práticas do real”. (1995, p.155)

Através da interação com esses sujeitos e a partir das informações surgidas, se estabelecem mecanismos de compreensão e ativação de ações possíveis que dinamizam a compreensão desta realidade.

Conforme nos ilustra Critelli:

Os outros nos dão notícias de nós mesmos. Como nos olham, o que dizem a nosso respeito, o que esperam positiva e negativamente de nós, como se comportam conosco. São os primeiros e principais fios com os quais tecemos nosso próprio olhar e talhamos nossa identidade. Nossa singularidade é construção plural e temporal, instrumentada pelas palavras. Os relatos dos outros sobre nós tornam-se nossos próprios relatos e autointerpretações. (2012, p.46)

Mesmo vivendo num país sem um conflito deflagrado, existem cidadãos brasileiros que se encontram refugiados em outros países, conforme noticia o Jornal Folha de São Paulo³, mas a existência de brasileiros refugiados é praticamente desconhecida no cotidiano de nosso país.

Em meu trabalho pude acompanhar apenas o único fim de uma guerra, o de Angola, em 2002, país africano que por mais de 38 anos sangrou em razão de uma guerra civil que resultou em 1,7 milhão de refugiados e condenou à morte mais de dois milhões de pessoas.⁴

Ter acompanhado o fim desse conflito foi muito importante, por razões óbvias: de lá para cá, nenhuma guerra, conflito ou mesmo crise humanitária foi

³ <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/01/1399789-brasileiros-refugiados-somam-mais-de-mil.shtml> (cidadãos brasileiros encontram-se refugiados em razão de perseguição por questões homofóbicas, políticas, entre outras) - acessado em 24/06/2014

⁴ www.acnur.org.br - acessado em 19/01/2014.

encerrada ou mesmo sinalizado um fim próximo, o que significa um permanente sofrimento de milhões de seres humanos.

O fim de uma guerra não significa o fim do fluxo de refugiados, já que o refúgio não é justificado apenas por uma nação que enfrenta uma generalizada violação de direitos humanos. O refúgio pode ser requerido por um determinado grupo ou um indivíduo que sente sua vida ameaçada.

As razões que levam um sujeito a sentir que sua vida corre perigo geralmente estão associadas a questões étnicas, sexuais, políticas, religiosas, etc. Questões de gênero, por exemplo, estão muito presentes no continente africano. Mulheres de várias faixas etárias são obrigadas a fugir de seus lares ou de seus países por graves violações de direitos humanos, principalmente por violações sexuais, tanto por parte de grupos “rebeldes” como por parte do “exército”, que deveria protegê-las. Muitos são os casos de mulheres que são banidas de suas famílias em razão da violência sexual.

Muitas vezes o silêncio não significa paz e, sim, a saída para se evitar uma nova onda de perseguições, torturas e morte. (grifo nosso).

O objetivo desta pesquisa é conhecer o refúgio apresentado pelos próprios refugiados, neste caso, refugiados com mais de cinquenta e cinco anos. Trata-se de uma pequena parcela dentro de um grande grupo de refugiados que reside em São Paulo, cujas inúmeras particularidades demandariam outras pesquisas para um mais amplo conhecimento de todos.

Desde o ano de 1999, como funcionária do SESC, faço parte desse grupo de profissionais que buscam soluções para um apoio mais digno aos solicitantes de refúgio e refugiados. As equipes são interdisciplinares, o que possibilita atuar com maior segurança e dinamismo numa realidade complexa, sem rotina e extremamente particular, que requer uma busca contínua de conhecimento e reflexão para responder com iniciativas eficazes a situações tão particulares e distintas.

O compromisso estabelecido pelo SESC com a Caritas – Arquidiocesana de São Paulo, por convênio assinado em dezembro de 1995, está presente na vida de todos os solicitantes de refúgio e refugiados há dezenove anos. Por convite de Dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo, a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) passaram a integrar o sistema de apoio aos refugiados. O convênio estabelece que todos os refugiados residentes no Estado de São Paulo poderão se beneficiar de atividades e serviços oferecidos por estas entidades aos comerciários e seus familiares, sem distinção.

Desde março de 1996, solicitantes de refúgio e refugiados são encaminhados pela Caritas à unidade do SESC Carmo, localizada na região central de São Paulo, para o início do processo de reinserção à cultura brasileira. Antes, porém, os Assistentes Sociais na Caritas ficam responsáveis por colher dados pessoais e orientar sobre a emissão de documentos e sobre albergamento e encaminhamento à rede pública de saúde. Tanto na Caritas, quanto em toda a rede de apoio a tarefa está a cargo de uma equipe multiprofissional, formada por advogados, psicólogos, jornalistas, médicos, psiquiatras, entre outros.

Locais próprios para o abrigo dos solicitantes de refúgio e refugiados não existem no Brasil. Serão os centros de acolhida da rede pública que os receberão. No caso de família, apenas dois centros, localizados na Mooca e na região da Bela Vista, oferecem condições de acolhida; na indisponibilidade de vagas, a família será obrigada a separar-se, sendo mulheres e crianças pequenas enviadas para um abrigo, e os homens, para outro, reforçando ainda mais a sensação de vulnerabilidade emocional e solidão.

A necessidade de separar membros de famílias de refugiados ou mesmo de imigrantes em razão da falta de alojamento adequado para recebê-las evidencia o despreparo do Estado na acolhida e suporte a esses sujeitos. Mecanismos práticos e emergências poderiam evitar mais sofrimento na história dessas pessoas ao se verem obrigadas a separar-se mais uma vez.

Os albergues não se diferenciam uns dos outros, seja na cidade de São

Paulo, seja em outros Estados, no que diz respeito às regras e rotinas. É permitido ao usuário permanecer por cinco meses e vinte e nove dias. Nesse período, terá direito a uma cama, café da manhã, jantar, banho, local para sua higienização e um armário para guardar seus pertences.

A permanência de usuários em bom estado de saúde no interior de um albergue é das dezessete às sete horas da manhã – exceção dos enfermos, mulheres com crianças pequenas e idosos. O tempo ocioso, no caso de um refugiado, torna-se interminável já que, ao sair do albergue, geralmente busca desesperadamente preencher o vazio, perambulando por ruas e espaços da cidade.

A busca por uma nova rotina reinventa uma vida compartilhada e traz forte sensação de pertencimento e de enraizamento. A ruptura de seus vínculos originais gera sentimentos de insegurança, solidão e improdutividade e pode acarretar doenças crônicas. Recuperar a cidadania, a independência e a rotina de vida será um desafio que cada sujeito viverá individualmente, reaprendendo a mover-se, comunicar-se e interagir em um novo cenário.

Considero este o momento em que o SESC poderá exercer um papel de extrema relevância, pois graças à infraestrutura em suas unidades de serviços, tem como colocar à disposição uma nova rotina de inserção para este sujeito.

Atividades e serviços oferecidos pelo SESC São Paulo recebem o reconhecimento não somente do público assistido como de organizações locais e internacionais, porém, a postura de pessoas (comerciários) que utilizam os serviços do SESC Carmo, onde há a maior concentração de refugiados, nos remetem ao velho preconceito que tentamos combater.

Manifestações de preconceito ou mesmo de xenofobia se fazem presentes no contato diário entre esses cidadãos brasileiros e refugiados que frequentam os mesmos espaços das unidades do SESC.

Na maioria, são os africanos os mais atingidos por essa discriminação,

quando chamados de “nigerianos” ou “esses negros” de comportamentos e línguas estranhas.

As manifestações preconceituosas geralmente partem de pessoas idosas – e estranhamente são também elas que se consideram discriminadas socialmente. Imigrantes ou filhos de imigrantes, sendo alguns idosos de origem europeia, manifestam sua intolerância diante daqueles “estrangeiros” que cruzam seus caminhos. É comum ouvi-los indignados: ‘Essas pessoas de falas e roupas estranhas recebem benefícios e atenção que nós, idosos, não recebemos. Quem são eles, o que fazem aqui em meu país, em minha cidade, em meu SESC?

Cabe a nós lembrarmos a esses idosos que, em suas histórias de vida, a imigração se fez presente, direta ou indiretamente, e que esses - “os africanos” - detêm o mesmo direito de refazer suas vidas em terras brasileiras, como os demais imigrantes que foram obrigados a deixar sua pátria em razão de conflitos ou contingências econômicas e sociais.

Segundo Sposati, a tolerância da diferença é uma das questões mais em evidência atualmente na sociedade:

A diferença é na nossa sociedade, infelizmente, condicionada a uma escala preconceituosa de valor, que trabalha o *in* e o *out* como movimento de inclusão/exclusão. (...) A ruptura com o homogêneo que se confronta com o múltiplo supõe inclusive a ruptura da reclusão, o exercício da liberdade, o exercício do convívio da diferença. (1995, p.69)

Destaco o pensamento Habermas sobre o sentido de reconhecimento, que está estreitamente ligado ao preconceito que esse grupo especificamente enfrenta em seu dia a dia:

(...) o sentido de reconhecimento público pleno conta com duas formas de respeito: “1) o respeito pela identidade inconfundível de cada indivíduo, independentemente de sexo, raça ou procedência étnica; e 2) o respeito pelas formas de ação, práticas e visões peculiares de mundo que gozam de prestígio junto aos integrantes de grupos desprivilegiados. (...). Na questão do não reconhecimento cultural, um dos

grandes problemas é que grupos não-reconhecidos geralmente são marginalizados e discriminados, de modo que a exclusão social e cultural caminham juntas, alimentando-se e reforçando-se uma da outra ou que estão intimamente ligados a essas pessoas. (2004, p. 240).

O perfil do refúgio no Brasil caracteriza-se pelo contingente de jovens, em sua maioria, pessoas com idade entre 18 a 40 anos, e pouco mais de 3% com idade superior a 50 anos, contribuindo ainda mais para o distanciamento e percepção da difícil realidade em que vivem estes refugiados.

O baixo índice de idosos tem uma explicação: fugir de um país implica vencer barreiras físicas e econômicas, muitas vezes, atravessar zonas de conflito e arriscar-se em longas jornadas. Para um idoso a meta é alcançar um campo de refugiados e, para a maioria, esse campo pode ser a última morada.

A realidade do idoso refugiado nos pareceu repleta de perdas, saudades e dificuldades de assimilar uma nova cultura e sobreviver a ela. E mais, como na cultura ocidental, envelhecer é sinônimo de “perda”, o idoso refugiado é o emblema de inúmeras perdas e de restritos ganhos. No entanto, a pesquisa nos surpreendeu ao mostrar como os idosos por nós entrevistados criaram e ainda criam fórmulas de vidas, para si próprios e para os sujeitos que estão à sua volta.

Em relação a este estudo, em particular, interessou-me o modo como os refugiados com mais de cinquenta e cinco anos reorientaram suas vidas diante da impossibilidade de retorno à sua terra natal.

O objetivo principal foi refletir a respeito da velhice e da possibilidade de novos arranjos para idosos refugiados que tentam sobreviver longe da terra natal. Assim, uma pergunta norteou o presente estudo: **como é envelhecer longe de casa?**

Para encontrar subsídios que sustentassem a presente pesquisa, a saída foi recorrer aos estudos de Gerontologia que investigam os diferentes aspectos da velhice nas dimensões sociais e culturais, de forma a conhecer a relação entre a ve-

lhice e a condição de refugiado e perscrutar como o envelhecer afeta a sua vida, sua sociabilidade e subjetividade.

Tendo em vista os obstáculos próprios da falta de domínio do idioma português, a maneira que escolhi para trabalhar e me relacionar com os refugiados selecionados para esta pesquisa está contemplada nas palavras de Benjamin:

A alma, o olho e a mão estão assim inscritos num mesmo contexto. Interagindo, eles definem uma prática. Walter Benjamin (2012, p.197)

As entrevistas foram feitas respeitando a rotina de trabalho na unidade do SESC Carmo. O porquê dos encontros foi o único diferencial de assuntos tratados no dia a dia e tudo ocorreu sem problemas, da melhor forma possível e idealizada.

Os refugiados geralmente são marcados por experiências de desigualdade de oportunidades, de invisibilidade, perda de status social, isolamento e ausência de ideais e guardam um sofrimento mudo, vivido em solidão.

Empreguei o recurso metodológico das “histórias de vida” para a abordagem dos nove refugiados selecionados neste estudo. Aliás, esta metodologia tem sido muito utilizada nas pesquisas em gerontologia. Pelo simples fato de me interessar pela sua trajetória, senti que os refugiados entrevistados se livraram de uma história solitária que guardaram para si e, quem sabe, para os mais próximos e fizeram relatos surpreendentes que enriqueceram este trabalho.

Este estudo teve abordagem qualitativa, e minha preocupação maior era a intensidade do afeto provocado na relação - e não uma simples aplicação de questionário. Ativamos nossa percepção e nos abrimos para uma aproximação livre para compreender as experiências e, por parte deles, se fazerem compreendidos em relação à velhice longe da pátria, longe de suas CASAS.

Foi utilizado o método de História Oral, com suas técnicas de resgate oral, de modo que os depoimentos pudessem constituir material para a compreensão sobre o processo de envelhecimento. Assim, seus relatos podem ser projetados para o universo do envelhecimento de refugiados em solos brasileiros, podem ser

entendidos como um retrato o mais fiel possível de quem são eles, onde estão e o que pensam sobre esse fenômeno.

Procurei reter os procedimentos e adotar uma atitude em relação aos entrevistados com base nas orientações de Martinelli,

“Entender os processos históricos vividos pelos sujeitos sociais é um desafio que recorrentemente se coloca para os pesquisadores que têm real interesse em realizar suas pesquisas no âmbito das práticas sociais cotidianas”. Penetrar nesse universo tecido e conhecer esses sujeitos e seus modos de vida exige do pesquisador uma postura política, teórica-crítica, no sentido de colocar-se a escutar, de interrogar os silêncios e de querer efetivamente conhecer a história a partir da narrativa acerca dos caminhos percorridos por aqueles que estiveram envolvidos como os acontecimentos que queremos estudar.” (2012, p.3)

Foram selecionados nove refugiados: quatro mulheres e cinco homens, de diferentes nacionalidades (oriundos do Mali, Senegal, Paquistão, Iraque, Sérvia, Peru e Colômbia), não importando raça, origem, religião, língua, cultura e as razões que os levaram a solicitar refúgio em solo brasileiro. Interessou-me apenas compor um grupo de sujeitos com mais de cinquenta e cinco anos. Aliás, a idade não foi um critério exclusivo de escolha, mas sim, um vínculo já construído a partir de minha atuação no SESC junto aos refugiados.

A diversidade de nacionalidades dos entrevistados foi uma das grandezas desta pesquisa. Foi, para mim, uma rara oportunidade trabalhar com pessoas de culturas e políticas tão diferentes das nossas. Os entrevistados, vindos de países que até arriscamos dizer que já ouvimos falar algum dia, apresentaram de maneira única, enriquecedora e surpreendente suas culturas.

Os encontros foram realizados individualmente e ocorreram em lugares e horários previamente agendados. As entrevistas foram registradas em meu gravador e em meu diário de campo:

Conforme salienta Malinowski:

(...) há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados por meio de perguntas ou em documentos quantitativos, mas devem ser

observados in loco, na situação concreta em que acontecem. Entre eles se incluem coisas como a rotina de um dia de trabalho, os detalhes do cuidado do corpo, a maneira de comer e de preparar as refeições; o tom das conversas e da vida social ao redor das casas (1978, p.56).

Desde o início do projeto de pesquisa, como pesquisadora, eu tinha conhecimento de que o número de pessoas com mais de cinquenta e cinco anos era pequeno se comparado ao universo de refugiados com menos de cinquenta anos que vivem em São Paulo. Os refugiados com mais de cinquenta e cinco anos totalizam aproximadamente quarenta pessoas, mas quando buscamos pessoas com mais de sessenta anos e que mantêm contato permanente com o SESC e a Caritas, este número cai para quinze.

Foi preciso uma definição do perfil dos entrevistados, entendendo que para um envolvimento mais profundo na questão sobre o envelhecimento, os refugiados entrevistados deveriam ter uma razoável compreensão da Língua Portuguesa, para que, assim, compreendessem as questões e se manifestassem mais livremente.

Também pesaram na seleção dos participantes a representatividade e a diversidade cultural, religiosa, étnica e de história de vida, pois o intuito deste trabalho foi também contribuir com os profissionais que atuam junto aos refugiados, com os profissionais da gerontologia e até mesmo com outros refugiados que vivenciaram esta mesma experiência em suas vidas, especialmente os mais jovens. Entendo a importância dessas experiências como uma afirmação da vida e, com ela, um novo olhar sobre o envelhecimento e a velhice na condição de refúgio.

Para esta pesquisa, aplicou-se a nove refugiados um questionário com cinco perguntas abertas (Anexo 1). Para facilitar a comunicação e livre manifestação dos entrevistados, deixei claro que falassem sem a preocupação com a pronúncia correta. Em caso de dúvidas, eu lhes pediria explicação.

O questionário abordou aspectos ligados ao seu deslocamento e adaptação à cultura brasileira e sua visão sobre o envelhecer. As perguntas foram apresentadas

por mim, oralmente. Os encontros foram repletos de emoção, descontração e, acima de tudo, vitalidade e superação.

Os sujeitos foram informados sobre os procedimentos e objetivos da presente pesquisa. Após esclarecimentos de possíveis dúvidas, foi solicitado às pessoas que aceitaram participar da pesquisa que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2). Após assinatura, em duas vias, uma delas, com minha assinatura, foi entregue aos participantes.

O estudo não apresenta riscos previsíveis. Trata-se da aplicação de um roteiro para os refugiados com mais de cinquenta e cinco anos e que residem na cidade de São Paulo. Apesar de nenhum entrevistado ter se posicionado contrário à sua identificação, optamos por manter sob sigilo seus nomes. Todos são identificados pelas iniciais do nome.

Quando previamente selecionado o grupo de refugiados que seriam entrevistados para esta pesquisa, fiz um primeiro contato por telefone para compartilhar meu interesse em tê-los como entrevistados. No momento dos encontros, ou seja, quando pessoalmente lhes apresentei o tema da pesquisa, todos eles, sem exceção, manifestaram surpresa e mesmo curiosidade sobre o tema, alguns dizendo claramente que nunca haviam sido convidados a falar sobre como imaginam envelhecer e onde.

Alguns deles já tinham sido entrevistados por jornais, canais de televisão pelo fato de serem refugiados, porém, nunca o tema da velhice havia sido abordado – apenas o que sofreram em seus países e como é o seu presente em terras brasileiras.

Por mais fiel que seja a transcrição de um depoimento, jamais se consegue captar a intensidade do momento em que aquela fala foi realizada, a intensidade da voz, o olhar, a respiração e mesmo a surpresa de falar sobre algo que é complexo, mesmo para nós, que nos propomos a estudar o envelhecimento. A verdade é que certamente nos faltariam palavras ou mesmo domínio sobre o tema se o processo fosse vivenciado por nós, e não pelo outro.

As entrevistas tornam claro o efeito de esperança trazido pelos diálogos sobre as vidas dos refugiados, ao mesmo tempo em que comportam um valor ético e político de partilha de uma identidade humana comum entre entrevistadora e entrevistados. No horizonte de respeito total as particularidades de cada um foram responsáveis pelo ambiente de confiança estabelecida entre nós.

Destaco a reflexão de Rojas:

A reflexão na história de vida começa na qualidade da interação entre pesquisador e narrador, no sentido de que é nessa interação que se concretiza a dinâmica dos relatos, que conduz que o narrador “abra” sua memória para pensar sobre si mesmo, discutir para si e para o outro, neste caso, o pesquisador, sua própria participação dentro da história. (1999, p.89)

O quadro situacional da entrevista, aliás, contribui para este acolhimento, uma vez que a iniciativa parte do entrevistador, sendo que os potenciais entrevistados poderiam não aceitar a solicitação. Mas isso não aconteceu; pelo contrário, sua CASA me foi aberta e eu fui convidada a permanecer o tempo que fosse necessário.

Os resultados desta pesquisa serão apresentados em quatro capítulos. O Primeiro Capítulo traz o universo do refúgio, descrevendo quem são os sujeitos que vivenciam o refúgio, as diferentes nomenclaturas que os classificam como refugiados, de acordo com a organização das Nações Unidas e a rede de proteção, no âmbito governamental e civil, que atuam em parcerias no compromisso de integrá-los numa nova sociedade.

Dedico o Segundo Capítulo à apresentação dos refugiados entrevistados. Eles relataram as causas que os fizeram partir de seus países, a maneira que encontraram para chegar às terras brasileiras e os caminhos percorridos.

O Terceiro Capítulo desvenda os recursos e ferramentas utilizados para superar obstáculos vitais em sua inserção cultural, econômica e emocional, diante da necessidade de inventar arranjos que possibilitaram a sua sobrevivência em uma cidade como São Paulo, obstáculos estes que somente quem vive a situação do

desterro consegue dimensionar, entre eles, como reaprender a se comunicar, coisa que aprendemos quando crianças, de forma automática e instintiva. Parece situação fictícia, coisa própria para telas de cinema ou páginas de livro, pensar que um dia, depois de adultos, precisaremos reaprender a falar, a ler e a escrever, e também chegar a lugares totalmente desconhecidos, sem nos preocuparmos com a nossa integridade física.

No último Capítulo nos debruçamos sobre o tema Envelhecimento em um contexto diferente do que estamos acostumados a pesquisar, uma vez que os sujeitos entrevistados viveram esse processo longe de um contexto “natural”, ou seja, o de envelhecer perto de sua pátria, de suas raízes e de sua CASA. E se envelhecer, significa, hoje, uma reinvenção, segundo Guita (1989), na realidade de um refugiado, essa reinvenção é um “renascer para envelhecer” – e envelhecer com dignidade deixa de ser um trabalho apenas dele, mas do país que o acolhe.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZANDO O REFÚGIO

1.1. Populações em situação de refúgio e imigração.

A canção do estrangeiro

Estou à procura de um homem que não
conheço, que nunca foi tão eu mesmo
quanto desde que comecei a procurá-lo.
Teria ele meus olhos, minhas mãos e
todos esses pensamentos semelhantes
aos destroços deste tempo?
Estação de mil naufrágios, o mar deixa de ser mar,
para tornar água gelada dos túmulos.
Mas, mais longe, quem sabe mais longe?
Uma menina canta a contragosto, enquanto a noite rei-
na sobre as árvores, pastora em meio a seus carneiros.
Venham arrebatá-lo do grão de sal a sede que nenhuma
bebida poderá mitigar.
Com as pedras, um mundo se devora para ser, como
eu, de parte alguma.
Deixei uma terra que não era a minha por outra à qual
também não pertenço. Refugiei-me num vocábulo de
nanquim, e tenho o livro como espaço;
palavra de lugar nenhum, obscura fala do deserto.
Não me cobri durante a noite.
Nem mesmo tentei me proteger do sol. Andei nu.
De onde eu vinha, não fazia mais sentido;
Aonde eu ia não incomodava ninguém.
Vento, digo-lhes, vento.
E um pouco de areia no vento.

Edmond Jabés⁵

Nunca a existência do refugiado se fez tão presente em nosso dia a dia como hoje; e como os séculos XX e XXI têm sido considerados a era dos deslocamentos massivos, a mídia tem trazido para dentro de nossas casas imagens de desespero refletido nos rostos de pessoas em busca de refúgio.

Mesmo durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial ou na história de guerras de independência de ex-colônias, a figura do refugiado não era assimilada às gigantescas ondas de pessoas que fugiam de seus países em busca de segurança em outras fronteiras. Isso porque não existia a figura do refugiado nominalmente. Foi somente a partir de 1954 que o conselho da Organização das Nações

⁵ <http://revistapolichinelo.blogspot.com.br/2011/03/poemas-de-edmond-jabes.html>

Unidas criou o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Foi uma tentativa de cobrir uma lacuna, ou seja, a de garantir o reconhecimento de todo o indivíduo que fosse obrigado a deixar seu país por generalizada violação aos seus direitos como ser humano na terra natal. Ele passaria, assim, a contar com um suporte legal e social por parte desse braço da ONU.

Nem todo ser humano é um ser em deslocamento ou deslocar-se faz parte de sua natureza. Diferentes são as causas que levam homens, grupos ou mesmo multidões a embarcar nessas arriscadas e complexas travessias.

Para muitas pessoas e, em especial, para o povo brasileiro, chega a ser surpreendente a existência de refugiados em nosso país, e tendemos a generalizar todos os estrangeiros como imigrantes irregulares, mal sabendo que existem grupos distintos, que são os sujeitos retratados nesta pesquisa.

Assim como os refugiados, que precisam definir novos trajetos para chegar aos seus destinos, vou traçar alguns curtos caminhos na definição de sujeitos protegidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, na intenção de esclarecer quem são e por que estão fora de sua pátria.

1.1.1. O Refugiado

“Eles anseiam por uma sede em algum lugar ao longo da costa, um lugar onde possam deixar seu baú, se tiverem um; um lugar onde possam projetar suas mentes, onde possam divagar, e visualizar a posição da mobília e imaginar o que estarão fazendo os moradores nas diferentes horas do dia; um lugar onde possam enviar um cartão postal ou trazer uma lembrança; um lugar ao qual possam sempre regressar e estarem certos de serem bem recebidos.

Yi-Fu Tuan⁶

Um refugiado é uma pessoa que está fora de seu país natal devido a fundados temores de perseguição relacionados a raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política. São pessoas comuns, que tiveram de deixar para trás seus bens, empregos, familiares e amigos para preservar sua liberdade e sua vida.

⁶ YI-FU TUAN. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. 2012.

Também são consideradas refugiadas pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

Refugiados fugindo de guerras ou perseguições estão em situação de extrema vulnerabilidade. Eles não têm proteção de seus países, aliás, seu país de origem é que, muitas vezes, é o responsável pelas ameaças e perseguições. Se outros países não os receberem e não lhes garantirem auxílio, podem estar condenando-os à morte ou a uma vida intolerável, sem direitos ou segurança.

A prática de garantir asilos a pessoas perseguidas em outros países remonta a antiguidade. Referências ao tema foram encontradas em textos escritos há mais de 3.500 anos, durante o florescimento de grandes impérios no Oriente Médio, como o Hitita, o Babilônio, o Assírio e o Egípcio. Três milênios depois, a proteção de refugiados é a principal missão do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

1.1.2. O Apátrida

7 (rigores)

En las frontera
Del futuro
Hay un control
Estricto
Sólon on admitidos
Los sobrevivientes
Extranjero hasta allí
en aquel otro exilio me sentí
extranjero
hasta que llegó la manifestación
y me vi caminando
con hombres y mujeres del lugar
y dede los bordes
llos milicos locales
me miraron
con la misma inqiona
que los de mi ciudad.

Mario Benedetti⁷

⁷ MARIO BENEDETTI. Viento de Exilios. 1981.

Os apátridas são pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apatridia ocorre por várias razões, como discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer todos os residentes do país como cidadãos quando este país se torna independente (secessão de estados) e conflitos de leis entre países.

Tal problema causa um impacto enorme nas vidas dos indivíduos. Possuir uma nacionalidade é essencial para a completa participação na sociedade e pré-requisito para usufruir todos os aspectos dos direitos humanos.

Enquanto os direitos humanos são, em geral, usufruídos por todos, alguns outros, como o direito ao voto, podem estar limitados aos nacionais. Uma questão ainda mais preocupante é a de que muitos direitos dos apátridas são violados na prática - eles são frequentemente impossibilitados de obter documentos de identidade, correm o risco de serem detidos por não possuírem uma nacionalidade, além de lhes ser negado o acesso à educação, aos serviços de saúde e ao emprego.

Dada a seriedade do problema, em 1954, a ONU adotou a Convenção Sobre o Estatuto dos Apátridas. Atualmente a população de apátridas está estimada em cerca de 12 milhões de pessoas.

1.1.3. O Reassentado

Não te rendas

Não te rendas, ainda é tempo,
de se ter objetivos e começar de novo, aceitar tuas
sombras, enterrar teus medos, soltar o lastro,
retomar o voo.
Não te rendas que a vida é isso,
continuar a viagem, de seguir teus sonhos, destravar o
tempo, correr os escombros, e destapar o céu.
Não te rendas, por favor, não cedas,
ainda que o frio queime, ainda que o medo morda, ain-
da que o sol se esconda, e o vento se cale,
ainda existe fogo na tua alma., ainda existe vida
nos teus sonhos.
Porque a vida é tua e teu também o desejo.
Porque o tens querido e porque eu te quero.
Porque existe o vinho e o amor, é certo.
Porque não existem feridas que o tempo não cure.

Abrir as portas, tirar as trancas,
 abandonar as muralhas que te protegeram,
 viver a vida e aceitar o desafio, recuperar o sorriso,
 ensaiar um canto, baixar a guarda e estender as mãos,
 abrir as asas, e tentar de novo,
 celebrar a vida e se apossar dos céus.
 Não te rendas, por favor, não cedas,
 ainda que o frio te queime,
 ainda que o medo te morda,
 ainda que o sol ponha e se cale o vento,
 ainda existe fogo na tua alma,
 ainda existe vida nos teus sonhos.
 Porque cada dia é um novo começo.
 Porque esta é a hora e o melhor momento.
 Porque não estás sozinho, porque eu te amo.
 Mario Benedetti⁸

O Reassentamento é visto como uma solução duradoura quando o refugiado não consegue obter segurança física ou legal no país de primeiro asilo, ou quando não consegue integrar-se na sociedade, e se encontra em situação de risco social.

O reassentamento é o (re)começo de uma nova vida para os refugiados. É uma experiência tanto desafiadora quanto gratificante. Os refugiados são frequentemente reassentados em países onde a sociedade, a língua e a cultura são completamente novas para eles.

Uma recepção e integração efetivas beneficiam tanto os refugiados reassentados quanto o país que os acolhe. Os governos e as organizações não governamentais (ONGs) providenciam serviços que facilitam a integração, como orientação cultural e cursos de idioma e de treinamento vocacional, assim como programas que promovem o acesso à educação e à capacitação profissional.

1.1.4. O Solicitante de Refúgio.

«Ah! Os caminhos estão todos em mim.
 Qualquer distância ou direção, ou fim
 Pertence-me, sou eu. O resto é a parte
 De mim que chamo o mundo exterior.
 Mas o caminho de Deus eis se biparte
 Em o que eu sou e o alheio a mim»
 Fernando Pessoa⁹

⁸ MARIO BENEDETTI. Viento de Exilios. 1981.

O solicitante de refúgio é alguém que afirma ser um refugiado e que fez sua solicitação de refúgio às autoridades competentes, mas que ainda não teve seu pedido avaliado pelo país onde se encontra. Os sistemas nacionais de refúgio existem para decidir quais solicitantes de refúgio precisam de proteção internacional. É por isso que a pedra angular da proteção é o princípio da não devolução (ou *non refoulement*): o solicitante de refúgio e o refugiado não podem ser retornados a nenhum país ou fronteira onde sua vida corra risco.

O solicitante de refúgio precisará estar fora das fronteiras de seu país para que possa oficializar seu pedido de proteção.

1.1.5. A Repatriação Voluntária.

Ésta es mi casa

No cabe duda. Ésta es mi casa aquí sucedo, aquí me engaño inmensamente.

Ésta es mi casa detenida en el tiempo.

Llega el otoño y me defiende, la primavera y me condena.

Tengo millones de huéspedes

que rien y comen,

copulan y duermen,

juegan y piensan,

millones de huéspedes que se aburren y tienen pesadillas y ataques de nervios.

No cabe duda. Ésta es mi casa.

Todos los perros y campanarios pasan frente a ella.

Pero a mi casa la azotan los rayos

y un día se va a partir en dos.

Y yo no sabré dónde guarecerme

porque todas las puertas dan afuera del mundo.

Mario Benedetti¹⁰

O refugiado que desejar retornar ao seu país voluntariamente deverá manifestar-se oficialmente ao país de acolhida e ao ACNUR.

O ACNUR deve assegurar que futuros repatriados tenham acesso à informação rigorosa sobre as condições que vão encontrar no seu país de origem e sobre as formas e níveis de assistência que receberão no regresso. O ACNUR de-

⁹ FERNANDO PESSOA. Obra Poética, 1976.

¹⁰ MARIO BENEDETTI <http://www.poemas-del-alma.com/mario-benedetti-esta-es-mi-casa.htm#ixzz34QpOn8DP> acessado em 05/05/2014

ve monitorizar de perto tais programas de assistência de forma a assegurar que os repatriados recebam efetivamente o apoio que lhes foi prometido.

Onde necessário e possível, os escritórios do ACNUR localizados nos países de retorno dos refugiados também auxiliam e monitoram a reintegração para assegurar que a repatriação seja uma solução sustentável.

1.1.6. O Deslocado Interno.

“A guerra é uma cobra que usa os nossos próprios dentes para nos morder. Seu veneno circulava agora em todos os rios de nossa alma. De dia já não saíamos, de noite não sonhávamos. O sonho é o olho da vida. Nós estávamos cegos.

Mia Couto”¹¹

Deslocados internos são frequentemente confundidos com refugiados. Ao contrário destes, os deslocados internos não cruzaram uma fronteira internacional para encontrar abrigo, mas permanecem em seus países. Mesmo tendo fugido por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflito armado, violência generalizada, violação dos direitos humanos), os deslocados internos permanecem legalmente sob proteção de seu próprio governo – embora este governo possa ser a causa de sua fuga. Como cidadãos, eles devem ser protegidos e têm seus direitos previstos nos tratados internacionais de Direitos Humanos e do Direito Humanitário.

O mandato original do ACNUR não cobre especificamente os deslocados internos por conflitos, mas, devido à sua expertise em deslocamentos, a agência vem, há vários anos, assistindo a milhões deles. Civis que perderam suas casas em desastres naturais também são considerados deslocados internos.

1.1.7. O Migrante Internacional.

Desejo de regresso

*Deixai-me nascer de novo,
nunca mais em terra estranha,*

¹¹ MIA COUTO. Terra sonâmbula. São Paulo. 2007.

*mas no meio do meu povo,
com meu céu, minha montanha,
meu mar e minha família.*

*E que na minha memória
fique esta vida bem viva,
para contar minha história
de mendiga e de cativa
e meus suspiros de exílio.*

*Porque há doçura e beleza
na amargura atravessada,
e eu quero memória acesa
depois da angústia apagada.
Com que afeição me remiro!*

*Marinheiro de regresso
com seu barco posto a fundo,
às vezes quase me esqueço que foi verdade este mun-
do. (Ou talvez fosse mentira...)*

Cecília Meirelles¹²

Os migrantes internacionais também vivem fora de seus países. Mas, ao contrário dos refugiados, escolhem viver em outros países por motivos econômicos, e não para salvar suas vidas ou garantir sua liberdade e seus direitos, mesmo que muitos deles tenham migrado por estarem em condições muito precárias. Eles não recebem assistência e proteção do ACNUR.

Diferentemente do refugiado, o migrante internacional poderá retornar ao seu país quando assim for de seu desejo, sem que isso acarrete perigo e represália à sua vida e à de sua família.

O refugiado que assim desejar retornar ao seu país por livre e espontânea vontade deverá oficializar o pedido ao CONARE que, juntamente com o ACNUR, avaliará as condições de segurança deste refugiado em seu país. Somente com a certeza de que a vida deste estará segura, terá a permissão de retornar e, para isso, deverá abrir mão de seu *Status* de Refugiado.

Refugiados e migrantes são cada vez mais confundidos entre si e tratados com desconfiança e, muitas vezes, com preconceito e intolerância. O fator princi-

¹² CECÍLIA MEIRELLES. *Mar absoluto*. In: *Obra poética*. 1967.

pal disso se deve ao fato de quanto o brasileiro desvincula a história do Brasil dos processos migratórios, esquecendo-se de que, em sua própria história, a imigração se faz presente, voluntariamente ou não.

Os sistemas de proteção internacional estão sob intensa pressão. Em muitos países, os controles de fronteiras estão cada vez mais rigorosos para impedir a entrada de migrantes em situação irregular e garantir a segurança interna. Mas os refugiados acabam penalizados, pois a impossibilidade de entrar em um país seguro pode significar, muitas vezes, tortura e até morte. Por isso, é importante entender as diferenças entre o refugiado e o imigrante econômico.

1.2. O papel do ACNUR na proteção aos refugiados

Falaram-me em homens, em humanidade,
Mas eu nunca vi homens nem vi humanidade.
Vi vários homens assombrosamente diferentes entre si,
Cada um separado do outro por um espaço sem
homens.

Fernando Pessoa¹³

O ACNUR foi criado em dezembro de 1950 por resolução da Assembleia Geral da ONU e iniciou suas atividades em janeiro de 1951, inicialmente com um mandato de três anos para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial.

Em 1995, a Assembleia Geral ampliou o mandato do ACNUR, designando-o como responsável pela proteção e assistência dos apátridas em todo o mundo. Em 2003, foi abolida a necessidade de o ACNUR renovar seu mandato a cada triênio.

Nas últimas décadas, o deslocamento de refugiados cresceu e tomou dimensões mundiais. Estatísticas recentes revelam que mais de 40 milhões de pessoas no mundo foram forçadas a se deslocar devido a conflitos, perseguições e violações de direitos humanos.

¹³ FERNANDO PESSOA, 1888-1935. Poesia completa de Alberto, 2005.

O ACNUR já auxiliou dezenas de milhões de pessoas a recomeçar suas vidas. Por seu trabalho humanitário, recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). Atualmente, a agência conta com cerca de 7,5 mil funcionários e está presente em 124 países, com 434 escritórios. Por meio de parcerias com mais de 700 organizações não-governamentais, o ACNUR presta assistência e proteção a aproximadamente 30 milhões de pessoas.

Ao contrário das demais organizações e agências da ONU, o ACNUR se mantém por meio de contribuições voluntárias dos países e de campanhas de arrecadação de fundos junto ao setor privado e a doadores individuais em todo o mundo. O orçamento anual da agência gira em torno dos US\$ 4 milhões.

1.1.1. A proteção Internacional

A maioria das pessoas pode contar com seus países para garantir e proteger seus direitos humanos básicos e sua segurança física. Mas no caso dos refugiados, o país de origem mostrou-se incapaz de dar essa garantia.

O ACNUR trabalha para assegurar que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de buscar e obter refúgio em outro país e, caso deseje, regressar ao seu país de origem.

O ACNUR não é uma organização supranacional e, portanto, não pode e nem tem como missão substituir a proteção dos países. Seu papel primordial é garantir que os países estejam conscientes das suas obrigações – e atuem em conformidade com elas – de dar proteção aos refugiados e a todas as pessoas que buscam refúgio.

1.2.2. A Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados.

Seguindo decisão da Assembleia Geral de 1950 (Resolução n. 429 V), foi convocada em Genebra, em 1951, uma Conferência de Plenipotenciários das Nações Unidas para redigir uma convenção regulatória do *status* legal dos refugiados. Como resultado, a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refu-

giados foi adotada em 28 de julho de 1951, mas só entrou em vigor em 22 de abril de 1954.

A pedra angular da Convenção de 1951 é que refugiados não podem ser expulsos ou devolvidos “para as fronteiras ou territórios onde suas vidas ou liberdade estejam ameaçadas”. A Convenção também estabelece os direitos básicos que os países signatários devem garantir aos refugiados.

A Convenção de 1951 nunca teve o objetivo de solucionar todos os problemas relacionados às migrações. Seu objetivo único é proteger os refugiados. Um desafio atual da comunidade internacional é encontrar outros mecanismos eficientes para lidar com as migrações econômicas e os deslocamentos forçados pelas mudanças climáticas, mantendo a segurança das fronteiras nacionais.

Com o tempo e a emergência de novas situações geradoras de conflitos e perseguições, tornou-se crescente a necessidade de providências que colocassem os novos fluxos de refugiados sob a proteção das provisões da Convenção. Assim, um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados foi preparado e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966. Na Resolução 2198 (XXI), de 16 de dezembro de 1966, a Assembleia tomou nota do Protocolo e solicitou ao Secretário-Geral que submetesse o texto aos Estados para que o ratificassem. O Protocolo foi assinado no dia 31 de janeiro de 1967 e entrou em vigor em 4 de outubro de 1967.

Em novembro de 2007, o número total de Estados signatários da Convenção era 144 – o mesmo número de signatários do Protocolo de 1967. O número de Estados signatários de ambos os documentos é 141.

1.2.3. O Comitê Executivo

O Comitê Executivo do ACNUR (ExCom, na sigla em inglês) é um órgão subsidiado da Assembleia Geral das Nações Unidas que assessora o Alto Comissariado no exercício de suas funções, revisando anualmente o uso dos fundos à disposição do ACNUR e dos programas propostos em execução. O Comitê Exe-

cutivo reúne-se uma vez por ano, durante uma semana, em Genebra, na Suíça, e conta com 87 estados-Membros, entre eles, o Brasil.

1.2.4. Direito dos Refugiados

Os refugiados devem ter os mesmos direitos e a mesma assistência básica recebida por qualquer outro estrangeiro que resida legalmente no país, entre eles direitos civis básicos (como liberdade de pensamento e deslocamento, propriedade e não sujeição à tortura e a tratamentos degradantes) e direitos econômicos e sociais (como assistência médica, direito ao trabalho e educação para crianças, jovens e adultos). Os refugiados têm também obrigações, entre elas o cumprimento das leis e o respeito aos costumes do país de acolhida.

O ACNUR proporciona assistência emergencial aos refugiados que não têm condições de satisfazer suas necessidades básicas. Esta assistência pode ser dada sob forma de doativos financeiros e/ou de materiais diversos (por exemplo, utensílios de cozinha, ferramentas, sanitárias e tendas para moradia). Quando os refugiados vivem em comunidades sem apoio do Poder Público, é possível promover programas especiais de educação e saúde que beneficiem as comunidades de acolhida.

1.2. Os instrumentos de Proteção ao Refugiado no Brasil

O Brasil tem envidado esforços para ser um destino seguro para as pessoas que aqui chegam em busca de proteção internacional e de reafirmação de sua dignidade. Para tanto, possui uma legislação e normas vanguardistas sobre o Direito de Refúgio, que merecem e precisam ser difundidas.

1.3.1. O papel do ACNUR no Brasil

Na região das Américas, o Brasil sempre teve um papel pioneiro e de liderança na proteção internacional de refugiados e tem uma das legislações mais modernas sobre o tema, por meio da Lei n. 9.474/97.

Há atualmente no país cerca de cinco mil e duzentos refugiados reconhecidos pelo governo, provenientes de mais de 80 países. Todos estes refugiados vivem em cidades, e a maioria está concentrada nos grandes centros urbanos brasileiros.

O refugiado dispõe da proteção do governo brasileiro e pode, portanto, obter documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos civis que qualquer cidadão estrangeiro legalizado no Brasil.

O escritório do ACNUR no Brasil localiza-se em Brasília. A agência atua em cooperação com o Comitê nacional para os Refugiados (CONARE), ligado ao Ministério da Justiça. Além disso, para garantir a assistência humanitária e a integração dos refugiados, o ACNUR programa projetos com diversas organizações da sociedade civil, representada pela Caritas – Arquidiocesana de São Paulo, que atua na acolhida a refugiados e solicitantes de refúgio no Estado de São Paulo.

O ACNUR inaugurou em 2014 um escritório na cidade de São Paulo, para responder ao expressivo aumento de chegadas de refugiados nesta cidade nos últimos anos.

1.3.2. O papel do CONARE

Criado pela lei 9.474/97, o Comitê Nacional para Refugiados é um órgão multiministerial encarregado de tomar decisões em matéria de refúgio. Cabe ao CONARE a decisão sobre o *status* de refúgio, ou seja, o reconhecimento da condição de refugiado, comunicando a Polícia Federal sobre a sua determinação para que sejam tomadas as medidas administrativas. O refugiado reconhecido pelo governo brasileiro deve apresentar-se à Polícia Federal – Departamento de Estrangeiros – para registro e solicitação de Registro Nacional de Estrangeiro – RNE, assinando o Termo de Responsabilidade. Naquele local, será informado sobre seus direitos e deveres à nação brasileira.

Compõem o CONARE:

- Ministério da Justiça, que o preside;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Ministério da Saúde;
- Ministério da Educação;
- Departamento da Polícia Federal;
- Caritas Arquidiocesanais do Rio de Janeiro e de São Paulo, como representantes da sociedade civil organizada;
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que tem direito a voz, sem voto.

Vale lembrar que a Defensoria Pública da União não faz parte desse Comitê, porém tem *status* de membro consultivo do CONARE.

1.3.3. Procedimentos para Solicitação de Refúgio

Todo cidadão estrangeiro que desejar pedir refúgio ao governo brasileiro deverá apresentar-se ao Departamento de Polícia Federal e explicar as razões que o levaram a deixar o país de origem. Para efetivar o pedido, ele deverá preencher o Termo de Declarações emitido pelo Departamento de Polícia Federal. Com o documento em mãos confirmando a sua decisão de ter o Brasil como país de acolhida, o cidadão estrangeiro tem de se apresentar à Caritas Arquidiocesana para receber orientações sobre questões que o ajudarão na inserção na sua “nova pátria”, a saber:

- receber orientações do Serviço Social para encaminhamentos às áreas de moradia, saúde e educação e utilização dos demais recursos da comunidade;

- agendamento de entrevistas com advogados para elaboração de parecer que será enviado ao ACNUR e ao representante da Caritas para análise do caso, quando de reunião do CONARE;
- agendamento de entrevista com CONARE;
- recebimento de autorização do CONARE para documentação provisória; e) expedição de protocolo provisório pelo Departamento de Polícia Federal; f) expedição de C.T.P.S. pela Delegacia Regional do Trabalho;
- expedição do documento de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Cabe à Caritas relatar ao solicitante de refúgio o deferimento ou indeferimento do pedido do CONARE.

- Se deferido o pedido, a Caritas tem o papel de orientar o refugiado sobre: obtenção da Carteira Nacional de Estrangeiro (RNE) no Departamento de Polícia Federal;
- assinatura do Termo de Responsabilidade no Departamento de Polícia Federal.
- seus direitos como “cidadão”, inclusive como beneficiário de políticas públicas inclusivas.

Em caso de indeferimento, a Caritas orienta sobre:

- a notificação da decisão pelo Departamento de Polícia Federal;
- possibilidade de recurso junto ao Ministro da Justiça no prazo de 15 dias.

Não é praxe o Brasil devolver o solicitante de refugiado ao país de origem, em caso de indeferimento de seu pedido de refugio. A saída, para muitos, é a permanência irregular no País.

Ao ter seu pedido deferido, o refugiado será orientado sobre seus deveres, a saber:

- Obedecer às leis brasileiras;
- Manter a documentação atualizada;
- Manter o endereço atualizado junto ao Departamento de Polícia Federal;

- Dar continuidade ao procedimento de reconhecimento do *status* de refugiado enquanto solicitante.

Também será notificado de que não tem direito a voto nem poderá candidatar-se a cargo público.

1.3.4. Mecanismo de Integração

Para facilitar o acesso de refugiados e de outras populações de interesse às políticas públicas existentes no Brasil, o ACNUR atua em parceria com autoridades estaduais e municipais, organizações da sociedade civil. Estes interlocutores são fundamentais para atender às necessidades destas populações em âmbito local.

Em diversos Estados do Brasil, autoridades locais e a sociedade civil atuam em comitês para facilitar o acesso de solicitantes de refúgio, refugiados, migrantes e apátridas às políticas públicas estaduais e municipais. Já foram estabelecidos Comitês Estaduais em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Nesses comitês, diversos problemas específicos do cotidiano dessas populações já foram resolvidos e se buscam soluções viáveis e práticas – garantindo uma melhor integração social, econômica e cultural.

Com o meio acadêmico, o ACNUR trabalha com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello para promover o ensino e a difusão desta doutrina em centros universitários, em conjunto com governos, sociedade civil e outras organizações internacionais.

A missão de salvaguardar os direitos e o bem-estar de todas as pessoas de interesse do ACNUR só pode ser atingida se mulheres, crianças, jovens e idosos forem equitativamente atendidos. Todos esses grupos devem ter igual acesso aos serviços e políticas de proteção disponíveis e devem ter, ainda, a possibilidade de participar de maneira igualitária e ativa nas tomadas de decisões que afetem suas vidas.

Para tanto, o ACNUR adota uma abordagem que contempla de forma transversal critérios de idade, gênero e diversidade, realizando diagnósticos que envolvam a participação significativa de mulheres, meninas, homens e jovens de diferentes idades, realidades e orientação sexual para desenvolver, implementar e monitorar suas políticas, programas e atividades.

1.3.5. O Papel da Caritas

A Caritas é um organismo da Igreja Católica Apostólica Romana presente em 200 países e territórios, na forma da rede Caritas Internationalis, sediada em Roma, no Vaticano (originada em 1897). Esta rede está subdividida em sete regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e a chamada MONA - Oriente Médio e Norte da África.

Nessas diversas partes do globo, a Caritas age em parceria com organismos nacionais e internacionais, com enfoque na questão da defesa dos direitos humanos e numa perspectiva ecumênica. Ela detém o *status* "Consultivo Geral", atribuído pelo Conselho Socioeconômico da ONU.

O Centro de Acolhida para Refugiados é um projeto da Caritas Arquidiocesana de São Paulo, realizado na sede da Caritas no centro de São Paulo. Tem como objetivo o apoio na integração e proteção de solicitantes de refúgio e refugiados na cidade de São Paulo.

Os programas oferecidos pelo Centro de Acolhida são: proteção – assistência jurídica, a assistência social, integração – cursos e encaminhamento para o trabalho e, saúde mental – assistência psicológica.¹⁴

1.3.6. O papel do Serviço Social do Comércio de São Paulo

Em dezembro de 1995 foi assinado um convênio entre SESC (Serviço Social do Comércio) e SENAC (Serviço Nacional de aprendizagem do Comércio), en-

¹⁴ http://www.caritassp.org.br/?page_id=85

tidades de caráter privada, Caritas e ACNUR, com o objetivo de ampliar a assistência aos refugiados. Toda pessoa que solicita refúgio em São Paulo será encaminhada ao SESC Carmo, entidade localizada no centro de São Paulo, para utilizar seus espaços e serviços.

A unidade do SESC Carmo foi a primeira unidade a desenvolver atividades socioculturais e educacionais aos solicitantes de refúgio e refugiados, e todos eles poderão ter acesso a todas as atividades e serviços oferecidos pelas unidades do regional de São Paulo, através da Matrícula de Interesse Social – MIS.

O papel do SESC neste trabalho confirma a necessidade de a sociedade civil apoiar pessoas que são obrigadas a abandonar seus países por razões de guerras e conflitos e buscam em terras brasileiras a reconstrução de uma nova etapa de suas vidas e as de seus familiares.

CAPÍTULO 2 - O REFÚGIO PARA O PRÓPRIO REFUGIADO.

Se é preciso pôr-se na estrada e vagarear (errar), será por que, excluídos da verdade, estamos condenados à exclusão que proíbe qualquer morada? Não seria, antes, que esta errância significa uma relação nova com o 'verdadeiro'? Não seria também que este movimento nômade (onde se inscreve a ideia de divisão e separação) afirma-se não como a eterna privação de uma estadia, mas como um modo autêntico de residir, de uma residência que não nos liga à determinação de um lugar, nem à fixação a uma realidade de antemão fundada, segura, permanente? Como se o estado sedentário fosse necessariamente o alvo de toda conduta! Como se a verdade ela própria fosse necessariamente sedentária! [...] o nomadismo mantém, portanto, acima do que está estabelecido, o direito de repor em causa (questionar) as distribuições do espaço, chamando para as iniciativas do movimento e do tempo humanos.

Sybil Sadie Douek, 2003¹⁵

Ao me envolver com a temática do refúgio, percebi o quão desconhecido era esse fenômeno que muito provavelmente surgiu nos primórdios da humanidade se imaginarmos que o deslocamento sempre foi condição para a sobrevivência do homem. Em poucas palavras, pode-se dizer que somos frutos do refúgio.

Diante da falta de recursos, ferramentas, pesquisas, etc., a área de acolhida de refugiados, especialmente no Brasil, conta muito com o esforço individual dos profissionais que a ela se dedicam. E nesse esforço por melhor atender a esse público, a rotina desses profissionais é construída a partir de erros e acertos. Na minha busca profissional de tentar o melhor no atendimento e orientação desses refugiados e solicitantes de refúgio dentro dos espaços colocados à disposição pelo SESC São Paulo, me deparei com a triste realidade do refúgio, especialmente dos refugiados de idade mais avançada.

O tema refúgio/causas que levam um cidadão comum a submeter-se a esta situação de extrema vulnerabilidade e desconfiança foi explorado de diversas formas e enfoques em diversas mídias e pesquisas, porém, não existe uma forma mais pulsante e orgânica de conhecer quem é o refugiado e a sua realidade a não ser

¹⁵ SYBIL SAFDIE DOUEK . Memória e Exílio. 2003

escutando o próprio refugiado.

Como forma de aproximar o leitor dos protagonistas desta pesquisa, que são todos refugiados, convidei cada um a se apresentar. A decisão de apresentá-los utilizando as iniciais de seus nomes foi consenso entre minha orientadora e eu. Para maior entendimento dos leitores deste trabalho, a transcrição das falas dos refugiados mereceu tradução e edição dada a pouca familiaridade da maioria deles com o idioma Português.

Ao transcrever e traduzir essas falas, procurei a maior fidelidade possível de forma a nos aproximar ainda mais de suas realidades. Cada um de meus entrevistados, a seu jeito, me deu o exemplo de superação e, sem dúvida, de reconhecimento à pátria que os acolheu. Prova é que todos optaram em conceder a entrevista na Língua Portuguesa, como sabemos, tão complexa.

Começo por apresentar os nove refugiados definidos para participarem desta pesquisa e, através deles, aproximar suas realidades a quem seja sensível por este problema. Desde já agradeço a generosidade da participação de todos e o ato de coragem de expor suas experiências e seus projetos de um futuro vivido no presente. O presente é o grande prêmio que o destino concedeu a essas pessoas. Se não tivessem lutado bravamente por suas vidas e a de seus familiares, elas poderiam apenas ser lembradas como passado.

O primeiro entrevistado é C.E.V.L., refugiado de origem peruana:

Diário de campo:

C.E.V.L. está há alguns anos no Brasil, porém eu não o conhecia até realizar uma atividade gastronômica com um grupo de refugiados. O evento foi proposto pela Caritas, e ele se mostrou muito satisfeito em participar da atividade, preparando e ensinando um prato típico da culinária do Peru. A partir desse momento, passamos a ter contato permanente.

Nestes anos de contato com refugiados, conheci poucos oriundos do Peru, e todos eles contribuíram muito para meu conhecimento. Pude conhecer um pouquinho daquele país através dos olhos de C.E.V.L. e de outra inesquecível amiga,

a também peruana G.G., que faleceu em 2013. De personalidades muito distintas e formas diferentes de traduzir o próprio refúgio, esses dois refugiados se conheciam, mas não mantinham muito contato.

C.E.V.L. foi o primeiro refugiado que convidei para participar de minha pesquisa de mestrado. Decidi chamá-lo por dois fatores: primeiro, a idade; e, segundo, para ter a oportunidade de conhecer um pouco da vida e dos recursos que desenvolveu junto a sua família para enfrentar situações limites. Eu ficara surpresa com o que falou em uma roda de conversa com universitários a convite do SESC Santos. O local da entrevista para este meu trabalho de mestrado, sugerido por C.E.V.L., foi o Centro Cultural Vergueiro.

- Meu nome completo é C.E.V. L. Sou peruano, tenho sessenta anos, exatamente. Cheguei ao Brasil em 1978 e vim com minha esposa, por problemas em Peru, pela violência implantada pelo Sendero Luminoso. Eu trabalhava em uma empresa de produção de tabaco onde havia narcotraficantes e, com eles, o estado de terrorismo em meu país.

Segundo matéria publicada pela BBC Brasil:

O Sendero Luminoso surgiu no começo dos anos 80 como um movimento reformador que queria implantar uma nova ordem no Peru por meio de uma insurreição armada contra o Estado. No final da década, era considerado o mais poderoso movimento guerrilheiro da América do Sul, com cerca de 10 mil integrantes.¹⁶

A.R.P., refugiado de origem colombiana, foi meu segundo entrevistado.

Diário de campo

Poucas vezes eu conheci pessoas que despertam tanta simpatia e solidariedade ao seu grupo de convivência como o senhor A.R.P. Muitas são as suas qualidades, mas gostaria de destacar duas: a generosidade e a perseverança. Conheço-o desde a sua chegada, em 2004. Na ocasião, ele morava na Casa do Imigrante, instituição de acolhida de imigrantes e refugiados e foi ali que pude manter um contato praticamente diário com ele.

¹⁶ BBC Brasil.com (www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020321_sendero.shtml), acessado em 20/02/2014.

Há um fato que distingue A.R.P. dos demais refugiados colombianos: estava sempre acompanhado por seus conterrâneos. Isso me chamou a atenção porque entre os colombianos há uma relação de desconfiança em razão das diferenças políticas. Geralmente eles não mantêm uma convivência entre eles próprios. Dos refugiados que conheci, A.R.P. é o mais velho. Acredito, por isso, que esta pesquisa ficaria incompleta sem o depoimento dele.

Devido à dificuldade em caminhar longas distâncias, sua presença na unidade do SESC Carmo é esporádica, então, fui até sua humilde casa, um pequeno quarto num cortiço na região do Brás. O ambiente me pareceu seguro e bem organizado. Naquele cortiço são permitidos apenas inquilinos do sexo masculino.

Ao chegar, A.R.P. veio ao meu encontro e me apresentou ao proprietário dos quartos, que autorizou a entrada.

- Me chamo A. R. P. e cheguei a São Paulo em 2004. Fugi de meu país, a Colômbia, em razão da violência. Eu saí por um porto que se chama Tumaco, e de Tumaco fui até Esmeraldas, no Equador; do Equador, fui até Quayaquil, fronteira com o Peru, e do Peru fui a Bolívia. Da Bolívia, entrei em Corumbá, Campo Grande, e fui até Foz de Iguaçu, onde fiquei na Casa Pastoral. Lá, me orientaram e me deram passagem para São Paulo. Eu morava em Bogotá, a Capital, onde tenho sobrinhos. Meus irmãos e minha mamãe já morreram. Sou solteiro. Aqui (no Brasil) eu completei 65 anos e hoje tenho 75.

Em matéria da Revista Veja, sob o título “Fugindo do terrorismo”, tem-se o retrato do conflito mencionado por A.R.P.: Forças Armadas Revolucionárias Colômbia:

“Os colombianos que cruzam a fronteira com o Brasil para escapar da guerrilha narram os horrores do conflito que já matou 45.000 pessoas. Os conflitos entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia as FARC, o Exército de Libertação Nacional (ELN), as milícias paramilitares e o Exército regular colombiano têm chamado cada vez mais a atenção do mundo

pelos episódios de brutalidade patrocinados por todos os lados envolvidos. No Brasil, a consequência mais visível do confronto pode ser encontrada nas cidades da fronteira entre os dois países”¹⁷

A terceira entrevista foi com M.E.S.C, refugiada de origem colombiana.

Diário de campo

Conheci M.E.S.C. quando ela chegou a São Paulo e foi levada ao SESC por seu filho C., que não escondia a alegria e a paz que estava sentindo por conseguir retirar sua família da Colômbia. Ela, sua filha e sua neta frequentaram o Curso de Português no SESC Carmo. Foi lá que pude conhecê-la melhor.

A decisão de entrevistar M.E. se deveu à sua desenvoltura e coragem em deixar seu país. Contou pontos também sua forma leve e alegre no trato com as pessoas e seus familiares. A entrevista, agendada antecipadamente, foi realizada em sua residência, no Jardim Santo André, Zona Leste.

- Eu me chamo M.E. S. C. Vou completar 60 anos em maio (2014). Sou separada. Na Colômbia, eu trabalhava como secretária. Sempre trabalhei em empresas grandes e também como chefe de compras. No Brasil, eu não trabalho, porque não acho emprego. Fugi de meu país por causa de problemas com a guerrilha. Nós tivemos que sair precipitadamente da Colômbia. Viemos em seis pessoas: meus filhos e meus netos. Viemos de Bogotá à cidade de Letícia; de Letícia, cruzamos a fronteira de táxi e ficamos dez dias em Tabatinga. Depois de Tabatinga, chegamos a Manaus, onde ficamos mais quinze dias. Gostei, adorei, todos foram muito bons conosco. Viemos em seis pessoas, incluindo um menino de três anos, e tudo foi muito bem, de pronto. Passamos todos um pouco de dificuldades, pois estávamos em muitas pessoas e era temporada alta para transportes, então nos coube vir “transbordando”. Depois de Manaus viemos a Porto Belo de barco e, depois, de ônibus até São Paulo. Chegamos aqui em 17 de dezembro de 2011 e desde que cheguei moro “acá”, nesta casa, na casa que moro desde então.

¹⁷ http://veja.abril.com.br/130208/p_062 conseguiram até agora o status oficial de refugiado no Brasil. O restante, cerca de 17.000, vive praticamente na clandestinidade..shtml (acessado em 22/04/2014)

O quarto entrevistado foi A.M., de origem paquistanesa.

Diário de campo

Entrevistar o senhor A.M. foi uma grata surpresa, pois imaginava que ele não aceitaria ser entrevistado. Seus filhos frequentaram o Curso de Português e foi nesse período que pude estabelecer maior contato com eles. O local da entrevista foi sugerido por ele mesmo – unidade do SESC Carmo. Não me esquecerei do primeiro dia em que eles chegaram ao SESC. As mulheres lindamente vestidas com seus trajes típicos, e os homens, de forma ocidental. Apenas o filho mais velho se comunica em inglês fluente. O senhor A.M. fala um pouco de português, tanto que a sua entrevista foi em nossa língua. Os demais apenas se comunicavam em sua língua local, o Indu.

- Meu nome é A. M. Vim do Paquistão. Sou ajudante de pedreiro, mas antes eu era mais forte e hoje eu tenho problemas com a idade... É um problema. Tenho 56 anos, sou casado e tenho quatro filhos. Eu os encontrei, graças a Deus. Nos primeiros cinco anos e seis meses fiquei sem família no Brasil. A igreja foi minha família. Ficar sem família foi muito pesado, mas Deus ajuda-me (longo silêncio). (...) fugi de meu país porque sou cristão da Igreja Presbiteriana Renovada.(...). Em meu país, tive muitos problemas (mostra as cicatrizes nas pernas). Quebraram minhas pernas e braços porque sou cristão. Meu país não gosta de cristão... Viu minha cabeça? (e mostra outra cicatriz).

A violência relatada por A.M. por causa da intolerância religiosa em seu país, está retratada na matéria publicada pela Agência Estado:

“A onda de violência entre cristãos e muçulmanos no leste do Paquistão intensificou-se neste sábado, deixando seis mortos, segundo autoridades locais. Os conflitos começaram na quinta-feira, quando membros de uma extinta organização muçulmana começaram a incendiar casas de cristãos na cidade de Gorja, na região de Punjab. Os cristãos foram acusados de profanar páginas do Alcorão, o livro sagrado do Islã. “Não há verdade na alegação”, contestou Shahbaz Bhatti, ministro das Minorias do Paquistão. Bhatti, que esteve ontem em Gorja, afirmou que pediu à polícia local que protegesse os cristãos que estavam sofrendo ameaças, mas que a polícia teria ignorado suas instruções. O ministro disse ainda que centenas de radicais voltaram a incendiar casas de cristãos neste sábado, matando seis pessoas, entre elas quatro mulheres e uma criança. O Paquistão é

um país onde a população é formada predominantemente por muçulmanos sunitas, e os cristãos são uma pequena minoria. As duas partes conviveram de modo pacífico durante a maior parte do tempo. Mas, desde os ataques de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, militantes pró-Talebã passaram a atacar cristãos por serem, supostamente, simpatizantes dos Estados Unidos¹⁸.

A quinta entrevistada foi D.S., refugiada de origem sérvia.

Diário de campo

Tinha muita esperança de incluir a refugiada D.S. em minha pesquisa por causa da admiração que nutria por ela. Há algum tempo acompanho a vida dela por meio de entrevistas que concede a jornais e revistas. Surpreende-me a sua capacidade de responder de forma tão positiva às situações de caos e de desespero pelas quais passou na sua busca por refúgio. Em cada fala uma lição de vida. Em uma entrevista, ela relata que, ao buscar o Brasil, desejava estar o mais longe possível da Europa, contrariamente ao desejo de muitos refugiados, que sonham alcançar a terra prometida, entendida por eles como sendo o continente europeu ou os Estados Unidos.

Numa tarde, liguei para D.S. e lhe expliquei o objetivo de minha pesquisa. Ela concordou em me receber em seu pequeno e confortável apartamento na região dos Campos Elíseos.

- Meu nome é D.S.. Chegamos aqui em 1992 por causa da guerra. Meu ex-marido descobriu que estávamos numa lista de extermínio, de assassinato, sei lá, por eu ser sérvia e ele, húngaro. Ele era militar, e eles estavam exterminando mesmo os militares que estavam na Croácia. Estavam fazendo uma "limpeza" ali. E aí vendemos o que podíamos vender naquela época, tudo escondido, não é? E praticamente saímos escondidos do país. Não podíamos falar para ninguém que estávamos partindo, pois não podíamos dar bandeira. Depois de uma semana que saímos, eles fecharam a fronteira. Ninguém mais entrava ou saía. Fechou a fronteira. Chegamos aqui em 19 de setembro (...). Estava um frio glacial e nós só tínhamos trazido roupas de verão, afinal de

¹⁸ O Estado de São Paulo, www.estadao.com.br/noticias/internacional,conflito-religioso-deixa-6-mortos-no-paquistao,412038,0.h, acessado em 20/02/2014.

contas, não tem frio no Brasil, não é?

Entre inúmeras notícias sobre a guerra da Croácia, destaco a publicada pela agência de notícias BBC:

“A Guerra da Croácia não acaba com a vitória clara e rápida da Sérvia que muitos de seus habitantes esperavam. Depois de a Croácia ter declarado sua independência, em junho de 1991, a minoria sérvia do país busca o apoio de Milosevic. “Nós acreditamos que os sérvios têm o direito legítimo de viver num país unido”. Se tivermos que lutar para manter este direito, nós lutaremos”, afirma Milosevic. Em setembro de 1991, forças federais da Iugoslávia invadem a Croácia, dando início à guerra. Em dezembro de 1991, o exército da Iugoslávia e paramilitares sérvios já controlam um terço do território croata - onde vão permanecer até 1995. Mas os custos da guerra são altos. Cerca de 20 mil pessoas morrem no conflito e cerca de 400 mil ficam desabrigadas. As vitórias sérvias levam a ONU a impor sanções econômicas contra a Iugoslávia. Mas a invasão da Croácia não impede que a Bósnia-Herzegovina também decida declarar sua independência - estopim para um novo conflito nos Balcãs. A Bósnia-Herzegovina declara a independência em abril de 1992, depois de um referendo convocado por muçulmanos e croatas - e boicotado pelos sérvios da república. A violência explode logo depois. Milosevic afirma que vai defender os sérvios do “genocídio provocado pelos croatas” e do “fundamentalismo islâmico” dos muçulmanos. A guerra dura mais de três anos e se transforma no mais sangrento conflito na Europa desde a Segunda Guerra Mundial”.¹⁹

A sexta entrevista foi D.D.C., refugiada de origem senegalesa.

Diário de campo

Muitas vezes a história de vida de um refugiado mais parece ficção, daquelas que assistimos em filmes ou lemos em romances, mas, na realidade, nada é ficção. Esses sujeitos viveram, sim, situações limites e de extrema violência e tornaram-se testemunhas dos piores atos que um ser humano é capaz de praticar.

D.D.C. é uma mulher forte e de uma generosidade incomum. Conhecida por muitos africanos como “Grand Mama”, chegou ao Brasil sozinha. Foi um grande

¹⁹ http://www.bbc.co.uk/portuguese/static/especial/milosevic_yugoslavia/croatia.htm (acessado em 10/03/2013)

prazer poder acompanhá-la nas atividades do SESC Carmo. Após algum tempo no Brasil, casou-se com o refugiado D.S.M., um líder religioso muçulmano que veio do Mali. Formam o casal “Grand Papa e Grand Mama”, ambos muçulmanos. Sua atividade econômica baseia-se na venda de produtos africanos, na Praça da República.

D.D.C. e D.S.M. desempenham importante papel na vida de muitos jovens africanos que chegam a São Paulo. Não apenas os acolhem fisicamente ou espiritualmente, como os ajudam a superar os difíceis primeiros dias, geralmente de solidão e desespero.

O local da entrevista foi escolhido por ela: Galeria do Reggae. Ali, ela prepara pratos típicos africanos e os vende aos muitos africanos que trabalham na galeria. Ao percorrer as lojas e as escadarias, sentimo-nos num pedacinho do continente africano, com seus salões de beleza, lojas de roupas típicas e aroma da culinária africana.

- Me chamo D. D. F. e venho do Senegal. Eu creio que tenho 55 anos. Eu cheguei ao Brasil em 2007 e, na África, eu trabalhava na rádio, era radialista - não sei como se fala em português... Eu fazia programas de cultura. A rádio era do estado. Sou separada e tenho três filhos, que ficaram lá. Eu saí de lá porque tinha guerra, mas as pessoas da minha casa não entendem minha decisão Tem muito problema lá. As pessoas querem matar, o presidente fala que não tem guerra, então não tem guerra, mas existe guerra. A guerra é civil lá. Eu cheguei ao Brasil de navio... Sim, escondida no navio. Foi uma viagem muito complicada. Passei mais ou menos quinze dias no navio.

Em matéria publicada no site da ONU, há o alerta sobre o uso excessivo de forças pela autoridade do Senegal:

“A Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, demonstrou hoje (02/02) preocupação com o possível uso excessivo da força das autoridades senegalesas. Devido às eleições presidenciais, marcadas para o fim desse mês, vêm ocorrendo diversos e violentos conflitos entre policiais e manifestantes no país. “Os relatos do excessivo uso de força pela polícia em resposta à violência de alguns manifestantes são muito perturbadores, dada a tradição do Senegal de respeito à

liberdade de associação, reunião e expressão”, ressaltou Pillay, em comunicado do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). De acordo com o ACNUDH, pelo menos quatro pessoas, incluindo um policial, morreram durante os protestos que se seguiram à publicação da lista presidencial aprovada pelo Conselho Constitucional. Em diversos bairros ao redor da capital, Dacar, a polícia atirou em civis que estavam queimando pneus e jogando pedras. Os protestos estavam relacionados também à decisão do atual Presidente, Abdoulaye Wade, de concorrer a um terceiro mandato. Pillay pediu uma investigação completa, imparcial e transparente, sobre os assassinatos que têm ocorrido ao longo dos últimos dias, ressaltando que todos os que cometeram atos violentos ou excessivos devem ser responsabilizados”.²⁰

O sétimo entrevistado foi F.M.B., de origem cubana.

Diário de campo:

F.M.B. é um dos refugiados que mais tempo vive no Brasil, mais especificamente em São Paulo. Tem a capacidade de descrever com precisão fatos, data e nomes de pessoas e refugiados que cruzaram sua vida.

A participação de F.M.B. nesta pesquisa foi muito importante. Pude constatar uma incrível capacidade de superação no enfrentamento de dois problemas angustiantes: o refúgio em si é ou traz um grave problema de saúde. Em alguns momentos, nas conversas, F.M.B. recordou de muitos refugiados e profissionais que atuaram no Centro de Acolhida em São Paulo há algum tempo, e que se aposentaram ou se desligaram de suas funções. F.M.B. admitiu, em no dois encontros, que para ele foi um intenso passeio a um passado não muito distante.

- Meu nome é F.M.B. Nasci em 15 de março de 1951 em Cuba. Tenho três filhos. Tinha quatro, mas um morreu aqui em São Paulo. Fiquei com um aqui, um em Cuba e o terceiro nos Estados Unidos. (...) Eu cheguei aqui em 10 de março de 1981. Saí de Cuba e fui para o Peru como refugiado em 1980. (...) Eu, minha esposa Maria e mais um filho vivemos no Peru de janeiro de 80 até março de 81. (...) Após um tempo trabalhando no Peru, começou o problema

²⁰ <http://www.onu.org.br/onu-alerta-sobre-uso-excessivo-de-forca-pelas-autoridades-do-senegal> (acessado em 29/05/2014).

da situação peruana, entre o governo e o Sendero Luminoso. Começaram a atacar os cubanos, porque diziam que os cubanos estavam tomando conta da capital Lima e aí o Sendero Luminoso pensava que estávamos lá para ajudar o governo, que era Fernando Belaúnde Terry. Eles achavam que nós estávamos fazendo campanha para ele porque Belaúnde nos trouxe para o Peru e foi aí que mataram dois ou três cubanos conhecidos meus. Nesta época foram 780 cubanos para o Peru e aí, quando começou esta situação, a ONU começou a ligar para outros países – Portugal, Canadá, Holanda, Estados Unidos, Espanha. (...) Escolhi o Brasil por ser um país parecido com o meu, até porque nos Estados Unidos minha vida corria risco, pois eu sabia que Fidel mandaria me matar lá. Ele tinha um grupo de cubanos que faziam esse serviço lá. Não fui para Portugal porque os portugueses não gostam de cubanos. Não fui para Holanda e nem para o Canadá porque são países muito frios e eu não iria suportar. (...) Éramos em 12 famílias, um grupo de 30 pessoas, entre casados e solteiros, que vieram para cá.

A oitava refugiada entrevistada foi N.K.D., de origem iraquiana.

Diário de campo

Conheci a refugiada N.K.D. durante o Curso de Português e o que me chamou a atenção foram sua vivacidade e autonomia. Diferentemente de outras mulheres muçulmanas que conheci, ela não adotou o típico véu em lugares públicos.

Sua afetividade e despojamento eram notados quando nos encontrávamos e nos cumprimentávamos com abraços e beijos. Mais parecíamos duas irmãs brasileiras que estavam se encontrando após um longo período sem notícias.

Como reconhecimento à nossa amizade, eu fui convidada para o noivado da filha de N.K.D. Só então pude perceber os dois mundos que separam cristãos e muçulmanos, não pela hostilidade ou coisa parecida, mas pela maneira de ser de cada um. Foi uma festa inesquecível e agradeço a ela por sua generosidade em me acolher em sua casa e em sua família.

- Meu nome é N. K. D. Sou iraquiana, nasci em 1961, cheguei aqui em 2007.

Não acredita? Meu aniversário é 23/07, entrei no Brasil dia 23, meu casamento foi em 23/07, recebi o RNE dia 23/07, juro (risos). Minha sorte é esse dia 23/07, quando cheguei com minha filha e meu filho. Já estavam no Brasil outros dois filhos e meu marido. Meu marido é piloto, e veio três anos antes. Meus filhos vieram em 2002, no tempo de Saddam Hussein. Havia muita guerra, e eu já tinha perdido meu irmão e meu primo. Na época de Saddam, todo dia tinha guerra. Foi uma época de muito medo, e meus filhos vieram para encontrar a tia deles. Depois, quando a América invadiu meu país em 2003, o Iraque virou uma bagunça: não tem governo, não tem ordem, tem muito assalto, não tem coisa certa, tudo errado.

Matéria publicada pela BBC destaca o ano de 2006 como recordista em mortes de civis no Iraque:

“O último ano da guerra no Iraque bateu recordes de violência em mortes de civis e ataques suicidas, entre outros critérios, de acordo com o levantamento da organização não-governamental britânica Iraq Body Count (IBC). Segundo a IBC, entre 20 de março de 2006 e 16 de março deste ano (2007), foram mortos 26.540 civis no país, o equivalente a 73 por dia --contra os 14.910 (41 por dia) do ano anterior. A contagem, baseada em relatos da imprensa e informações de necrotérios, desconsidera, porém, a fase da invasão (março e abril de 2003), quando, em apenas seis semanas, foram mortos cerca de 7,4 mil civis. “Quase metade (44%) de todas as mortes violentas de civis depois da invasão inicial ocorreu no recém-terminado quarto ano do conflito”, diz o relatório da ONG. Mesmo incluindo os mortos na invasão, (o período) 2003-2004 registrou menos mortes de civis (13.732) do que 2006-2007 – o que, segundo o porta-voz do IBC, John Sloboda, apenas mostra o “contínuo fracasso” das forças de coalizão em criar uma situação de segurança no Iraque. Somados os quatro anos de guerra, mais de 59 mil civis morreram no Iraque (66,5 mil com as mortes durante a invasão), segundo o IBC. Segundo o governo iraquiano, o número de civis mortos no país em 2006 foi 12.320. Também por essa contagem oficial, esse ano foi o mais violento da guerra. A ONU divulgou em janeiro um cálculo segundo o qual o número de civis mortos no Iraque havia chegado em 2006 a 34 mil, número também não reconhecido pelo governo iraquiano.”²¹

²¹ http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/03/070319_iraque_ong_c.shtml

O nono entrevistado foi D.M., de origem maliense.

Diário de campo

Com o meu mais profundo reconhecimento e gratidão aos demais refugiados que participaram desta pesquisa, D.M. marcou minha vida profissional e também pessoal de maneira muito especial.

Numa manhã de trabalho no SESC Carmo, vi um senhor africano sentado numa pequena poltrona na recepção do andar. Estava elegantemente vestido e tinha na mão direita um cajado.

Aproximei-me e lhe perguntei se precisava de algo. Ele me respondeu que estava aguardando alguém para melhor acomodá-lo. Insisti, perguntando se não gostaria de aguardar na biblioteca e ele aceitou. Perguntei se precisava de mais alguma coisa e ele me pediu folhas de papel e uma caneta.

Após algum tempo, ele entrou na sala onde trabalho e me devolveu a caneta e se foi, sem antes deixar de agradecer mais uma vez a atenção. Dois dias depois, ele voltou ao SESC Carmo com uma solicitação para confecção do Cartão Alimentação. A partir daí, começamos uma sólida amizade.

Num determinado dia, D.M. me contou que a pessoa que ele estava esperando naquela manhã era eu mesma e que ele não precisara ir ao meu encontro, pois eu fora ao encontro dele.

D.M. é um líder religioso e um profundo conhecedor de sua cultura. Entende que ter chegado ao Brasil depois de uma longa viagem em um porão de navio não foi uma mera coincidência e, sim, porque tem aqui uma missão a ser cumprida.

Professor D.M. tem uma consideração e apreço por mim inigualáveis. Eu mesma não sei se faço jus a tão nobres sentimentos. Ganhei dele um nome de batismo: Koumba. Por que Koumba? É um nome africano; significa “a pessoa que protege, que dá leite aos seus filhos”. Koumba é paz e tranquilidade!

- Tudo que envolve a Denise é muito importante para mim, e não sou o único (que acho isso). Então, a questão que ela está fazendo... Eu me chamo M.D. Nasci no Mali, faz tempo. Aqui também eu preciso esclarecer, porque eu nasci

na época de Mandengue, uma época em que não havia fronteiras. O mandengue se estendia do Senegal a Gâmbia, a Guiné Conakry, a Guiné Bissau, o Burkina Fasso, uma boa parte de Costa de Marfim, do Níger, todos eles faziam parte do Mali. Como se pode notar, o Mali era um continente dentro do continente africano porque o Mandengue era muito poderoso na época. Tem três grandes impérios que faziam parte do Mandengue: a Ghana, o próprio Mali e o Songhai. Eu nasci numa época em que não tinham fronteiras, época em que o Mandigue era mandingue, e eu o deixei muito cedo. Não posso entrar em detalhes... Na verdade, nasci em 1935, e na época não havia declarações de nascimento. Nasci numa família real, os Diaras, que reinavam na época... Eu estou emocionado falando disso, enquanto ela (Denise) está me perguntando sobre essa África profunda, esse Mali profundo, esse Mali que é o berço da cultura Africana. Pois tudo partiu do Mandengue, com o grande Sundiata keita e junto com todos os grandes que fazem hoje o orgulho não só do Mali, mas também da África. Como já disse, não vou entrar em detalhes. Eu sou refugiado. Isso não tem nada a ver com o Estado, não se trata do refúgio político. Eu sou refugiado religioso. Foi o motivo religioso que me levou a deixar o Mali. No “Brasil”, como vocês falam, o estatuto do refugiado não é fácil para conseguir, é muito pesado e muito difícil, porque, por exemplo, quando você deixa sua casa... Primeiramente o refugio é um problema pessoal e, ao mesmo tempo, ele atinge a família. E quem diz a respeito da família diz a respeito do país. Porém, 95% de refúgio não têm nada a ver com o país. Então, creio que ser refugiado é uma grande responsabilidade. Ninguém escolhe ser refugiado. Você deixa seu país, sua família, seus filhos, seus amigos para renascer em outro lugar. Renascer com 55 anos, 60 anos, 70 anos não é fácil. A gente anda com a morte do lado. Eu repito, mais uma vez, ser refugiado é uma carga pesada, não é fácil ser refugiado.

Muito se tem falado sobre a intolerância religiosa entre cristãos e muçulmanos, mas o que D.M. nos relata é a experiência da violência causada por grupos extremistas, que impõem suas próprias leis, desrespeitando os ensinamentos do Alcorão

“Extremistas islâmicos matam por apedrejamento um

casal acusado de adultério no Mali. Um casal acusado de adultério foi morto por apedrejamento na cidade de Aguelhik, no Norte do Mali, controlada por extremistas islâmicos do grupo Ansar Dine, com ligações à Al-Qaeda. Aguelhok fica na região de Kidal, uma das primeiras cidades que após o golpe militar foi tomada pelos rebeldes separatistas tuaregues e, logo, pelos extremistas islâmicos que apoiaram a rebelião, que controla várias cidades no Norte do Mali, incluindo Tombuctu, onde os extremistas já destruíram vários mausoléus considerados patrimônio mundial pela UNESCO.(...) Os confrontos no Norte do Mali já levaram cerca de 300 mil pessoas a fugir da região. Tombuctu, Kidal e Gao estão ocupadas por grupos islamistas armados que têm procurado impor a lei islâmica que implica a proibição do consumo de álcool e a punição de quem mantenha relações sexuais fora do casamento.”²²

Encerro este capítulo com a apresentação dos nove refugiados entrevistados, destacando suas origens distintas. São pessoas vindas do Peru, Colômbia, Paquistão, Croácia, Iraque, Mali, Senegal e Cuba.

No próximo capítulo abordo o processo de integração dos refugiados na sociedade brasileira a partir de pontos relevantes trazidos por eles no decorrer das entrevistas.

²² <http://www.publico.pt/mundo/noticia/extremistas-islamicos-matam-por-apedrejamento-um-casal-acusado-de-adulterio-no-mali-1557005> (acessado em 30/09/2014)

CAPÍTULO 3 - PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DO REFUGIADO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

3.1. Desterro e Reterritorização

Se nace en un país
Y em outro se renace
Nos cria un fulgor si fronteras.
Juana Rosa Pita ²³

Ressalta-se nesta pesquisa que o processo de desterro em movimentos migratórios, neste caso, o refúgio, problematiza a relação entre enraizamento e mobilidade espacial. Evidenciaremos o processo de desterro na medida em que o refugiado se desloca no espaço, ou seja, muda de espaço e tempo, se desenraiza pela alternância de suas relações sociais, e necessita descobrir ferramentas e recursos que o ajudem no processo inverso, que aqui denominamos reterritorização.

Os subsídios para entender o fenômeno do desterro e as causas que levam milhares de seres humanos a buscar outro território foram oferecidos por autores brasileiros e estrangeiros. A proposta, aqui, era percorrer caminhos que não haviam sido trilhados até então, mas que, de certa forma, foram perscrutados por esses estudiosos.

Segundo DELEUZE e PARNET, uma sociedade é definida primeiro por seus pontos de desterritorialização e seus fluxos de desterritorialização:

“As grandes aventuras geográficas da história são linhas de fuga, isto é, longas expedições a pé, a cavalo ou por navio: aquela dos hebreus no deserto, a de Genserico, o vândalo, cruzando o Mediterrâneo, a dos nômades através da estepe, a Longa Marcha dos chineses – é sempre sobre uma linha de fuga que nós criamos certamente, porque aí traçamos o real, e porque compomos um plano de consistência. Fugir, mas, ao fugir, procurar por uma arma.” (1987, p.153-136)

²³ Juana Rosa Pita. Pensamiento del tiempo, 2005.

A frase “fugir, mas, ao fugir, procurar por uma arma”, citada acima, tem uma conotação muito particular quando nos referimos à realidade do refúgio. Isso porque a salvação do refugiado dependerá de fuga, e a arma que o defenderá será a possibilidade de reterritorializar-se em um novo território, onde, acredita, estará a salvo.

Para Volpe, a desterritorialização implica um novo conceito de tempo. O autor defende que o desterro provoca um destempo (termo cunhado por Joseph Wittlin), pois o sujeito é despojado não só de sua terra, mas também dos acontecimentos de seu tempo, que transcorre em seu país enquanto ele está fora. É frequente, também, no processo de desterro, que este sujeito viva em dois tempos simultâneos.

(...)” no presente da terra que acolhe e no passado que se deixou para trás, sendo (que) este último pode tyrannizar o presente pela nostalgia do que se perdeu”. (2005, p.82)

As reflexões de Volpe acima citada sobre o que representa o desterro para um ser humano acabaram sendo ponderadas em xeque ao ouvir os relatos de meus entrevistados. Eles colocaram por terra a visão geralmente negativa do processo de desterro e isso foi o que mais me chamou a atenção. Não posso negar minha surpresa pela incrível capacidade de superação e reconstrução de nova história de alguns refugiados participantes desta pesquisa e é essa realidade que dou a conhecer no decorrer dos capítulos.

Segundo Haesbaert (2004), as relações que antes se faziam “aqui e agora”, conjugadas num mesmo tempo-espço, “podem ser espacialmente dissociadas, desencaixadas, para se reencaixarem em outra configuração e/ou escala espacial. Se desencaixe pode ser associado à desterritorialização, então o reencaixe seria a reterritorialização”.

As impressões de C.E.D.L., refugiado peruano:

- Quando saí da empresa em que trabalhava, eles me deram uma indenização, que não foi muito, mas me deram uma indenização. Eles me

diziam “você está renunciando...” (Talvez) por isso, a indenização foi pouca, mas o suficiente para deixar à minha esposa e minhas filhas. Então eu vim para o Brasil, primeiro, porque sem documentos, sem lugar (para morar), eu não poderia trazê-las. Eu tinha de sair de São Paulo pela fronteira a cada três meses, para não estar ilegal. Estou falando essas coisas porque vinte anos já se passaram. Agora minha história é diferente. Puxa, agora eu estou num paraíso maravilhoso, (um lugar) no qual eu me sinto bem. Todas essas coisas que passaram, talvez “hombreu”, a falta de (um lugar) onde dormir, tudo compensa. Hoje eu posso viver tranquilo, minha velhice será maravilhosa e talvez minha experiência possa servir para meus netos. O Brasil (uma pequena pausa) me ‘gusta’, porque as pessoas não se incomodam com estrangeiros, mas são curiosos (os brasileiros), te perguntam ‘de onde és tu?’, ‘Ah do Peru!’ Te perguntam: “o que se passou na Argentina...?”, essas coisas de futebol, e eu que sei pouco de futebol, tive de aprender um pouco para me defender. Os brasileiros pensam que o Peru se entregou (naquela Copa do Mundo), que foi comprado pela Argentina, e o Brasil perdeu (a Copa) por essa causa. Não é assim. Porque de todos os jogadores desta época, o único que ficou milionário foi, Assim como o Pelé, no Peru há uma personalidade futebolística, que “és” Willians. Ele é milionário, foi professor, tinha uma carreira. O resto (dos jogadores) não recebeu um tostão. Brasil é um país maravilhoso para mim. É limitado como eu, mas, até hoje, não posso dizer nada contra o Brasil.

Para a refugiada sérvia D. S., o processo de desterro foi entendido e assumido como algo do passado e a sua capacidade de reinventar-se e reterritorializar-se deu-lhe sustentação para construir uma nova etapa em sua vida e na de sua família:

- Eu voltei ao meu país depois de 18 anos e, sim, depois de 18 anos vi uma estagnação nas pessoas. As pessoas pararam no tempo e acho que parar no tempo não pode... Tem que ler para não ter uma morte intelectual, tem que estudar, exercitar a cabeça. Para aquelas pessoas é normal. Só que pra mim já não é, já não é. (...) para eles não mudou nada, eu ficava com vergonha, Denise, porque eu não me lembrava das pessoas e eles se lembravam de

mim na rua e aí eu pensei que para mim mudou muito. Vi outras pessoas, vivi outra vida, fiz coisas diferentes e esqueci o restante. Eles não, eles sempre ficaram naquela vidinha, as mesmas casas, as mesmas pessoas, as mesmas caras todos os dias, enquanto eu vejo milhares de pessoas...

Segundo Said (2003), o desenraizamento rouba do sujeito o ânimo e a energia necessários para recomeçar, o que implica esforço de alfabetização, não apenas da língua, mas das convenções do novo país, dos hábitos e modos de ser dos mais banais ou mais estratégicos.

A refugiada iraquiana, N.K.D mesmo encontrando grande dificuldades em razão da língua e diferente cultura, tem objetivos claros para um futuro mais tranquilo e esperançoso:

- Eu estranhei muita coisa. Brasil é um país muito bom, eu gosto de gente daqui. Não é igual à França ou à Holanda. Eu já fui lá antes... O árabe tem problemas lá... Aqui não. As pessoas dizem, 'que legal!', 'que lindo!' Muito bom aqui. Quando cheguei, eu tinha 45 anos, estava muito forte e com muita energia, e pensei: 'Vou fazer muita coisa...', mas depois não (fiz). Tive de ficar em casa, e fiquei doente porque não tinha trabalho. Meu filho falou: 'Vou abrir escola para você.' Meu coração me diz, vou abrir escola para criança aqui, mas tenho que abrir com outra pessoa. Eu estudei no Brasil, mas se Deus quiser vou abrir minha escola. Mas agora tenho que me dedicar à minha filha que tem criança e precisa de mim. Meu sonho... Tem muita coisa aqui, sonho muita coisa, eu, por dentro, ainda (estou) verde, entende? Ainda não estou madura. Até morrer vou me sentir verde (risos), não seca. Meu coração é igual há vinte anos, não tenho preguiça, nunca. Tenho muita energia, esperança, muita coisa, graças a Deus. Agora minhas filhas precisam de mim. Minha filha dentista vai ter criança agora dia 26.

A pátria é uma zona de conforto apenas para aqueles que a possuem, o que não é satisfatório uma vez que é esta mesma pátria que cria a separação e o exército de exilados e banidos da dignidade humana, mais acintosamente ou menos.

Fronteiras que separam pátrias podem ter-se tornado mais do que linhas que definem o que está cercado daquele que não está, o ordenado do não ordenado, ou o conhecido do desconhecido, e segundo Haesbaert:

“Fronteiras marcam o limite onde a ausência se torna presença. Mas tais fronteiras parecem estar se dissolvendo. Elas aparecem menos como barricadas impermeáveis e mais como limiares, através dos quais tomam lugar as comunicações e onde as coisas e pessoas de diferentes categorias – local e distância, nativo e estrangeiro, etc. – interagem.” (2004, p.168)

Na percepção do refugiado paquistanês A.M., a pátria é onde se possa sentir seguro e livre, e para sentir-se livre, ele atravessaria quantas fronteiras fossem necessárias:

- O Brasil recebe bem as pessoas. Meu coração falou ‘vai para o Brasil’. Minha família veio em linha certa (direção certa). Se você não rouba, não mata, não vende droga, Brasil não tem problema. Nenhuma vez fui parado pela polícia pedindo documento, nunca! E nesses cinco anos, saí de casa para o trabalho, de trabalho para igreja e de igreja para casa. Se alguém fala ‘você sabe este lugar pertinho de você, eu não sei. Sei de meu trabalho e de minha casa.

A questão do desterro foi levada aos entrevistados no momento em que narravam as causas que os levaram a buscar refúgio no Brasil. No decorrer da pesquisa, autores como Volpe, Said, Deleuze, Parnet e Haesbaert nos ilustraram as consequências do desterro, porém, os sujeitos desta pesquisa nos convidam a olhar para um outro aspecto desse processo, que é a capacidade individual de reinventar suas próprias vidas e as das pessoas que compartilham as mesmas experiências.

Na visão de Todorov, o sujeito tem a capacidade de assimilar novas culturas sem precisar abandonar sua cultura de origem, sem passar a enxergá-la como algo do passado, sem presente e muito menos sem futuro.

“O que é preciso crer e lamentar é a própria desculturação, degradação da cultura de origem, mas ela talvez seja compensada pela aculturação, aquisição

progressiva de uma nova cultura, de que todos os seres humanos são capazes” (1939, p.24).

Cada entrevistado, à sua maneira, contempla a reflexão de Todorov sobre a realidade do desterro. Para reforçar esta reflexão, destaco a fala de M.E.S.C., refugiado peruano:

- A situação do refúgio ajudou nisso. Acho que seria diferente se eu estivesse na Colômbia... Todas essas coisas ajudam você, porque você tem que mudar essa mentalidade. Por exemplo, essa mesa aí (aponta para a mesa da cozinha) que você gosta, porque é linda, gosta tanto, você tem que abrir mão porque não é só isso, há muitas outras coisas mais importantes. Aprender a abrir mão das coisas... Quando eu peguei o barco de Tabatinga para Manaus, pensei: ... 'no', eu não volto atrás, não tem mais nada o que fazer. Nunca tive um grande sofrimento por isso. Você tem que pensar que será uma nova vida e aceitar como é.

Para F.M.B., o desterro está relacionado à quebra das relações com seus familiares, mais especificamente, com sua esposa, após a descoberta de um grave problema de saúde. A sensação de vulnerabilidade não foi sentida ao chegar a uma nova pátria, mas quando da ruptura de vínculos mantidos por conterrâneos. Isso, sim, acentuou a sensação de vulnerabilidade e solidão.

- O que eu mesmo estranhei foi a comida (risos) e um pouco da língua, porque existem palavras muito diferentes daqui e de meu país. Você se lembra da confusão no Rio? Parte do idioma, também o clima foi bem, as pessoas diziam que eu falava rápido e não me entendiam, mas eu fui falando mais devagar e tudo bem. Nunca me faltou trabalho, nunca. Desde que cheguei aqui, nunca deixei de trabalhar. Sempre tive muita ajuda da Caritas e eles só deixaram de me ajudar quando consegui minha aposentadoria, então, tudo bem. Eu penso que se você se esforça, reconhece o que fazem por você, tudo fica mais fácil. Quando fiquei doente, a Caritas me ajudou a arrumar uma casa pra morar, porque minha mulher não queria mais viver comigo. A Cezira, a Heloisa, elas nunca me abandonaram. Iam me visitar no hospital, nunca

faltou medicamento, comida, nada. Quando eu saí do coma, eles me ajudaram muito. Nesse tempo eu vivia com minha mulher na Mooca e foi ela que notou que eu estava doente, porque eu estava emagrecendo muito, e passados quinze dias, eu perdi toda minha força. Isso foi numa terça-feira, dia 20 de julho de 2002. Minha mulher e um amigo me levaram para um Pronto Socorro e o médico, assim que me viu, disse: Você precisa ir ao Hospital Emílio Ribas. Nós fomos e assim que eu entrei no hospital fui internado imediatamente na UTI e lá permaneci em coma induzido por um mês e vinte e sete dias. Eu sei, pois meu filho me contou, no dia da alta. Fiquei mais quinze dias. Depois que eu saí da UTI, o hospital ligou para minha esposa, mas ela disse que eu não podia mais voltar para lá. Então um amigo pastor foi me buscar e fiquei por um tempo morando com um amigo. Minha maior dificuldade mesmo foi quando fiquei doente. Senti-me muito só e fraco. Antes disso, eu nunca havia sentido nenhuma dificuldade, nunca mesmo. Eu fiz amigos, eu tinha emprego, tudo, tudo.

Como um reverenciado líder religioso, o refugiado D.M. tem como missão acolher espiritualmente os jovens, refugiados ou não, que o procuram em busca de uma palavra de conforto e força para superar as adversidades. Porém, mesmo para ele, o processo de desterro não foi menos cruel do que para os seus “filhos”, como ele costuma chamar todos os jovens que o procuram.

- Quando cheguei, tive dificuldade em tudo, tudo, porque é preciso falar a verdade. Quando você chegou, você atravessou o mar, você não ousa sequer falar seu nome, você mata sua personalidade, mata seu nome, essa é a realidade. Porque quando você chega, não só você não vai retornar, como também você não quer dizer quem você é. Você mata seu nome, você se mata, é um suicídio cultural contra sua pessoa porque você não quer dizer a verdade. E quando não se diz a verdade, não tem mais jeito, sobretudo para alguém que foi educado para dizer a verdade, para preservar a verdade. Você se encontra numa situação em que não pode mais dizer a verdade. Aí é um morto que está falando, e quando um morto fala, é um cadáver. O cadáver não tem mais importância, está debaixo da terra e todo mundo passa em cima. Quando chegamos aqui, nada foi fácil, a gente não tinha onde dormir. Era

preciso documento para poder gozar de certos privilégios, foi isso que falei há pouco, quando você se responsabiliza pela vida de alguém, tem que ser uma responsabilidade integral. Não posso falar “aguarde quando sair seus documentos” para eu poder me responsabilizar com a sua vida. Enquanto isso, o que essa pessoa vai fazer?

Ainda na visão de Todorov, a existência do sujeito está na sua própria imagem e em sua consciência, o que não é natural. Somente é possível receber sua confirmação através do exterior, dos outros, sendo assim, “logo existo”.

(...) A busca de reconhecimento e de confirmação de nossa existência não se limita à infância, e domina a continuação da vida social, infinitamente mais, já que se compõe a busca de prazeres ou a continuação de alegrias pessoais; ela não possui nada de um ativismo de que poderemos nos libertar. (1990, p.135)

Considerações

As reflexões teóricas dos autores em pauta são mediadas por referências amplas acerca do tema, nem sempre confirmadas por relatos empíricos, daí o certo descompasso nas inferências e, até mesmo, certa contraposição. Considero importante expor essa contraposição uma vez que esta pesquisa visa uma aproximação das vidas dos refugiados no seu cotidiano de desterro e no seu modo de reterritorializar-se em situações adversas, situações em que pouca esperança se tem de retornar à sua condição de origem. Como disse, trata-se de um desterro.

O que observo nestes idosos refugiados é que eles não se prendem ao passado, não veem o passado como perda, ou como um peso desnecessário, mas, tiram proveito de suas experiências, lutas e adversidades como sustentação na reconstrução de novas relações e oportunidades. A grande revelação nessas entrevistas foi a capacidade de criação de modos de vida para realinhar-se no presente.

3.2. A Língua Portuguesa e a cultura brasileira.

“Quaisquer que sejam as formas do exílio,
a língua é o que se guarda para si.”
Jacques Derrida²⁴

Tornou-se hábito chamar o espaço do Curso de Português para Refugiados de “território neutro”. Em um convívio diário por dois meses, os refugiados descobrem as diferenças e peculiaridades entre si e se enriquecem, ao mesmo tempo em que contribuem para uma experiência pouco comum, vivenciada por eles próprios, pelo docente e por mim, que acompanho integralmente, do início ao fim, esta atividade. Durante um simples bate-papo ou troca de ideias são perceptíveis, marcantes e indecifráveis as diferenças, mesmo entre sujeitos de uma mesma nacionalidade, com suas roupas exóticas, largos sorrisos e altivez de olhar.

A cada três meses, uma nova turma de solicitantes de refúgio e refugiados é formada para o curso de português e é sempre uma surpresa saber quem são esses alunos e de onde vêm. Reunidas em uma mesma sala de aula, estão pessoas de nove nacionalidades. Diante de tantas cores, cheiros, sons e gingados, este pequeno espaço é comparável a uma “babel”.

Tão diversas são as nacionalidades, os idiomas e os dialetos. Um aluno de origem congoleza - nascido na República Democrática do Congo - tem o francês como a língua oficial, porém, os congolezes já contabilizaram mais de cento e oitenta dialetos diferentes em prática em seu país.

Não são casos isolados alunos inscritos no Curso de Português para Refugiados que se comunicam apenas no dialeto. Nestes casos, o docente precisará contar com a colaboração de outro aluno da mesma nacionalidade, que passa a exercer o papel de tradutor durante o curso.

Além da língua, a diversidade cultural, religiosa, de gênero e as opiniões políticas são temas polêmicos, e requerem muita sensibilidade do docente para

²⁴ JACQUES DERRIDA. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade*. 2003

mantê-las do lado de fora da sala de aula, para que o objetivo principal - o ensino da Língua Portuguesa - seja respeitado.

A assimilação de uma nova língua pode ser rápida quando convivemos com ela vinte e quatro horas por dia, como é o caso dos solicitantes de refúgio e refugiados, no entanto, a qualidade desse aprendizado será comprometida em razão do convívio social, em que o uso de gírias e a má formação na Língua Portuguesa contribuem de forma negativa para o estrangeiro que necessita aprender o português para comunicar-se e se integrar.

Com quatorze anos de realização, o espaço da sala de aula oferece a oportunidade de esclarecer dúvidas e orientar para que esse sujeito “recém-chegado” ao país não seja vítima de preconceitos e mau-entendimento ao empregar palavras e expressões inadequadas, seja no convívio com os cidadãos brasileiros, seja na hora de buscar um emprego, pois o mau uso da língua pode comprometer seu ingresso no mercado de trabalho. O ensino de Português é colocado à disposição, não apenas dos refugiados e solicitantes de refúgio, mas a qualquer um que deseje dominar o idioma.

Para a realização do Curso de Português, o SESC contrata docentes da instituição SENAC e fica a cargo desta instituição a aplicação de uma avaliação ao término do curso e a emissão de Certificação de Conclusão do Curso de Português para Refugiados.

O curso de Português para Refugiados foi criado no ano de 1996, e foi a primeira atividade oferecida pelo SESC São Paulo após a assinatura do convênio com a Caritas. Cada aluno recebe uma apostila, contendo material desenvolvido especificamente para atender às necessidades básicas desses refugiados. A importância deste material está na adequação do método às necessidades diárias deste sujeito, diferentemente dos métodos convencionais do ensino da Língua Portuguesa para os demais públicos, como estudantes e executivos.

O solicitante de refúgio e o refugiado ao chegar a uma terra estranha, com uma língua estranha, se sentem como cegos, pois não conseguem ler nenhuma

informação; sentem-se mudos, pois não conseguem se fazer entender ou ser entendidos.

O método utilizado no curso foi construído com a ajuda dos próprios alunos, ao trazerem para a sala de aula, indagações e curiosidades vivenciadas no dia a dia nas ruas, nos albergues e nos postos de serviços onde buscavam auxílio seja para atendimento de saúde, emissão de documentos ou busca por trabalho.

Não há quem não enfrente desafios neste programa, seja o solicitante de refúgio ou refugiado, que precisa da noite para o dia instrumentalizar-se, emancipar-se, seja o docente, que recebe uma carga emocional sem precedentes, seja a equipe do SESC Carmo e eu, que precisamos cuidar de várias etapas para que os serviços oferecidos a este sujeito possam ser usufruídos por ele da melhor forma.

O processo de aprendizado da Língua Portuguesa pelos refugiados mereceria uma pesquisa à parte. Isso porque a sala de aula se torna um dos espaços mais ricos na troca de experiências, afetos e apoio para superar sentimentos como medo, cansaço e solidão e compartilhar esperanças, sonhos e superação.

A experiência vivida por F.M.B. em seu primeiro dia em território brasileiro será inesquecível e serve de exemplo em sala de aula sobre o que uma palavra inadequada pode ocasionar na vida de um refugiado.

Apenas para efeito de esclarecimento, F.M.B. teve o destino traçado antes mesmo de sair de Cuba e ir para o Estado do Paraná. Antes da parada no Paraná, ele e outros compatriotas fizeram uma escala na cidade do Rio de Janeiro:

- Então nós resolvemos sair para conhecer o Rio. Saímos e fomos avisados de que dali a quatro horas, precisávamos estar de volta para seguir o voo até Curitiba. Um representante do ministério do trabalho nos deu dinheiro – noventa cruzeiros para cada família. E então fomos conhecer o Rio. Chegamos ao Leblon e aí (veja) o que aconteceu comigo e com o Elias... Deixamos as pessoas na praia e fomos procurar um bar. Chegamos num bar e pedimos ao garçon um pinto – pinto, em Cuba, é pinga. E então o garçon nos

chamou de viados - e viado, em Cuba, é um animal – e nos disse: ‘Aqui, aqui, aqui tem é homem, rapaz! Se vocês querem comer outro homem, não é aqui não. Aqui não tem viado, não...’ Eu entendi (o que ele quis dizer) e do meu lado tinha um senhor tomando cerveja. Eu peguei a garrafa do balcão e dei na cabeça do garçon porque ele me chamou de “maricón”. Em meu país “maricón” é viado e, então, eu meti a garrafa na cabeça dele. Fomos (parar) todos na delegacia, e o delegado não entendia nada do que eu falava e eu tão pouco entendia o que o delegado falava. Eu não entendia nada, ninguém entendia nada, e eu e o Elias lá na delegacia. Levaram o garçon para o hospital. Na delegacia, não entendíamos nada, o delegado também não entendia tampouco, até que nos mandaram para um calabouço. (Ficamos lá) até que o delegado mandou buscar um tradutor, pois ele não sabia se éramos gringos ou cubanos. Nossos passaportes eram em castelhano e ele não entendia nada. Ficamos umas três horas presos até que chegou o tradutor e aí nos levaram para a sala do delegado. E ele disse ‘fala aí’. Nós explicamos a situação para o tradutor e ele explicou para o delegado que, em Cuba, pinga é pinto; e que o garçon nos havia chamado de “maricón”. Então, o tradutor perguntou: ‘onde vocês estão?’ Eu expliquei que estávamos com um grupo que ficou na praia do Leblon pois tínhamos 4 horas antes de embarcar para Curitiba. Nisso já se passava umas duas horas e meia. Mandaram esse tradutor para o aeroporto para comunicar aos oficiais que dois cubanos estavam presos por agredirem um garçon, “uma tragédia”. Então, foram dois representantes do governo para lá e nós podemos explicar tudo. A polícia federal entrou com o delegado em uma salinha e após alguns minutos eles nos avisaram que a família do garçon estava vindo para a delegacia e que ele tinha levado 25 pontos na testa. Então, o delegado não sabia se abriria um processo contra mim - isso seria decidido com a família do garçon. Então foi resolvido que o resto do grupo iria para Curitiba e que nós dois ficaríamos acá até acertarmos a situação, e depois encontraríamos o grupo lá.

A língua materna, profundamente enraizada de sentimentos e história, deverá agora ser proferida em ambientes restritos no país de adoção do refugiado. Seus meandros tornam-se tropeço na aquisição da segunda-língua, ou terceira, no caso dos sujeitos que foram obrigados a adotar a língua de seu colonizador. Todavia, o

domínio da língua local é necessário para o seu reconhecimento como portador da nacionalidade da nova terra.

O refugiado passa a ser portador de outra língua, impregnada dos vestígios que o denunciam como alguém que não é “daqui”. Este refugiado reserva a língua materna para o convívio na esfera doméstica e afetiva, mundo paralelo onde busca manter os laços e as origens por meio da manutenção e valorização de tudo o que traga de volta os ares da terra natal.

Para Derrida, a hospitalidade está diretamente vinculada à língua, à capacidade de comunicação entre aquele que chega e aquele que o recebe, e, segundo ele:

(...) o estrangeiro é, antes de tudo, estranho à língua do direito na qual está formulado o dever de hospitalidade (...). Ele deve pedir a hospitalidade numa língua que, por definição não é a sua, aquela imposta pelo dono da casa, o hospedeiro, o rei, o senhor, o poder, a nação, o Estado, o pai, etc. Estes lhe impõem a tradução em sua própria língua, e esta é a primeira violência. (2003, p.77)

O que se quer salientar com esta exposição é que, apesar de serem provenientes de diversas regiões, detentores de diferentes culturas, histórias, traumas, conflitos e realidades, o refugiado e/ou o solicitante precisam romper, por ora, com a comunidade de origem e criar laços com o novo local de acolhimento, integrando-se, sentindo-se útil e participando da vida social, ou seja, há, para o bem-estar dos refugiados e da comunidade acolhedora, uma necessidade premente de formação de redes e de relações sociais de confiança e de cooperação, fundamentais para a obtenção e/ou manutenção de recursos suficientes para fazer com que o refugiado e/ou o solicitante de refúgio sintam-se como cidadãos no novo lar e também assim sejam visto por quem os acolhe.

Ao viver a situação de refúgio, o sujeito é lançado numa aventura existencial de ultrapassagem de fronteiras da identidade e da memória, e experimenta uma transformação (frequentemente dolorosa) da percepção identitária de si, do valor social das suas referências culturais de origem. Com o eterno desejo de um dia

retornar a suas antigas origens, surge a necessidade vital de sobreviver em uma nova cultura.

Nas palavras de Critelli:

Nenhum homem foi feito para lidar com os fatos da vida de forma fragmentada e aleatória. Os fatos precisam ser costurados com um fio de sentido que lhes dê alguma razoabilidade para serem compreendidos. Só depois de compreendê-los podemos definir nossas ações e tocar a vida. (2002, p.31)

Quanto maior for a inserção e autonomia do sujeito mais facilmente entenderá que a nova cultura não é um sistema fechado ou um conjunto de crenças e práticas tradicionais transmitidas de geração em geração de forma “fixa”, mas algo vivo, dinâmico e em constante mudança.

Boris Fausto destaca a importância do âmbito familiar como: “o espaço no qual a vida privada do imigrante assume proporções de maior relevância, pois a história para ele passa pela história de sua linhagem. O imigrante estabelece os elos com suas primeiras raízes e tradições culturais através da comida, da língua, da decoração do ambiente com remissão às origens e das fotos de família nas paredes”. (1998, p.58)

Podemos vincular a comida diretamente à comunicação tanto no âmbito doméstico como no âmbito social. As relações interpessoais são praticamente desenvolvidas em torno de uma mesa, seja ela em um albergue, seja ela em uma unidade do SESC São Paulo. Ao redor dessa mesa, se sentem mais perto e revivem emoções do ambiente doméstico da terra natal, conforme traz Fausto:

“A comida é elemento que bem caracteriza o discurso do imigrante, exemplos de ligações ainda mantidas com a terra de origem. Os estudos sociológicos registram que ela é lembrada como um fator de unir a vizinhança nos bairros étnicos, representando uma ponte para a terra de origem, a manutenção de um paladar e de uma identidade. É a comida um elo importante que recupera a memória da pátria, mas, igualmente a figura materna, o afeto familiar, os parentes mortos, a infância. A lembrança das comidas típicas contraditoriamente povoa o imaginário, mesmo

daqueles imigrantes que vieram para a nova terra premidos pela carência. (1998, p.59)

O domínio da língua enquanto um dos fatores basilares na integração do refugiado é uma constatação. Na realidade brasileira, porém, a condição de dominar o idioma não se faz presente na ordem do dia nas discussões relacionadas com a acolhida e proteção deste indivíduo na agenda governamental. Isto representa o descaso dos órgãos governamentais no compromisso que estabeleceram na acolhida, proteção e suporte social, assinada em 1995, quando abriram as portas do Brasil a todos os cidadãos estrangeiros vítimas de violência.

Atualmente, a sociedade civil esforça-se para suprir a ausência do poder público em oferta de cursos de Língua Portuguesa ao solicitante de refúgio e refugiado em todo o território nacional, o que torna impossível estabelecer um padrão de ensino da Língua Portuguesa. Cada Estado que acolhe esses grupos improvisa espaços e material didático na tentativa de não deixá-los sem o conhecimento básico imprescindível à comunicação.

As necessidades dos refugiados sempre seguem um ritmo mais acelerado do que a disposição do poder público de atender. Nas palavras da refugiada iraquiana N.K.D.:

- Hoje eu sei que tem muita gente chegando, gente da Síria e do Iraque. Há muitas famílias que estão morando nas mesquitas... Imagina as mulheres nas mesquitas, como dormem, como vivem... Mas não têm pra onde ir e nem dinheiro para alugar casa. São Paulo é muito cara e o que a Caritas paga não dá pra nada. Eu falo pra eles que é muito importante a ajuda neste primeiro momento, ajuda para comer, ajuda de transporte, ajuda para língua, tudo, tudo... E emprego, sim, ajuda para arrumar emprego. E depois cada um vive sua vida, mas precisa de ajuda no começo. Até quando as pessoas vão ficar nas mesquitas? Ontem eu fui acompanhar uma família. Eles não conhecem nada, não sabem onde é a Polícia Federal, não conhecem nada. Eu sempre vou acompanhar famílias sírias até a Caritas para explicar tudo, tudo. Lá não tem ninguém que fala árabe, ninguém conhece dinheiro. Na Caritas não

explicam essas coisas, como direitos e como viver aqui sem conhecer dinheiro. Então eu ajudo, sempre vou à Caritas com eles, graças a Deus.

Na opinião de Pardal (2007, p.75), “a língua do país de acolhimento pode assim desempenhar, se não um papel decisivo, ao menos um papel fundamental como instrumento de explicação e de apropriação da realidade e, por conseguinte, como instrumento de apoio à resolução dos problemas do dia a dia”.

Ainda com N.K.D:

- A língua é igual o mar, porque ele é muito grande, e você aprende mais e mais até o final da vida. A vida tem muita informação, por isso a pessoa depois dos 40 anos precisa ler e estudar para que a cabeça, o cérebro continue com saúde, não morra. Tem gente que fala, ‘ai, esqueci, ai não lembro mais...’ Não, não, não, pego papel e caneta como este aqui (mostra um pedaço de papel) e escreve a palavra que eu não entendo e aí pergunto para meu filho ou minha filha, o que significa. Aí escrevo a palavra 5 vezes e não esqueço mais. O Brasil tem muita coisa diferente e por isso eu estudo todo dia. Quando agora eu vou dirigir, no caminho eu leio as placas, agora consigo viajar, eu e minha filha sozinhas. Meu filho disse: “Ah, mama, você não consegue.” E fui para o Guarujá sozinha. Quando cheguei lá, liguei e disse: “Cheguei!” Eu conheço bem São Paulo, meu filho, que mora aqui mais tempo que eu, não conhece nem metrô.

A aprendizagem da língua do país de acolhida será condicionada à importância que os sujeitos lhe atribuem, ou seja, quanto maior for a valorização da língua, mais esforço será investido na sua aprendizagem e, conseqüentemente, mais depressa conseguirão atingir uma boa proficiência linguística, o que, em última instância, facilitará também a sua integração na comunidade de acolhimento.

O refugiado paquistanês A.S., não pode aprender a Língua Portuguesa por falta de tempo. Sua fluência é restrita, mas mesmo assim tem conseguido vencer alguns obstáculos e é muito grato ao Brasil por isso:

- Quando cheguei ao Brasil, fui procurar trabalho. Mas não encontrei trabalho, por causa da idade e porque eu não falo bem Português. No Paquistão se fala Curdo. Mas meu coração é muito leve porque estou no Brasil e também porque posso ir a minha igreja. No Paquistão um dia eu podia ir, no domingo, e aqui eu posso (ir) quatro dias da semana e eu fico muito alegre, por isso. (...) A comida é muito boa, bife, feijão, o clima bom, mas a língua é muito difícil, né?

Atualmente, o fluxo de solicitantes de refúgio tem se mostrado diferente de anos atrás. Agora, os solicitantes de refúgio e refugiados chegam para ficar. Em situações anteriores, quando iniciei o trabalho no SESC, há 15 anos, muitos africanos, ou mesmo colombianos, viam o Brasil como um meio de chegar a algum país do continente europeu ou da América Central. Assim, o aprendizado da língua era visto como necessidade secundária, não fazia parte de seus planos, e a evasão em sala de aula chegou, em alguns momentos, a 90%. Numa classe de 20 alunos inscritos, era comum que apenas dez concluíssem o curso.

Os seres humanos, em cada etapa da vida, possuem predisposições conforme os condicionamentos da natureza e das aprendizagens anteriormente adquiridas. O conjunto integrado e dinâmico do ser é instituído em narrativas ou discurso, conforme a comunicação efetuada sobre ele. A comunicação é feita pelas construções simbólicas e pelos disciplinadores do ambiente.

Segundo Both, Pasqualotti e Lima, no capítulo Gerontologia, Longevidade e Educação, enfatizam que os seres humanos em cada etapa da vida, possuem predisposições conforme os condicionamentos da natureza e das aprendizagens anteriormente adquiridas, e a língua é um sistema social, e não um sistema individual. “Ela nos preexiste. Falar uma língua não significa também expressar nossos pensamentos interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em sistemas culturais.” (2011, p.1645)

Para o refugiado colombiano A.R.P., a Língua Portuguesa não é e nunca foi um obstáculo à sua adaptação no Brasil, e mesmo com uma escolaridade tímida e sem realizar cursos atualmente, ele manifesta o seu interesse pelo aprendizado:

- Não. Tão pouco, eu sofri com a língua (portuguesa). Como eu falo espanhol, não me parece trabalhoso. Aprendo o que necessito de português, e coisas de inglês e se me toca ir à Alemanha, os costumes da Alemanha eu aprendo, porque toda a minha vida, a cabeça me serve. (...) eu estudei um ano na Colômbia e não mais. Aprendia as letras e me 'gusta' ler, mas escrever, quase 'no'; apenas a firma minha. (...) aqui, eu estudei no SESC por 3 meses e aí eu conheci você. (...) voltar a estudar (silêncio), agora não, porque como eu tenho idade e por aqui eu dou voltas (caminho devagar) e já não posso quase cumprir um horário, mas se for poucos dias, aí, sim, mas não posso fazer dias seguidos.

De uma forma geral, verifica-se que há uma série de fatores que se convergem no sentido de motivar e de intensificar o interesse de um refugiado para a aprendizagem da língua do país de acolhimento. O principal desses fatores é a decisão de permanecer no país – e a partir do fato de aceitar uma nova língua, está subscrito que a nova cultura fará parte de sua vida. Quanto maior for sua facilidade em comunicar-se com os cidadãos, mais fácil será sua participação na vida social e cultural em seu novo habitat.

Famílias refugiadas compostas por crianças aprendem com mais desenvoltura e rapidez códigos e regras, pela facilidade e ludicidade dessas crianças em conviver com duas línguas: a materna e a do país em que passou a viver.

Esta experiência foi vivida por D.S., refugiada da Sérvia:

- O trabalho ajuda muito. Para que tenha trabalho você precisa ter conhecimento, não é? Eu comecei a falar o Português melhor; pedi para que minhas filhas falassem somente em português comigo para que eu pudesse me inserir melhor no mercado de trabalho. Então tive essa sorte louca de

conseguir entrar no SENAI e uma coisa foi impressionante, Denise: depois de dois meses elas já falavam Português, e as crianças não pensam para falar; elas falavam de boa, enquanto eu precisava pensar para traduzir a minha língua para o Inglês e do Inglês para o Português. Nesta época minhas filhas tinham 11, 6 e 5 anos. A mais velha já falava inglês fluentemente e ainda conhecia um pouco de Alemão, além do idioma Sérvio, que é a língua falada em meu país.

Aprender a língua do país de acolhida contribui para as inter-relações e a construção de uma nova cidadania. Para Derrida, a questão da língua não está relacionada à possibilidade de justiça: a violência de uma injustiça começa quando todos os membros de uma comunidade não compartilham o mesmo idioma – ou seria a mesma língua? “Seria injustiça julgar alguém que não compreende seus direitos nem a língua em que a lei está escrita, ou o julgamento pronunciado.” (DERRIDA, 2007, p.5)

Para a refugiada senegalesa D.D.F., encontrar parte da cultura de seu continente significou eliminar algumas barreiras, entre elas o fato de ser negra. Para culturas distintas, esse fato poderia ser um grande obstáculo, principalmente no que diz respeito à autoestima.

- Cultura brasileira é ótima porque é a pura cultura africana. Eu encontrei aqui no Brasil a cultura africana (uma cultura que,) na África, mudou (significou) muito para a civilização. (...) No Brasil, a cultura veio da África, não é? Aqui em São Paulo e em outros lugares encontrei a pura cultura africana.

Ainda com Derrida:

“Pode-se esquecer de sua própria língua porque ela traiu, assim como se esquecem seus mortos?” “Trata-se de se perguntar sobre o que se passa quando da morte de um estrangeiro quando ele repousa em terra estranha; vocês sabem que os exilados, os deportados, os expulsos, os desenraizados, os nômades têm em comum dois suspiros, duas nostalgias, seus mortos e sua língua...”(2003, p.92)

De outra parte, “os exilados, os deportados, os expulsos, os estrangeiros absolutos continuam muitas vezes a reconhecer a língua, a língua dita materna, como sua última pátria, mesmo a sua última morada”. (DERRIDA, 2003, p.77).

O sucesso da acolhida, refúgio e albergamento passa necessariamente pela língua, pois é a partir do interesse pelo idioma local que serão possíveis o reconhecimento e o respeito por parte dos cidadãos do país da acolhida. A proteção da língua materna por parte do refugiado, ou seja, quando ele a utiliza como único canal de comunicação, acentua a negação de ambas as partes (do refugiado e de quem o acolhe), já que se espera que as pessoas que buscam refúgio no Brasil retribuam tal hospitalidade falando a língua local.

Não podemos ignorar que no momento de aprendizagem de uma segunda língua, o sujeito já possui uma longa história de relação com a *sua* língua, carregada de matizes afetivos e valorativos, constitutivos de sua identidade. A língua estrangeira vem questionar, de forma complexa e não unívoca, a relação instaurada entre o sujeito e sua língua.

Segundo Revuz, a língua incomum, estrangeira, é a língua do estranho, do estranhamento que pode ser vivido como perda, ou como liberdade, assim, para se expressar de maneira nova ou para expressar novos aspectos de nossa experiência: “Aprender uma língua é sempre, um pouco, tornar-se um outro.”(2002, p.227)

De fato, o desconhecimento da língua poderá representar um obstáculo à comunicação com o Outro, ao conhecimento dos seus direitos e deveres enquanto ator social e criar uma desigualdade em que o imigrante se torna ainda mais vulnerável. A barreira linguística leva, da mesma forma, ao afastamento daqueles que não o compreendem, e à aproximação, naturalmente, de quem partilha os mesmos códigos linguísticos. Assim, facilmente se incorre num distanciamento da sociedade de acolhimento, distanciamento este quebrado apenas por razões profissionais. A tudo isto se junta, ainda, o fato de a língua também funcionar como um fator de facilitação das relações interculturais na medida em que, ao ser proficiente numa língua que permita a comunicação, mais facilmente as imagens

estereotipadas poderão ser dissolvidas e os pontos de interesse comuns encontrados.

Se, por um lado, o adulto não está inserido no sistema de ensino, por outro, carrega consigo uma maior carga vivencial que, como já foi referido anteriormente, terá influência na sua aprendizagem. Os seus conhecimentos e/ou experiências poderão servir como recurso de aprendizagem no sentido em que, antes de qualquer coisa, serão referências para relacionar com as novas aprendizagens. Mas isso só será possível se, de fato, a imagem da sociedade de acolhimento estiver associada à motivação para a aprendizagem da língua.

Reconhecemos que o fato de aprender a língua do país de acolhimento não significa que o refugiado esteja envolvido num processo de assimilação da cultura local, porém, os refugiados entrevistados reconheceram que a proficiência da língua portuguesa se tornou um elemento indispensável à inserção e proteção na sociedade brasileira, tanto na sua condição social, como na sua condição de cidadãos.

3.3. Hospitalidade

Apenas quem já se viu sozinho e desamparado em terra estranha e foi de alguma forma auxiliado por um desconhecido pode dizer que conhece a verdadeira hospitalidade.

Silvana Pirillo Ramos²⁵

O universo do refúgio é tão amplo e diverso quanto os sujeitos que se encontram nesta situação. São tantas vidas que se cruzam, vindas todos de todos cantos do mundo, que a sensação que se tem é de que realmente vivemos todos em uma aldeia.

Por meio dos relatos dos refugiados, podemos apurar o sentido de reconhecer alguém em sua totalidade e, assim, eliminar grande parte de nossos medos, insegurança e a crença de nossa superioridade diante do diferente. O sentido maior é Hospitalidade.

²⁵ SILVANA P. RAMOS. Hospitalidade e Migrações Internacionais: O Bem Receber e o ser Bem Recebido, 2003.

No decorrer das entrevistas, fica claro que, no entender dos refugiados, o brasileiro faz jus ao título de povo hospitaleiro, marca reconhecida internacionalmente.

Os refugiados sentem na pele a realidade da acolhida e reconhecem o papel de quem os acolhe. Nas palavras de M.E.S.C., refugiada colombiana, o esforço se faz necessário dos dois lados: daquele que necessita ser acolhido e de quem o acolhe. Se não houver uma reciprocidade, não haverá a possibilidade de abriremos nossa casa para quem chega à nossa porta:

- Acho que há acolhida por parte das pessoas e isto ajuda para que você possa fazer suas coisas. Se você não se sentir estranho, então vai se adaptar fácil.

Todo aquele que chega a um novo país traz consigo a sua identidade cultural, a sua língua materna, o seu trajeto vivencial e a expectativa de manter parte de sua vida aqui, manter um pouco daquilo que foi obrigado a abandonar. A bagagem que este solicitante de refúgio ou refugiado carrega caracteriza-o, de imediato, como um elemento que se diferencia dos cidadãos do país que o acolhe, e por um longo período enfrentará o dilema de abrir mão de parte de sua bagagem, mesmo na necessidade de reciclar-se com novas informações e valores presentes neste novo cenário.

Confrontadas com a diversidade, as sociedades de acolhimento têm lá suas formas de encarar as migrações, seja qual for a razão que levou o sujeito a abandonar seus país de origem: uma ameaça ou uma mais-valia. Mesmo fazendo jus à fama de país hospitaleiro, muitos brasileiros vêem a situação do refugiado com a sensação de ameaça, ou seja, o refúgio acaba associado a práticas contraventoras ou criminosas (que este sujeito possa ter praticado em seu país) e não o contrário. Dificilmente o refugiado é visto como mais uma vítima de um sistema corrupto e/ou de uma situação generalizada violência contra os direitos humanos na sua terra de origem.

Papademetriou reforça esta ideia de alteração ao constatar que “a imigração implica mudanças, e mudanças muito rápidas, e confronta-nos com o fato de que as nossas sociedades estão a mudar a um ritmo mais rápido do que alguma vez aconteceu nos últimos cem ou cento e cinquenta anos” (...) e o grande desafio que as imigrações internacionais colocam é o ter que criar e recriar um novo conceito de nós. (2008, p.9)

Segundo Critelli (2012), o cotidiano pode estar atrelado a uma sensação de mal-estar, na qual atos rotineiros, hábitos e estabilidade das coisas e a repetição de fatos revestem em aborrecimentos nosso dia a dia. Mas como lidaríamos com a interrupção abrupta desses movimentos repetitivos se do dia para a noite nos víssemos arrancados dessa realidade?

O homem busca seu reconhecimento junto a seus pares, porém, o valor atribuído ao reconhecimento está atrelado aos resultados de experiências vividas por cada um. O maior reconhecimento que um refugiado poderá conquistar será o reconhecimento de sua situação e de não ser simplesmente “conhecido” como mais um refugiado.

A impressão positiva dos refugiados sob aspectos da hospitalidade brasileira esteve presente em todos os momentos das entrevistas e compreendia o fato de terem sido bem acolhidos pelos brasileiros, evitando assim, estabelecer barreiras, por questões culturais, sociais e econômicas.

Segundo Matheus,

(...) A hospitalidade representa, eminentemente, o sustentáculo do laço social, pois ela tem como princípio fundamental atar o indivíduo a um coletivo, contrapondo-se inteiramente ao ato de exclusão. A qualidade de vida insere e reconstitui o tecido social. Em uma sociedade de “justos” cada um trabalha para incluir os outros. (2002, p. 66).

Para Freud (1933, p.118), os homens compartilham interesses comuns e produz-se uma comunhão de sentimentos que ele denomina identificação. Freud explica que a dinâmica das identificações constitui o ser humano como sujeito de

sua história e pode vir a (re)inaugurá-lo na imprevisibilidade do vir-a-ser, com abertura para novas possibilidades de existência.

D.S., refugiada sérvia:

- Olha, eu não posso dizer que tive problemas, pois eu tinha problemas comigo mesma. Eu tive uma depressão profunda, eu saí de meu país, vim aqui sem ter certeza de nada, com minhas filhas e meu ex-marido, mas olha, nada posso dizer que ficou mais difícil, eu acho que era a língua, mas a língua estava ligada ao meu psicológico e eu aprendi a língua. As pessoas me acolheram e sei que ia no açougue e mostrava o dinheiro, pois eu não conhecia ainda o dinheiro. Eu me lembro que nós chegamos no dia do Impeachment do Collor, dia 29 de setembro, e eu disse 'meu Deus, fugimos de uma guerra para cair em outra...'. A inflação era muito grande e como eu não conseguia acompanhar a moeda eu levava o dinheiro assim (mostra as mãos estendidas) e dizia 'pega o que está precisando'. Eu tenho certeza de que ninguém pegou mais do que deveria e isso acontecia no açougue, no supermercado... As pessoas me ajudavam. Então, quanto a isso, não tive problema algum. Mesmo no SENAI onde trabalhei, sempre fui bem-vinda e bem atendida, nunca me ofenderam, nunca me chamaram de gringa, nada sério, nada acintoso. Eu não posso dizer nada. Penso que os problemas que tive como refugiada não estavam ligados à minha vinda para o Brasil e sim a problemas pessoais. Acho que se a minha vida pessoal fosse boa naquela época, acho que tudo ficaria normal. Teve um tempo em que eu queria voltar para meu país, pois eu dizia para ele (ex-marido): 'eles querem matar você e não a mim e as meninas'. Foi aí que eu fiquei doente, quando tive consciência de que eu não podia mais voltar, de que eu não tinha mais para onde voltar. Foi aí que desmoronei. Ficava no quarto, não queria sair de jeito nenhum, mas eu acho que o ser humano é bastante adaptável e eu sempre penso que se eu tivesse uma vida normal aqui eu não sentiria tanto o impacto. Fomos muito acolhidas. A equipe do Caritas nos ajudou muito, a Adelaide, a Heloisa e a Cezira, todas me ajudaram muito.

Para Habermas, o sentido de reconhecimento público pleno conta com duas formas de respeito: "1) o respeito pela identidade inconfundível de cada indivíduo,

independentemente de sexo, raça ou procedência étnica; e 2) o respeito pelas formas de ação, práticas e visões peculiares de mundo que gozam de prestígio junto aos integrantes de grupos desprivilegiados, ou que estão intimamente ligados a essas pessoas...”(2004, p. 240).

Para Derrida, a hospitalidade mostra, por um lado, a acolhida do estrangeiro, daquele que é de boa família, que tem um nome, um estatuto social, um visto, porém, ele não deixará de falar sobre a chegada do bárbaro, daquele de fala estranha, com um sotaque engraçado e que tem dificuldades de compreender o que acontece em seu entorno.

Na questão do não reconhecimento cultural, um dos grandes problemas é que grupos não reconhecidos geralmente são marginalizados e discriminados, de modo que as exclusões sociais e culturais caminham juntas, alimentando-se uma da outra e reforçando-se mutuamente.

Criar uma comunidade significa respeitar diferenças e valores. No caso da refugiada senegalesa D.D.F, que é muçulmana, a sua cultura e religião nunca foram um obstáculo para que conquistasse o respeito e a solidariedade de vizinhos e pessoas próximas:

- Eu, sim, minha casa é especial. Onde moro, se preciso sair (mudar de residência) eu não posso, porque toda gente lá tem muito respeito... Homem, mulher, todos me chamam Mama. Se chego com coisa pesada e alguém me viu, pessoas vêm para me ajudar.(...) Meus vizinhos são brasileiros brancos, e tem brasileira negra. No mês passado cortaram minha luz, eu não paguei. Antes de eu chegar a minha casa à noite, elas resolveram tudo. Amarraram fios (fizeram ligação direta) resolveram tudo. Minha casa é muito especial, meninas de minha casa são especiais, muito especiais. Se estou doente, elas levam comida para mim, cuidam de mim. A menina que veio aqui²⁶ ela mora perto, eu conheço há sete anos. Esta menina faz tudo para mim, limpa minha casa, cuida de mim, até hoje ela cuida de mim.

²⁶ num determinado momento da entrevista uma mulher brasileira de aproximadamente 40 anos, fala com D.D.F.

A importância da vida em sociedade é indiscutível e a convivência com grupos possibilita aprender e compartilhar formas de comunicação, regras de convívio, códigos e também conhecimento acerca de si e do mundo, como mecanismo de construção da própria identidade.

Para a refugiada colombiana M.E.S.C., os costumes parecidos, assim como a igreja que frequenta e que se assemelha a qual frequentava na Colômbia, diminuem barreiras culturais e emocionais.

- De pronto, somos muito parecidos, 'no'? Temos muitas coisas em comum, nós tomamos café e vocês tomam café, de manhã, e isto é o principal. Vamos tomar café de manhã, vamos tomar café. O almoço de pronto é um pouquinho diferente, esta parte sí, mas vamos nos acostumando. Você não pode morar no passado, tem que viver o presente e tem que se acostumar; e, de pronto, nós nos acostumamos bem 'acá'. Acho que a maior dificuldade que tive foi poder sair (risos). Eu vou à igreja e a igreja minha é de noite. (No princípio,) eu ficava nervosa de vir, 'pero', eu já me acostumei.

3.4. Liberdade

Liberdade – essa palavra
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique,
e ninguém que não entenda!
Cecília Meireles²⁷

Será reconhecido como refugiado todo o indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país.

Para os refugiados entrevistados, a ausência de liberdade civil e política obrigou-os a abandonarem seus países e seus familiares.

²⁷ CECÍLIA MEIRELLES. Romanceiro da Inconfidência, *Editora Letras e Artes*. 1965.

A expressão liberdade foi mencionada por todos os entrevistados, e não poderia ser diferente, afinal de contas, o refúgio simboliza a luta por liberdade, seja qual for sua origem ou forma de manifestações.

A liberdade aqui representada pelos entrevistados refere-se a questões de gênero, religião e política, porém, a ausência de liberdade pode apresentar-se por outros razões.

Por ser um tema muito delicado e tratado por distintas correntes de pensamento, buscamos na obra de Mill uma breve referência no que diz respeito à liberdade civil, entendendo que ela contemplaria o sentido de liberdade, na experiência de cada entrevistado.

O filósofo Stuart Mill, ao tratar da temática da liberdade, o faz dentro do âmbito social, e, em seu pensamento, observa-se uma defesa da sociedade que tem por premissa o respeito à individualidade. No seu entender, a sociedade verdadeiramente representativa é composta por todas as individualidades respeitadas.

O mal começa quando, ao invés de excitar as atividades e as energias dos indivíduos e grupos, o governo troca a sua atividade pela deles: quando, ao invés de informar, aconselhar, e, na oportunidade, censurar, ele os faz trabalhar sob grilhões, ou lhes determina que fiquem de lado e faz o trabalho deles em seu lugar. O valor de um Estado, afinal de contas, é o valor dos indivíduos que o constituem. (1991, p.158)

Mill, acerca da liberdade individual, afirma a defesa contra a coerção extrema que abrigue um indivíduo à fazer o que não deseja, desde, é claro, que isso não prejudique a terceiros. Para o autor (filósofo) impõe-se, também, limites à invasão por parte do governo ou Estado, no sentido de impedir um indivíduo de gozar de sua liberdade.

A liberdade para Mill (1963, p.64) é entendido no sentido mais amplo possível “no necessário ajustamento do interesse individual ao interesse coletivo”.

As três dimensões da liberdade civil para Mill:

1. Liberdade de pensamento e de exprimir sua opinião;
2. Liberdade de agir, segundo o plano de sua vida;
3. Liberdade de se associar.

Segundo Mill, a liberdade é o que afirma a condição de humano:

(...) Como é útil que, enquanto os homens foram imperfeitos, sejam diversas as opiniões, assim também deverá haver diferentes experimentos na maneira de viver: que se deve conceder livre esfera de ação aos diversos caracteres salvo dano a terceiros; (1963, p.64)

Sob as luzes do alto comissariado de Direitos Humanos da ONU contemplam-se como direitos humanos multiculturais os direitos socioeconômicos, políticos e socioculturais, direitos inerentes a todos os seres humanos estendidos a grupos que foram sistematicamente excluídos ao longo da História Universal, como mulheres, crianças, idosos, minorias étnicas e grupos com reivindicações particulares, como homossexuais, deficientes físicos e outros grupos sociais.

A compreensão de liberdade e direito pode apresentar-se de várias formas. Na compreensão de F.M.B., viver num regime socialista, como é o caso de Cuba, significou ter seus direitos e liberdades tolhidos de todas as maneiras.

– Sou uma pessoa livre aqui no Brasil. O que eu mais prezo é a liberdade, a liberdade de direitos dos seres humanos, os direitos e a liberdade. Isso não tem preço. Entreguei a minha vida, por isso, e por causa disso, eu quase morri. Isto para mim não tem preço. Em meu país não existe liberdade, não existe o direito à liberdade; lá, eu não posso falar nada, não posso comentar nada com ninguém; e se alguém do governo escuta ou pensa que você está falando algo contrário, você é fuzilado. Eu me lembro de quando cheguei aqui: nos ensinaram um pouco sobre a língua e sobre os direitos e deveres do cidadão brasileiro. Há trinta e dois anos estou aqui e nunca tive nenhum problema com a lei.

O filósofo Mill deposita uma grande confiança na individualidade, e ela será defendida integralmente também pelos refugiados entrevistados e por mim. A defesa

à individualidade para a constituição de uma sociedade livre fica evidente. Ele afirma:

(...) é de desejar-se que em questões que não entendem primariamente com terceiros a individualidade deve afirmar-se. Onde a regra da conduta não consiste o próprio caráter da pessoa mas nas tradições e costumes de terceiros, falta um dos principais ingredientes da felicidade humana, e inteiramente o principal ingrediente do processo individual e social. (1963, p.64)

Para o refugiado paquistanês A.M. não há nada mais precioso do que a liberdade e, sem ela, não temos como ser reconhecidos como humanos. No depoimento, ele enfatiza a infelicidade que é viver em um país em que coisas tão banais, como ir a uma igreja, podem significar a sua sentença de morte:

- Meu país tem quase 20% de católicos e protestantes, tudo junto. No Brasil tem pouquinha diferença entre católico e protestante... Mas em meu país tudo cristão irmão. Como são poucos, todos moram juntos (próximos). (...) vivemos bem, mas vivem bem porque precisam de segurança. Meu país não tem (segurança). Brasil é muito bom, bom demais" Você quer ir à igreja você pode; quer ir a um bar, pode; quer ir ao cinema, pode; não tem problemas. Mas no meu país, não! É muita briga por causa de religião, se mata, rouba... Uma vez, antes, em 2013, não em minha cidade, em outra cidade, explodiram uma igreja e morreram duzentas pessoas. (...) Em meu país (há) muito problema (mostra as cicatrizes nas pernas). Foi tudo quebrado: pernas e braços, porque sou cristão. Meu país não gosta de cristão... Veja minha cabeça (mostra outra cicatriz na cabeça). Se não saísse, morreria.

Para a refugiada colombiana M.E.S. o direito à liberdade justifica todas as dificuldades que são colocadas em seu caminho. Poder ser mais uma na multidão traz um grande conforto. Ao ser indagada sobre a dificuldade de adaptação no Brasil, ela responde:

- 'No', nós não sentimos (dificuldade). Foi tranquilo. Acho que o Brasil é um país acolhedor e os brasileiros também (...) Acho que a maior dificuldade que

tive foi em poder sair (risos) eu vou à igreja e a igreja minha é de noite. E eu ficava nervosa de ir, 'pero', eu já me acostumei.(...) Acho que a acolhida das pessoas em torno de você ajuda para que você possa fazer suas coisas. Se você não se sentir estranha, então vai se adaptar fácil.

Para o refugiado peruano C.E.D.L., a sensação liberdade foi demarcada a partir do momento que a morte deixou de ser algo ocasional e distante e passou a seguir seus passos:

- (...) saímos, praticamente fugimos por terra com medo, chegamos ao Peru – Lima, Capital e aí continuou... Os senderistas que haviam.....pelo menos o comandante... Eu não via as mortes que depois passei a ver, eu conversava com ele (o comandante) com naturalidade, um amigo. Ele ouvia minhas ideias e um dia me convidou para eu fazer parte do grupo e eu disse 'não, neste primeiro momento eu não posso aceitar, eu estou administrando a empresa...' E foi isso a minha salvação, pois eles não me obrigaram. Mas quando eu sai deste lugar (silêncio), mataram na minha frente uma pessoa inocente com pedra. Eu vi como o mataram. Aí me dei conta de que o ser humano não tinha valor, entende? Foi isso, medo... Se matam uma pessoa inocente desta forma, que será de mim e de minha família? Então tivemos que sair, vamos fugir. O que ajudou a reconstruir minha vida no Brasil foram as minhas filhas e minha esposa. Foi a minha família que me incentivou, pois eu não poderia estar lamentando as coisas; tinha que trabalhar para dar um lugar para as minhas filhas. Passamos necessidades, vivemos incômodos, mas esses incômodos não nos limitaram a aspirar mais. Depois veio a documentação das Nações Unidas, através da Caritas, que nos deu esta oportunidade que para mim foi a liberdade.

Às vezes nos acostumamos com a violência como um pano de fundo em nosso dia a dia e tentamos ignorá-la. Sabemos que ela nos acompanha, mas acreditamos que não acontecerá nada de ruim conosco, porém, para a maioria dos refugiados, embora ela não seja mais fato presente, causa feridas irreversíveis. Neste caso, aqui descrito, a guerra não ficou do lado de fora da vida da iraquiana N.K.D:

- Era 2002, tempo de Saddam Hussein, (quando havia) muita guerra... Eu já tinha perdido meu irmão e meu primo na guerra. Na época de Saddam todo dia tinha guerra, era uma época de muito medo. E meus filhos vieram para encontrar uma tia deles. Depois, quando a América invadiu meu país, em 2003, o Iraque ficou uma bagunça, não tinha governo, não tinha ordem, tinha assalto, não tinha coisa certa, tudo errado. Tem gente que trabalhou com Saddam Hussein que tinha que morrer... A gente trabalhava, meu marido trabalhava no governo, mas não tinha nada a ver com Saddam, trabalhava para servir meu país, igual aqui, todo mundo trabalhava para o país. Depois quando eu escutei isso (traição) eu fiquei com muito medo. Em frente de casa, ao lado de minha casa, todo dia alguém morria, na frente de meus olhos. Juro! Eu vi carro passar e matar uma pessoa... Não tinha mais paz, a vida não era mais segura e em especial para os homens, então, meu filho falou 'pai, larga tudo e vem embora pro Brasil.' (...) a vida no Brasil é diferente e tem cultura diferente, mulher em meu país não sai à noite, nunca sai sem companhia. Tem mulher que não sai nem durante o dia sem a companhia do homem.

A fuga, para muitos, é incerta, assim como o lugar a que muitos refugiados chegaram, mas o objetivo maior disto tudo 'é transpor a fronteira da liberdade'. Isso eu pude aprender com alguns refugiados que viajaram até o Brasil clandestinamente em porões de navios: Há pessoas que, no desespero de fugir, têm como única alternativa tentar subornar alguém da tripulação de um navio para poder se esconder durante alguns dias, até que o navio zarpe.

Nesses casos, tão incerto quanto sua vigem é o destino, o país aonde essa pessoa irá chegar. Acredita que chegará ao continente europeu, mas a sua última parada será em terras brasileiras, onde será abordado pela Polícia Federal.

Ao negociar sua viagem, este imigrante será obrigado a destruir seu passaporte ou qualquer documento que comprove sua nacionalidade. Esta ação impedirá que o responsável por essa embarcação seja obrigado a deportar esse imigrante. Sem documento, sem nacionalidade.

O próximo passo desta tragédia será o abandono desse imigrante nos portos brasileiros. Se der sorte, alguém irá se aproximar dele e orientá-lo para que procure uma entidade que possa ajudá-lo.

O mar tem dois papéis na vida de um refugiado: o de vilão, quando engole vidas, ou de salvador, quando o entrega são e salvo em terra firme. No caso da refugiada senegalesa, a liberdade tinha um destino certo, e o mar a ajudou nesta conquista:

- Eu escolhi o Brasil porque me disseram que o Brasil era muito bom, era muito carinhoso com a gente, respeitava mulher, respeitava criança e aqui se tinha liberdade. Liberdade no meu país é diferente, é outro tipo de liberdade, é outra cultura. Eu trabalhava na rádio, então, tive que fugir. Em meu país é a mesma coisa: cristão, muçulmano, não há diferença nisso, mas religião e cultura não são iguais. Cultura é cultura e religião é religião. A mulher não tem direito, não é questão de liberdade. Lá é o homem que fala; mulher não fala. Se você tem esposo, você tem que respeitar esposo. Homem pode bater em mulher, bate muito, todo mundo bate.

O entendimento sobre a figura do refugiado para Agamben está contemplado no sentimento de D.M., refugiado malinês, quando ele expõe a falta de preparo do governo brasileiro na acolhida a refugiados, o que, segundo ele, aumenta ainda mais a sensação de insegurança e vulnerabilidade.

Segundo Agamben:

(...) a figura do refugiado rompe a identidade entre nascimento e nacionalidade e põe em crise a originária ficção do Estado-Nação. O refugiado não se encaixa e não pode ser representado por essa ficção e merece, assim, ser resguardado como figura central da nova história política. O refugiado deve ser considerado pelo que é: como ser humano puro, desatrelado de qualquer vínculo de nacionalidade que se proponha. Os refugiados, uma vez fora dos limites de seus países natais, não possuem mais o arcabouço sócio-jurídico que deveria lhes servir de proteção. Tampouco estão sob a total e ampla proteção do Estado onde pedem asilo. Os refugiados são assim uma espécie de sujeitos fora da lei, mas não um fora de uma ou outra lei, mas

fora da lei enquanto tal, em sentido amplo. A eles não se aplica o estatuto jurídico de seu país natal e nem o estatuto jurídico do país no qual buscam refúgio. Os refugiados permanecem, assim, numa situação constante de indefinição, de transitoriedade na provisoriedade de qualquer assentamento. (2007,p.129)

Nas palavras de D.M.:

- As pessoas não sabem o que é ser refugiado. Para a maioria das pessoas, quando se fala que é um refugiado, se pensa que é um ladrão ou alguém que matou, um assassino que fugiu do seu país. E tem aquele medo natural dos refugiados. Quando você vai ao banco com o protocolo da Polícia Federal, o atendente olha para você e fala que não é válido. Eu passei por essa experiência. Eu, Grand-papa, fui para receber dinheiro em uma agência de Western Union aqui, no parque Dom Pedro, em 2009, eu me lembro muito bem. Quando entrei, entreguei o protocolo e o passaporte. A atendente retornou com o documento dizendo que não era válido. Precisei recorrer à polícia para fazer valer meu direito. Quantos jovens não teriam essa postura que tive? Isso aconteceu no banco, agora imagina um jovem que vai procurar emprego, nunca será contratado. Quantos jovens hoje são fortes, com saúde, capazes de trabalhar, mas não podem entrar no mercado de emprego. Isso é um problema fundamental grave. Eu falo com os jovens, peço para eles estudarem, pois não se pode arrumar emprego facilmente. As mulheres, africanas, sobretudo, têm muitos problemas. Francamente, quando você escuta as leis do Brasil, todo mundo concorda que são boas. Mas não são as leis que fazem os homens; são os homens que fazem as leis. Essa é a diferença. Quando se fazem as leis, é preciso que elas sejam aplicadas. Mas antes de aplicar uma lei, é preciso entender a mesma. As pessoas não sabem o que quer dizer tudo isso. Mas em tudo, existem exceções, existem lugares e existem pessoas formidáveis, que consideram o documento que você tem na mão e te contratam por que sabem que você precisa do trabalho.

Não há nenhuma referência ou mesmo estudo e/ou pesquisa sobre o impacto emocional, sobre as sequelas sofridas por famílias refugiadas, seus traumas, questionamentos. É realmente difícil e complexo compreender o porquê e para que estão vivendo uma experiência tão dolorosa e solitária.

A experiência relatada por D.S. sobre a perda de sua liberdade diante da necessidade de fugir de seu país, em razão da perseguição sofrida por seu marido, foi uma grande prova de superação, tanto para ela como para as filhas:

(...) eu havia me separado, e meu ex não me ajudava em nada. Mesmo antes, ele sabia que eu ia me separar dele e que eu só estava com medo. E ainda bem que a gente não pode prever o futuro, porque se eu soubesse como iria ficar pode ser que eu não me separaria. Mas ainda bem que a gente não vê, pois foi um período muito difícil, muito, muito difícil. Passamos fome, cheguei a desligar a geladeira porque não tinha dinheiro para comprar nada e eu não me lembrava da Caritas na época. Não me lembrava de que eu posso ir lá e receber ajuda. Só depois de passar todos os apuros possíveis (é que procurei a Caritas). Chegou ordem de despejo, aí foi um inferno, um inferno, Denise. Cheguei ao ponto de pensar em pôr fim em tudo (silêncio e lágrimas), enfim (silêncio)... Aí eu fiz curso... O diretor da escola me deu para fazer um curso de especialização social feminino. O curso durou dois anos. (...) teve um tempo em que eu queria voltar para meu país, pois eu dizia para ele: 'eles querem matar você, não eu e as meninas e quando eu tive consciência de que eu não podia mais voltar, de que não tinha mais para onde voltar, foi aí que eu fiquei doente, foi aí que eu desmoronei. Ficava no quarto, não queria sair de jeito nenhum. Eu acho que o ser humano é bastante adaptável e eu sempre penso que se eu tivesse uma vida normal aqui eu não sentiria tanto o impacto. Fomos muito acolhidas. A equipe do Caritas nos ajudou muito, a Adelaide, a Heloisa e a Cezira, todas me ajudaram muito.

CAPÍTULO 4 – A DIMENSÃO DA VELHICE E DO ENVELHECIMENTO PARA O REFUGIADO

4.1. Velhice em situação ímpar.

Envelhecer é uma experiência que se coloca como possível para os viventes. Entre a velhice e a vida não há escolha. Daí os direitos dos quais falamos, nos dedicamos ou mesmo nos recusamos são ou serão nossos direitos. As leis brasileiras garantem a todos, independentemente da idade, os direitos fundamentais como pessoa, além de direitos especiais a partir dos 60 anos. De acordo com o Estatuto do Idoso – Lei n. 10.741, artigo 2º. De 1º de Outubro de 2003:

“O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.”

Diante dos entraves e da insuficiência de estatísticas acerca dos idosos em condição de refúgio, mesmo em outros países, que sustentariam um trabalho de fôlego, a proposta deste estudo é ir além de simplesmente apresentar essa realidade inquietante do Brasil de nossos dias. Queremos provocar o olhar e suscitar reflexão, especialmente por parte dos agentes envolvidos e/ou responsáveis pela articulação de medidas assistenciais, para que levem em conta também o fator humano e social desse contingente de pessoas, já por si em condições de extrema vulnerabilidade. Entendemos que a produção de direitos para esta população de refugiados, particularmente os idosos, torna-se urgente neste momento socioeconômico especialmente crítico para a sociedade brasileira.

O fato de a mídia e a literatura não darem a merecida atenção aos problemas enfrentados pelos refugiados em idade mais avançada pode ser explicado pela enorme dificuldade das agências humanitárias em obter, tabular dados, números, informações sobre lugares e composição da população deslocada e mesmo de idosos refugiados e deslocados internos.

Mesmo o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, elaborado na Primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Viena, em 1982, e considerado o primeiro documento da ONU sobre a questão do envelhecimento de repercussão mundial, trata superficialmente da situação dos idosos refugiados. Embora tenha nascido com o objetivo de fortalecer a capacidade dos países de abordar de maneira efetiva o envelhecimento de sua população, atender às preocupações e necessidades especiais das pessoas de mais idade, fomentar uma resposta internacional adequada aos problemas do envelhecimento com medidas para o estabelecimento da nova ordem econômica internacional e o aumento das atividades internacionais de cooperação técnica, em particular entre os próprios países em desenvolvimento, contempla a questão dos refugiados idosos apenas na Recomendação 43, a saber:

Sempre que possível, a acolhida coletiva de refugiados por um país deverá incluir tanto as pessoas idosas como aos adultos e as crianças, esforçando para manter a unidade familiar existente e para assegurar as medidas adequadas em matéria de habitação e de serviços.²⁸

Na Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madri em abril de 2002, as questões relativas aos idosos refugiados e deslocados internos ocuparam um lugar importante entre os muitos pontos apresentados na agenda, diferentemente da primeira assembleia, em Viena, duas décadas antes.

Convocada por solicitação da Assembleia Geral das Nações Unidas, esta segunda reunião intergovernamental foi organizada para, primeiro, avaliar os progressos na implantação do Plano de Ação sobre o Envelhecimento, decidido no encontro anterior; e, segundo, acatar novas e mais relevantes contribuições ao plano. Assim, no encontro de Madrid, o Plano de Ação Internacional contemplou, por consenso, vários compromissos na busca por resposta às necessidades específicas dos idosos refugiados e deslocados internos.

Diante de tragédias humanitárias, causadas por guerras, conflitos armados ou desastres ambientais, a sobrevivência de idosos depende de uma espécie de

²⁸ <http://www.un.org/en/development/devagenda/ageing.shtml>

seleção, levada a cabo por agências humanitárias. Trata-se de uma espécie de “priorização” de recursos, dado que as necessidades das pessoas de mais idade são consideradas de menor importância, comparadas às destinadas a mulheres e crianças.

O processo de incluir idosos refugiados em programas de reabilitação e de reinserção social é lento e se faz necessária atenção redobrada para que possam participar e, mais que isso, contribuir para a sociedade que os acolhem, por meio da troca de experiências e ajuda diante de situações limites. Soma-se a esse ‘consenso na priorização dos recursos’ o fato de que, quando se trata de atender às necessidades dos idosos refugiados, as opções de programas são na maioria das vezes limitadas. A maior parte dos profissionais de agências humanitárias tem consciência da escassez de tempo e de recursos e da enormidade de problemas mais específicos que enfrentam esses refugiados, mas tem que lidar ainda com a pressão dos doadores e da sociedade e governos anfitriões por apresentação de resultados.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, situado em Brasília, Distrito Federal, e outras agências humanitárias reconhecem idosos refugiados como uma população vulnerável, que merece e, de fato, requer especial atenção. O objetivo do ACNUR é colocar em prática iniciativas que auxiliem esses idosos em sua reinserção social por meio da recolocação profissional, pois aí serão capazes de auxiliar no sustento de sua família e no próprio; no melhor dos casos podem dispensar a ajuda governamental e ainda oferecer sua experiência de acolhida e assistência a novos refugiados. Aliás, é justamente aí, pela valorização de seus conhecimentos e experiências, que idosos refugiados poderão desempenhar valioso papel em suas respectivas comunidades ou junto de sua família, auxiliando entidades e agências humanitárias.

Durante o Ano Internacional da Pessoa Idosa, em 1999, o ACNUR elaborou um relatório com o objetivo de desenvolver e instituir uma política voltada ao idoso em situação de refúgio, definindo parâmetros de uma abordagem integrada e eficaz aplicável em todas as situações em que o refugiado se encontrar. O principal objetivo do ACNUR é:

Les hommes et les femmes réfugiés âgés et les autres personnes âgées relevant de la compétence du Haut Commissaire, doivent vivre vivent leurs dernières années dans la dignité et la sécurité, contribuer activement au bien-être de leur famille et de leur communauté tant qu'il leur est possible de le faire et bénéficier de soins et d'appui s'ils deviennent fragiles au plan physique ou mental.²⁹

Segundo o próprio ACNUR, o Brasil teve um papel pioneiro e de liderança na proteção internacional dos refugiados. Foi o primeiro país do Cone Sul a ratificar, no ano de 1960, a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. Foi ainda um dos primeiros países integrantes do Comitê Executivo do ACNUR, responsável pela aprovação dos programas e orçamentos anuais da agência.

Particularmente, assume relevância a velhice dos refugiados também pelo fato de tratar-se de um grupo que, além de invisível, está sujeito a inúmeras adversidades. Entre essas, as mais agudas são o deslocamento forçado de sua terra, a desterritorialização, as dificuldades de construção de novos vínculos e a sociabilidade em terra estranha.

Há também de se considerar as dificuldades do refugiado em construir uma sociabilidade provida de sentido em um contexto adverso. O sociólogo José de Souza Martins chama a atenção para as condições de uma vida cotidiana com sentidos que lhe são alheios:

A vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. O vivido torna-se o vivido sem sentido, alienado.(...) Uma boa parte da vida cotidiana é desesperada busca de sentido aparente para o que fazemos ou para o que acontece conosco e ao nosso redor". (2012, p.71)

Simone de Beauvoir, referindo-se ao sujeito velho, afirma que “toda situação humana pode ser encarada em exterioridade – tal como se apresenta nos demais –

²⁹ Homens e as mulheres idosas refugiadas e outras pessoas idosas relevantes a competência do Alto Comissariado devem viver seus últimos dias com dignidade e segurança ativamente para o bem-estar de suas famílias e de suas comunidades, enquanto podem fazê-lo e receber cuidados e apoio quando eles se tornam frágeis física ou mental. [em tradução livre da autora]. <http://www.unhcr.fr/4c0f59f59.pdf>

ou em interioridade, na proporção em que o sujeito a assume, ultrapassando-a”. “Para os demais, o velho constitui objeto de um conhecimento; para si mesmo ele possui de seu próprio estado uma experiência vivida” (1976, p.14).

O processo de envelhecimento não é homogêneo, defende Beauvoir (1976), pois cada pessoa vive e tem uma história diferente no que diz respeito à classe, gênero e etnia que estão relacionados à saúde, educação e condições econômicas. No caso dos refugiados, esse processo será dado pelo rompimento de vínculos, laços e tudo mais que representava para este sujeito “segurança e pertencimento”.

Por sua vez, é sob a perspectiva cultural que Mercadante (quem é?) situa uma multiplicidade de modos de envelhecer. Para a autora, “a velhice é natural e, portanto, universal se apreendida como um fenômeno biológico, mas é também imediatamente um fato cultural na medida em que é revestida de conteúdos simbólicos, evidenciando formas diversas de ação e representação (...) um corpo biológico pode envelhecer das mais variadas formas, tendo em vista as diferenças socioculturais”. (1997, p.4)

O problema do refugiado idoso sensibilizou, em 1999, a representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiado, Sadako Ogata³⁰ em razão do Ano Internacional das Pessoas Idosas. Nessa ocasião ela declarou: “les personnes âgées appartiennent au groupe de réfugiés et de personnes déplacées le plus invisible. J’espère changer cette situation”.

A condição de refúgio foi tratada por inúmeros pensadores contemporâneos. Dentre eles destacamos Bauman (2004). O autor descreve o cenário perturbador e realista sobre o que a situação de refúgio representa para essas pessoas que, desesperadas, tentam resistir a todo tipo de violência a que são submetidas e, teimosamente, lutam com a única arma que possuem para “manterem-se vivas”. Ele afirma, “(...) as pessoas destituídas de qualidades foram depositadas num território sem denominação, enquanto todas as estradas que levam de volta a lugares

³⁰ As pessoas idosas pertencem ao grupo de refugiados e pessoas deslocadas mais invisíveis. Espero mudar esta situação. (em tradução livre da autora)

significativos e a espaços em que significados socialmente legíveis podem e são forjados no cotidiano bloqueadas para sempre.” (2004, p.98)

Agamben também chama a atenção para o problema do refugiado, ao colocar em questão a noção de soberania moderna baseada na assunção dos direitos universais de cidadãos vinculados ao nascimento e à nacionalidade. Afirmo o autor:

(...) se os refugiados (cujo número nunca parou de crescer no nosso século [século XX], até incluir hoje uma porção não desprezível da humanidade) representam, no ordenamento do Estado-nação moderno, um elemento tão inquietante, é antes de tudo, porque rompendo a continuidade entre homem e cidadão, entre nascimento e nacionalidade, eles põem em crise a ficção originária da soberania moderna. (2010, p.128)

Castoriadis empreende uma crítica à razão moderna em seu poder absoluto sobre a humanidade, forjando o destino do próprio homem. Nas suas palavras:

Não cairemos na estupidez por despeito de não possuímos o saber absoluto (...). A história fez nascer um projeto, esse projeto nós o fazemos nosso, pois nele reconhecemos nossas mais profundas aspirações e pensamos que sua realização é possível. Estamos aqui, neste exato lugar do espaço e do tempo, entre homens, neste horizonte. Saber que este horizonte não é o único possível não impede de ser o nosso, aquele que dá forma a nossa paisagem de existência. (1982, p.122)

O que instiga esta pesquisa é o tema da velhice, que se coloca na atualidade como problema, e que vem sendo discutido por estudiosos da Gerontologia Social ou da área médica, apontando para inúmeros e diversos modos de envelhecer. A experiência da temporalidade está relacionada às vivências pessoais, à maneira como sentimos e observamos. Assim, o envelhecimento se inscreve na temporalidade do indivíduo por meio de um processo de perdas e ganhos.

Costa afirma que:

(...) “todo ser humano, do nascimento até a sua morte, passa por inúmeras experiências e vivências que vão predispondo (ou não) à tomada de diversos papéis. Alguns lhe são atribuídos normalmente (ou impostos), independentemente de sua vontade. Outros ele escolhe, perde, abandona ou rejeita. Em suma, é enorme a sucessão de papéis que podem, num determinado momento maior ou menor da existência,

ser afastados ou vir a se incorporar ao indivíduo, em dimensão social”. (1988, p.124)

Envelhecer pode significar desigualdade social, no sentido de menor oportunidade, menor participação e menor *status*, configurando categorias de idosos incluídos que desfrutam dos direitos e benefícios das políticas sociais, e aqueles excluídos e designados como dispendiosos. Por sua vez existem também diferenças entre trajetórias de vida que se exprimem em modos distintos de se vivenciar a velhice. Faz-se necessário distinguir a desigualdade social que hierarquiza a população de velhos em privilegiados e dispendiosos, e a diferença que se apresenta como variações e singularidades dos modos de envelhecer. É predominantemente no universo de desigualdades que se encontra esse grupo ainda mais vulnerável: os idosos em situação de refúgio. Contudo, conforme veremos a seguir nos depoimentos dos idosos refugiados, eles inventam saídas alegres para a sua condição.

É imprescindível lembrar que em algumas sociedades e culturas os rituais e crenças fazem parte da vida de cada sujeito, compondo sua história e sua experiência. Para muitas culturas o velho foi, e ainda é, a figura que detém a tradição e tem a missão de transmiti-la aos mais jovens, na intenção de conservar a própria história e a de sua comunidade ou tribo enquanto ser coletivo. Torna-se relevante fazermos esta inferência, dado que muitos dos nossos entrevistados são oriundos de culturas em que o velho ocupa este importante papel.

Cumprе salientar que o sentimento de liberdade que se faz presente em muitas das falas remete a um sentido de liberdade individual – tal qual enunciado por Mill, em 1856 – que assegura a cada ser humano, à sua maneira e ao seu tempo, compartilhar as suas conquistas. A liberdade configura-se em três dimensões, a saber, liberdade de pensamento, liberdade de expressão e liberdade de agir segundo o discernimento próprio. Assim, as pessoas que atingiram a maturidade não devem ser tuteladas. Afirma Mill:

(...) Ninguém nega ser necessário ensinar e treinar as pessoas na mocidade, de sorte a conhecerem e virem a beneficiar-se com os resultados verificados da humana. Todavia, constitui privilégio e condição própria do ser humano, ao atingir a maturidade das suas faculdades,

usar e interpretar a experiência conforme lhe apraz.”
(1963, p.66)

As necessidades humanas tidas como inalienáveis são divididas por Simone Weil em duas categorias fundamentais: as do corpo e as da alma. Tanto no que diz respeito ao refúgio como ao envelhecimento, o seu pensamento representa as duas experiências vividas por um idoso, seja qual a situação em que se encontra:

Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente. (2001, p.43)

Ecléa Bosi ilustra o retrato de um velho para a sociedade capitalista na esfera social e comunitária que pode ser perfeitamente traduzido para a realidade de um refugiado que envelhece longe de sua pátria:

Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. “A memória das sociedades antigas se apoiava na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam”. (...) Dessa maneira, as lembranças pessoais e grupais são invadidas por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade. (2012, p.19)

Para o sociólogo Octavio Ianni, o ato de migrar nunca apaga o passado:

“Está impregnado de um passado que nunca se apaga, mesmo quando é esquecimento. Ressoa sempre contínua e episodicamente, nas coisas, gentes, situações, sentimentos, imaginários, sonhos e alucinações. É um passado que povoa o presente, seja qual for a geração. (...) o migrante continua a ser tangido por situações e acontecimentos, como que fustigado pelos ventos, (...) Continuam a percorrer territórios e fronteiras, continentes, ilhas e arquipélagos, levando pelos caminhos as marcas dos próprios passos, desenhando no mapa do mundo os sinais de suas errâncias.”. (2004, p.153)

Teixeira e Correia, no artigo “Fragilidade social”, trazem importante contribuição no que se refere a situações de fragilidade social:

“São situações que envolvem o risco de ruptura do equilíbrio existente entre o indivíduo e o meio social, que caracteriza a integração, como é o caso, por exemplo, da pobreza, do desemprego de longa duração, do insucesso escolar, da doença mental, da deficiência, mas também por vezes de pertencer a minorias étnicas e culturais. São situações frequentemente caracterizadas por ameaças de rupturas do laço social de proximidade e de solidariedade e também do próprio vínculo simbólico que caracteriza a adesão ao grupo, acarretando frequentemente acumulação de insucessos, rejeição e exclusão social.” (2002, p.360)

Veja ou outra somos impactados pela mídia por causa de tragédias de gente que tenta escapar de seus países por razões diversas: pobreza, guerra, perseguição, desastres ambientais, etc. Nas cenas que chegam às nossas casas geralmente aparecerem famílias com crianças e homens e mulheres jovens. Entre os milhões de refugiados está um grupo invisível, talvez em condições de maior vulnerabilidade ainda: homens e mulheres que passaram dos cinquenta/cinquenta e cinco anos. Se a mídia dá pouca importância aos refugiados em geral, dá menos ainda a esse público.

Segundo Benjamin, “cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em notícias surpreendentes. A razão para tal é que todos os fatos já nos chegam impregnados de explicações”. (2012, p.219). O que quero dizer aqui é que devíamos nos surpreender com as condições a que esses velhos são submetidos em situações de refúgio.

Acredito que a maior razão para pesquisar o universo em que vivem os idosos refugiados atualmente está em trazer informações “surpreendentes” de pessoas “surpreendentes” que até os dias de hoje, no que se refere à realidade brasileira, ainda não foram ouvidas e muito menos lembradas. Nesse sentido, de posse das reflexões anteriores sobre refúgio, velhice, cultura e política, selecionei algumas falas dos refugiados velhos que entrevistei.

4.2. A percepção da velhice pelo refugiado

Os anos são degraus

Os anos são degraus, a vida, a escada.
Longa ou curta, só Deus pode medi-la.
E a Porta, a grande Porta desejada,
Só Deus pode fechá-la,
Pode abri-la.

São vários os degraus; alguns sombrios,
Outros ao sol, na plena luz dos astros,
Com asas de anjos, harpas celestiais.
Alguns, quilhas e mastros
Nas mãos dos vendavais.

Mas tudo são degraus; tudo é fugir
À humana condição.
Degrau após degrau,
Tudo é lenta ascensão.

Senhor, como é possível a descrença,
Imaginar, sequer, que ao fim da Estrada
Se encontre após esta ansiedade imensa
Uma porta fechada
E mais nada?

Mario Benedetti³¹

Refugiada M. E. S.C., colombiana:

- Acho que no Brasil o mais difícil é você não ter trabalho. Você tem que trabalhar, você trabalha, sai à rua, conhece pessoas, fala com outras pessoas; não fica tanto com um só círculo todos os dias. Acho que é a maior dificuldade "acá" é não ter trabalho e isso faz com que fique estancado. Sinto que aqui tem mais idosos que na Colômbia e aqui os idosos têm mais oportunidades. Para laborar na Colômbia vai de 18 a 35 anos e depois de 35 anos você não vai conseguir emprego assim tão fácil. Então, acho que acá não importa isso, pode ser novo, velho, não importa isso, dá-se trabalho, há mais oportunidade. De pronto, quando a pessoa está na rua, acho que são muitas pessoas ruins que querem passar por cima dessas pessoas e não respeitam os direitos que elas têm, e elas têm direitos adquiridos, como a cadeira no metrô, no ônibus. Muitas pessoas não respeitam isso.

³¹ MARIO BENEDETTI. Viento de Exilios.1981.

Refugiado A.R.P., colombiano:

-Eu não tinha nenhuma ajuda (aposentadoria) na Colômbia e porque eu tinha dinheiro lá, eu sempre fui comerciante e sempre ganhei muito dinheiro com essas mercadorias. Agora, por exemplo, pergunto por que minha família não me encaminha uns cento e cinquenta reais, pois eu estou há uns seis ou sete meses a esperar, me entende? Eu estou aqui no Brasil bem melhor. A Caritas me ajuda muito, sim, esta roupa, este sapato, elas (as funcionárias) são muito boas comigo. O SESC, toda essa comunidade, todos são muito bons comigo. Eu sempre reconheço tudo que me fazem, então, todos são muito bons comigo e eu procuro sempre reconhecer a cultura e os amigos. Envelhecer é preciso ter conhecimento, eu tenho um conhecimento (...) eu tenho um conhecimento muito... muito, uma relação humana de muitos “años” . Quando pequenos e tínhamos que ajudar minha mãe e ajudar os meus,...Mas antes de tudo tive oportunidades. Quiseram me levar para os Estados Unidos para a Europa mas eu não quis, eu era jovem, tinha por volta de 35 anos. Ofereceram-me , se fosse para a América, casa de senhoras, várias famílias me ofereceram casa, porque eu era jovem, mas eu disse não, se um dia eu for para o Estados Unidos , vou por conta minha. Eu tenho um sonho e eu vou falar com você, se me ajuda, pois eu tenho a carteirinha de idoso, dado pela Assistência Social e que irá me dar dinheiro para ir até Tabatinga.

Na fala da refugiada D.S., sérvia, a velhice ainda não foi sentida em sua vivência pessoal. Entende que a sua atuação na docência em razão e o convívio com os jovens afasta o pensamento da velhice. Assim, sua preocupação com a aposentadoria não se relaciona, no seu entender, com a sensação de sentir-se velha.

- Eu não penso na minha velhice, você sabe que minhas filhas me perguntaram sobre isso outro dia e eu não penso. A mais velha me perguntou se eu tenho medo de envelhecer. Não. Faz parte do processo, é a única certeza que temos. Então, eu sempre falo pra elas viverem pleno, e que antes de envelhecer, tenham uma vida plena, fazer tudo que gosta, fazer tudo que quer, viajar, curtir a vida, pra quando envelhecer, não ser um velho frustrado. Mas eu não penso, eu

trabalho muito, estudo, trabalho com jovens. (...) não me sinto velha ainda, não sei se pensar na aposentadoria já é velho, não. porque nesta área de docência, posso dar aula até a cabeça funcionar. Eu sei que não posso parar até porque, nas pesquisas, as pessoas que se aposentam não querem fazer mais nada, morrem, depois de algum tempo morre, tem que ter (silêncio) acho que uma das razões de eu voltar pro verde, pro mato e ter o que fazer.

O refugiado C.E.D.L., peruano, refere-se a uma quebra no curso normal de sua vida com a situação do refúgio. E essa realidade o levou a mudar o pensamento acerca do envelhecer. Se estivesse em seu país seguiria trabalhando e se aposentaria no tempo previsto pela legislação. A trajetória que tinha para ser segura foi interrompida pelo refúgio e tudo mudou em seu modo de sentir a velhice, quando a vida impôs seu ritmo e novas possibilidades se apresentaram:

- Sabia que... não sei...quebraram minha situação, quebrou minha situação, não passou uma etapa normal como se estivesse no Peru, normal seguindo trabalhando, me aposentava e pronto, e ai podia dizer as coisas mas eu sempre penso que cada etapa de vida és colocado de acordo e és necessário saber viver, por isso eu, chegar aos 60, para mim não é um incômodo, para mim és uma etapa que faço as coisas sem muita loucura, muita correria, a velhice estou levando com as histórias bonitas que eu passei por aqui e as coisas bonitas que eu terei pela frente, eu não me sinto inútil e minha idade não está limitada aos 60 anos, eu estou vivendo e hei de viver muito tempo, porque em meu país eu não teria a ideia que hoje em dia tenho, antigamente era nascer, crescer, ser adolescente, namorar, casar, trabalhar e a velhice, para mim este padrão não existe aqui, és outro, é viver cada momento, cada coisa sem sonhar, é claro que para que essas coisas acontecem, tem que ter uma capacidade econômica que me pode me ajudar a continuar, porque se não , não posso estar sonhando, estando numa fila do INSS para que me deem um trocado, isto eu não vou esperar, eu me sinto capaz e por isso estou trabalhando, já lhe falei de um estacionamento? - Eu me associei a um coreano. Eu não estou parado, minha adrenalina, meu músculos parecem mais flexíveis, então, as pessoas após os 60 tem que ter emoções, coisas que não as deixem parar, que as outras pessoas não o amarrem, entende,

algumas pessoas no Brasil, tratam os idosos como coitadinhos, falam: - cuidado, sente-se aqui. Não, para mim é matar a pessoa rápido, isto me dá cólera, então, eu não estou parado, eu faço mil coisas para me sentir bem, entende, me sinto bem. Seria diferente se estivesse em meu país, pois lá existe um padrão, sabe? Por exemplo, cada cultura tem um tratamento diferente com os anciãos, eu, por exemplo, só gosto de me sentir idoso quando há filas, quando há uma fila (risos) eu brinco com o sistema. Em meu país, talvez eu estivesse lendo periódicos ou vendo televisão, ou desculpe, enchendo o saco de outra pessoa, porque a pessoa que não tem o que fazer ou não gosta da vida, sempre busca um pretexto pequeno que pequeno para chamar a atenção, porque a velhice não pode ser uma degradação ou um incômodo, tem que ser uma ferramenta de ajuda e não um obstáculo para o crescimento da família e não quero ser assim, eu quero brincar com meu neto como se eu fosse uma criança, tem que haver respeito, assim, ação e reação é a vida a melhor coisa são as vivências.

Para a refugiada N.K., iraquiana, a velhice é algo presente, é pensada e sentida. Manifesta uma preocupação com a segurança, particularmente, financeira, pois depende da ajuda do filho que não lhe deixa faltar nada. Expõe sua apreensão em relação à doença que pode torná-la incapacitada, sem uma contrapartida familiar. Isso porque em seu país de origem os idosos são cuidados na família e eles, por sua vez, cuidam dos netos.

- Eu penso em minha velhice, Claro, todo mundo, todo mundo, porque a vida não tem segurança, a vida no final, hoje meu filho ajuda muito pra mim, amanhã meu filho casa vai ter família grande, vai ter sua vida, no final, você tem que ter dinheiro, se você tiver dinheiro tem mais segurança (nesta pergunta N.K., teve dificuldade de desenvolver um raciocínio) no Brasil aposentadoria muito pouco imagina pra estrangeiro, eu tenho Graças a Deus, ontem eu pensei nisso porque agora eu tenho saúde e amanhã eu não sei se vou ter saúde (silêncio) e graças a Deus meu filho não deixa pra mim faltar nada. Agora todo mundo tem medo de ficar velho, todo mundo, mas Deus é quem sabe. Envelhecer em meu país não é igual aqui no Brasil, lá quando mulher velha, aqui no Brasil mulher velha é diferente, olha natureza, lá mulher

velha, por exemplo minha idade, a mulher não mora sozinha, casa grande e família tudo junto, o filho vai cuidar da mãe, filho e mulher do filho vai cuidar da mãe, porque a mulher velha não vai trabalhar mais, aposentada, o home a mesma coisa, e a mulher mais velha vai cuidar da casa, dos netos, tudo, tudo.

O depoimento anterior da refugiada N.K., iraquina é complementado, de certa forma, pelo depoimento do refugiado A.M., paquistanês. Ele esclarece a condição do idoso em seu país; lá, o idoso é cuidado pela família sem direito algum por parte do poder público. Todo serviço de saúde é pago, o que torna a velhice sem a família mais difícil.

- No Brasil é muito bom, eu agora não pode ficar no Paquistão, eu sai porque minha família está no Brasil. No Paquistão é difícil para o velho, quem ajuda o velho é a família e quem não tem família é muito difícil. Tudo lá é pago, tudo se paga no Paquistão e quem não tem dinheiro morre.

Durante a entrevista da refugiada D.D.F. pude observar uma diferença, em relação aos demais entrevistados, de visão acerca da velhice. Destacam-se uma consciência da finitude e uma postura natural diante da morte. Mais que isso, uma concepção de que a morte, particularmente, o ritual fúnebre, deve ser um momento festivo. Ora, no seu entender, se o nascimento é um momento de alegria e de festa, por que a morte não seria também? A velhice não lhe causa medo, tampouco é triste, pelo contrário, é uma dádiva de Deus a longa vida, que permite ter filhos, ver os netos e bisnetos. Ouçamos sua fala:

- O que é velhice? (eu então explico o seu significado) -Há nada, um dia vai acabar, vai acabar (risos) e eu não me preocupo com isso, nada, viver com saúde está bom, para o velho é importante ter saúde, sem saúde não é bom, para mim morrer é morrer, todo mundo vai morrer um dia para mim não, não me preocupa o dia que eu vou morrer, eu falei para o meu filho eu quero que o dia que eu morrer eu quero que faça festa para todo mundo, não quero pessoa chorando, eu falei para minha família e família perguntou porque e eu falei quando eu vim para o mundo, minha mãe grávida e eu cheguei, minha mãe estava feliz, meu pai estava feliz, eles faz festa, dá-me nome então um

dia eu vou voltar (morrer) eu quero a mesma festa, a mesma festa, se tem dinheiro que quero matar tudo(animais), quero bebida, tudo, tudo. Eu não tenho medo da velhice, porque o dia que eu nasci, todo mundo fala que Deus lhe dê longa vida, longa vida e então se Deus dá longa vida você fica feliz, não é? Se Deus dá longa vida, você vê seu filho, vê neto, vê bisneto, tudo junto, então você conhece tudo, então morrer não é triste, quem vive muito fica velho e quem vive muito tem que morrer (risos).

A experiência de realizar uma pesquisa, utilizando recursos da História Oral me fascinou por causa da energia e da experiência da reciprocidade que eu vivi durante o tempo em que estava frente a frente com cada refugiado. Esse depoimento de expectativa positiva diante da ideia da morte é só uma prova do quanto foi gratificante e enriquecedor ouvir esses meus entrevistados.

A seguir exponho a fala da refugiada D.D.F., de origem senegalesa, que me afetou, particularmente pelo relato acerca do envolvimento da família toda na correção das crianças, inclusive com ações violentas. Mas existe um respeito da criança em relação à mãe e aos mais velhos..

- Não, não (eheheheh! expressão de indignação) na África, não falo apenas Senegal, por exemplo, ela é minha filha (aponta para a filha do prof. Dadiarra que está no local) e falei algo para ela e ela me responde mal eu não bater mas gente que está em volta bate muito e perguntam a ela: porque você faz isso para sua mãe? Porque na África não é só a mãe que vai cuidar da criança toda a família que vai cuidar, se a criança sai da porta toda família vai cuidar, se criança está em casa, toda família vai cuidar, se uma criança faz algo errado, eu digo: vou falar com sua mãe e ela então não faz mais.

O refugiado cubano F.M.B destaca seu sofrimento quando da descoberta de sua doença (não relatada). No entanto, o refúgio, a doença e a solidão o levaram a uma valorização da vida como a capacidade de enfrentar situações adversas e difíceis. Mais ainda, ele gosta da solidão. Podemos inferir, com base em sua fala, que sua potência de viver aumentou com o enfrentamento desses obstáculos.

- Eu já sofri muito quando descobri a doença e principalmente pela solidão que ela provocou, mas, a solidão é nossa companheira e será ao lado que passaremos a maior parte de nossas vidas, então, chama ela pro seu lado e dance com ela. Estar doente significa repensar a vida e ser um refugiado então, mais ainda, não importa se você é novo ou velho, o refúgio assim como a doença são desafios que você precisa enfrentar e já que eu não morri de um ou de outro, estou vivo, então ficar velho é um presente, não é? Eu não sou uma pessoa solitária, mas eu gosto da solidão e nisso o trabalho ajuda, ajuda a conviver com outras pessoas, eu preciso e quero continuar trabalhando, para eu ter mais conforto, mas dentro do meu ritmo e o ritmo eu respeito muito.

4.3. Emancipar-se para bem envelhecer

O interesse no estudo do envelhecimento entre pessoas em situação de refúgio se deu pela possibilidade de mostrar a vivência da velhice em condições adversas, bem como a de sensibilizar o poder público para o problema. Assim, a motivação dessa pesquisa foi prioritariamente a questão do envelhecimento e da velhice de sujeitos de países e culturas distintas forçados ao deslocamento. As razões desse deslocamento não constituíram problema central desse estudo.

Constatamos, a partir das entrevistas, que o refugiado, independentemente do continente, país ou cultura de origem, almeja conquistar sua emancipação econômica, liberdade e autonomia de escolhas. A maioria dos entrevistados foi forçada a se refugiar em países que os acolhessem sem oferecer empecilhos por crença religiosa, perseguição política, modos de agir e pensar distintos. O Brasil é considerado um dos países mais tolerantes.

Nas entrevistas com refugiados com mais de cinquenta e cinco anos observei a capacidade de reformulação de suas vidas, de construção de novos laços afetivos e sociais, bem como o desejo de permanecerem no Brasil. A motivação deste estudo foi colocar em evidência um problema ainda não tocado, a saber, o da garantia plena de cidadania no âmbito da seguridade social a todos os refugiados a partir de 60 anos. É um fator de extrema importância, nos deixando o

desejo de pesquisar por outros caminhos ainda não percorridos; um dos temas polêmicos é a garantia da cidadania plena no âmbito da Seguridade Social a todos os refugiados a partir de 60 anos. Trata-se de uma reivindicação que se defronta com muitos obstáculos. Poucos conseguem vencê-los pois exigem-se ações cíveis da Procuradoria Pública em São Paulo, conforme nota abaixo:

O MPF ajuizou ação civil pública para garantir que três refugiados palestinos, todos com idade acima de 65 anos, recebam do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) o benefício assistencial mensal de um salário mínimo, garantido pela Lei Orgânica de Assistência Social. A ação, assinada pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (...), pede, ainda, que a autarquia seja condenada a multa diária de R\$ 1.000 caso descumpra a decisão.(...) Para o procurador, “somente a distribuição de uma renda mensal vitalícia aos refugiados palestinos maiores de 65 anos e sem condições de se sustentar permitiria alcançar a igualdade entre brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, preconizada e garantida na Constituição Federal”.³²

A situação de refúgio enfrenta a ausência de direitos básicos. O refugiado enfrenta a dependência econômica, social e emocional, e sua condição é considerada um ônus aos cofres públicos, além de um peso para a sociedade que o acolhe: quebra rotinas das cidades, perambula por ruas e bairros sem um destino certo, despertando o sentimento de rejeição e tornando-se, em muitos casos, um estorvo aos cidadãos locais.

Mas o que poucas pessoas sabem é que geralmente o refugiado possui dois grandes desejos. O primeiro é o de reingressar no mercado de trabalho a fim de conquistar a sua autonomia econômica; o segundo é justamente o da conquista da seguridade social.

Segundo Marx, a emancipação econômica é condição da emancipação social e o pressuposto deste argumento surge no bojo da análise materialista da história, ou seja, a compreensão do processo histórico a partir do modo de

³² http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/sala-de-imprensa/pdfs-das-noticias/ACP_Palestinos.pdf/view) acessado em 15/07/2014.

produção dos homens, o que produzem e como produzem, assim como as relações sociais e políticas que advêm deste processo:

Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto *com* o que produzem, como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (1996, p.27))

Sem exceção, os dez entrevistados para esta pesquisa colocaram a questão do trabalho como condição para a sua completa reinserção na sociedade brasileira. Para eles, a dificuldade de colocação no mercado de trabalho não permite a ultrapassagem da fronteira que separa a situação de estrangeiro da condição de cidadão.

Trabalhar com vendas sempre foi a habilidade de A.R.P. No Brasil não encontrou grandes dificuldades no exercício dessa função. Na atualidade, entretanto, a intensificação da fiscalização aliada ao seu problema de saúde têm dificultado seriamente a sua subsistência. Mas seu relato revela não revela somente as dificuldades, mas as formas de vencê-las.

- Eu vendia bijuterias por aí, “pero” antes não havia tantos rapazes (concorrência), por exemplo, no Largo da Concórdia. Ali não era parque e não havia tantas barracas de mercadoria... Então eu me “entretenia”. Eu já estava oito meses no albergue e vi que dava para pagar um quarto. Saí para viver num hotel (hotel social) então me “entretenia” assim. Hoje eu não posso fazer nada porque a polícia não deixa e leva a bolsa com água, um problema... E mesmo em Guaianases, em São Mateus, a polícia não deixa.(...) Caritas me dá R\$380,00 por mês, “pero” dizem que, se receber a aposentadoria, não vão dar mais.(...) Eu pago pelo quarto R\$380,00. (...) eu me arrango com qualquer coisa, vendo bijuterias e se não consigo, eu peço (...) sim, eu peço, eu sou capaz. Se vejo um senhor bem bacana, peço que me regale cinco reais e ele me regala, cinco ou dez. Como não vou tomar cachaça e nem tenho vício e nem nada, sei que me dão. (...) “si”, eu como todos os dias. Hoje eu vou ao Bom Prato e pago um real e agora que você me deu a carteirinha (Cartão

Alimentação do SESC Carmo) eu posso ir lá.(...) A janta? Eu compro pão, um queijinho barato (mostra uma pequena estante com três prateleiras onde guarda sua comida), tomo água ou refrigerante, não mais, e com isso eu passo o principal. Se almoço bem, passo bem a janta, porque comida demais não faz bem.

A difícil situação vivenciada por muitos idosos brasileiros pobres, que demandam por políticas públicas, tem sido alvo de pesquisas e discussões por parte de profissionais ligados à gerontologia social. Os idosos no Brasil têm se organizado de diferentes formas para fiscalizarem as políticas de governo e exigirem o cumprimento dos direitos formalizados no Estatuto do Idoso.

O refugiado A.K. faz referência à falta de seguridade social, bem como de políticas públicas para a saúde e educação, em seu país de origem, onde, como diz a seguir, tudo se paga. Contudo, ele tinha um negócio particular que lhe garantia o estudo e o sustento da família e com o refúgio perdeu tudo. E agora, como fica a sua aposentadoria? Ouçamos a sua fala:

- Minha aposentaria era minha serralheria, mas eu perdi tudo, deixei minha família sem ajuda, porque no meu país, tudo se paga, paga-se escola, paga-se hospital, paga-se tudo. Meu filho mais velho era professor de inglês e eu paguei muito dinheiro para ele estudar, meu filho mais novo quer estudar para doutor.

O refugiado peruano C.E.S.L., neste longo relato, expõe sua trajetória de aprendizado, que passou, inclusive, pela situação de terrorismo no Peru. Ele se lembra dos privilégios econômicos na casa de seus avós. Ainda na infância, ele se deu conta das injustiças e desigualdades sociais. Foi, segundo ele, em oposição à própria família que ele desenvolveu uma posição socialista e, por isso, rompeu com a família ao desposar uma “indiazinha”, segundo sua denominação. Segue o seu depoimento:

- Para mim, graças ao terrorismo, minha mente mudou, melhorou, e se (eu) o Carlos vivesse no Peru... Nossa! (...) imagine 60, Carlos não vinha a conhecer

outro lugar. Olha, seria uma doença e eu era um idiota, eu não vivia; somente trabalhava, me sentia poderoso. Eu não vivia e isso não era o mundo, algo muito individualista e aí eu estava sendo egoísta. E esta coisa se quebrou e foi muito bom. Então eu não tenho o que temer: a velhice vai ser boa, aos 60, 70... Cada dia se vive todos os dias e isso eu tenho certeza de que não há nada de negativo. Hoje eu tenho minhas filhas, meu trabalho, agora um estacionamento, vou caminhando calmamente... Eu queria pintar... Na minha infância me bloquearam, porque diziam que pintor era um vagabundo, sempre essas coisas negativas! Eu nasci em uma fazenda, desculpe dizer, meus avós eram fazendeiros. Não era uma fazendinha! A fazenda desaparecia aos olhos! Eu não estou contando vantagens... Tinha muitos homens (empregados). Eu acho que eu era socialista e isso me ajudou, era muito socialista... Eu não gostava, a mesa da casa de meu avô era tão imensa! Meu avô lá (na ponta da mesa) e todos com suas servilletas, como se chama? Guardanapos. E todos sem falar, todos à mesa... Era uma imponência, esperávamos a hora, tínhamos um "Carrenho", era um autor de livros sobre boas maneiras, era uma bíblia, todos os dias antes de comer, meu avô tinha que ler, e eu nem ouvia, eu queria era comer e somente quando ele dizia 'podes comer' que eu comia. E eu queria comer com as mãos, mas não, meu avô era drástico, então eu cresci. Eu me lembro que agarrava umas rosquinhas e as escondia assim (mostra a mão por dentro da camisa) e guardava-as... E sabe para quê? Porque eu tomava um café da manhã maravilhoso na cozinha, onde estava minha ama - minha ama era muda, porque meu avô não queria que falássemos Quitio, um dialeto indígena e, então, minha ama teve um filho, meu melhor amigo, e foi ele quem me ensinou Quitio. E então eu guardava as rosquinhas, chegava na cozinha, cheia desses animais que vocês não gostam, pensam que são ratos... cotias das índias. Era cheio delas na cozinha, cheia de lenha, onde se preparava o café do patrão... E eu ia e sacava uma rosquinha, minha ama sabia que eu gostava de catapicho, uma sopa de trigo, mais solto que um mingau, como caldinho de milho torrado. Eu me deliciava, tomando aqui com liberdade, então, era assim, por isso eu era socialista, penso eu, porque eu não gostava dos abusos de meu avô e de meus tios. Como no sistema dos espanhóis, eles eram drásticos no tratamento dado aos subordinados. Meu avô tinha um quartinho e tinha um lacuno (chicote) que era prensado de couro com umas pontinhas de couro que quando se dava em

alguém dilacerava a carne. E tinha um mango, um cachorro de prata, a cabeça de prata que era um punhal para qualquer coisa, quando alguém reagia, porque era a vida, como na época dos escravos, você se lembra dos escravos? Se reagissem, matavam eles, era o mesmo sistema. Sabia o que minha avó fazia, após golpear o empregado? Este ainda vinha e perguntava: 'mãezinha, machucou sua mão?' Ainda o cara que havia sido dilacerado falava para minha avó se ela tinha machucado sua mão com tanta força que ela o golpeava. Era assim, uma pessoa programada para aceitar essas situações com esse tipo de violência. Eu não aceitava isso. E mesmo quando davam comida diferenciada, para nós, como filé mignon, e para os outros os ossos... Graças a esse tipo de coisa, apareceu a gastronomia criativa, a feijoada com miudezas... Por isso, não podemos mudar as pessoas que sofreram muito, mas essas pessoas são criativas! Eu passei por tudo isso, não me desanimei, abri a porta e saí. Não sei se existe destino ou a quinta dimensão, só sei que na vida você recebe e dá, recebe e dá, então, como você falou, se você não se ajudar, ninguém vai conseguir lhe ajudar, tem que haver alguma emoção e a emoção vem de minha família. E minha família não foi tampouco querida por meus pais, porque minha esposa é meio indiazinha, mas eu a amo. Eu não a amo por aquela carcaça... Eu a amo porque é uma pessoa maravilhosa! Imagina, eu rompi com toda a minha família porque eles não a querem; eu cortei com todos; ela é uma pessoa maravilhosa e se eu tivesse casado com uma pessoa linda tudo seria um fracasso. Graças a minha esposa, minha família, a vocês e ao Brasil, eu agradeço pelo tempo, às vezes, pela paciência... Essas coisas me fazem feliz e se você vir minha família, você vai ver um ambiente natural; vivemos felizes, não com grandeza, mas fazendo sua comidinha, assim numa reunião pequena, se deliciando ao passear num parque como o Ibirapuera. Não precisa ser o Ibirapuera, pode ser qualquer parque; somos felizes! Estas experiências, que não são inventadas, foram vividas. São experiências que, espero poder ajudar outras pessoas.

Como lembra Hannah Arendt, no tempo dos regimes totalitários, a expulsão do Estado implicava não só perda de direitos, mas perda do próprio direito a ter direitos e, gerava a mais completa e absoluta destituição do “humano” enquanto tal:

A calamidade dos que não têm direitos não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade [...] mas do fato de não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles. (ARENDT, 2009, p.329).

Desse modo, descortina-se um panorama que evidencia a precariedade na proteção dos direitos humanos e numa reiterada relação de abandono e de exposição das “vidas nuas”, segundo Agamben (2002), na nossa sociedade. O esvaziamento de todo e qualquer sentido político do significado de cidadão, para esses sujeitos refugiados, insere suas vidas numa zona de indiferença, submetendo-as ao jogo cruel da sobrevivência.

3.5. O sentido de “casa” para o refugiado

«(...) Se a vida [não] nos deu mais do que uma cela de reclusão, façamos por ornamentá-la, ainda que mais não seja, com as sombras de nossos sonhos, desenhos e cores (...) Como todo o sonhador, senti sempre que o meu mister era criar. Como nunca soube fazer um esforço ou activar uma intenção, criar coincidiu-me sempre com sonhar, querer ou desejar, e fazer gestos com sonhar os gestos que desejaria poder fazer.»

Fernando Pessoa³³.

O sujeito desta pesquisa é o refugiado, que difere do imigrante, como vimos no capítulo I deste estudo. Porém, cito Novais, em sua obra: A História da Vida Privada – volume 1 (1998) que descreve a chegada de imigrantes ao Brasil no começo do século XX por transporte marítimo.

Ele relata que esses imigrantes conseguiam trazer alguns objetos pessoais, muitos dos quais, de uma forma nostálgica, foram utilizados na decoração de sua nova casa:

Já assentados no Brasil, o imigrante busca amenizar o corte materializando, de várias formas, a lembrança da terra que deixou. Desse modo, o arranjo de sua casa tem características próprias, evidenciadas nos chamados objetos biográficas. (1998, p.19)

³³ FERNANDO PESSOA. Livro do Desassossego por Bernardo Soares. 2010.

O que eu gostaria de mencionar ao trazer a citação acima é a condição de muitos imigrantes que, ao decidirem deixar seu país em busca de melhores vidas ou mesmo de segurança física ou psicológica, puderam trazer em suas malas objetos que de alguma forma fizeram parte de suas histórias, porém, os refugiados que chegam diariamente em solo brasileiro trazem como bagagem apenas a sua vida, não tendo a mínima condição de olhar para trás.

O sentido de CASA nesta pesquisa compreende o geográfico, o cultural e o afetivo. Ao questionar o refugiado sobre o que seria para ele envelhecer longe de casa, tive, em alguns casos, de esclarecer o sentido que estava conferindo a priori sobre CASA ou habitat, mas buscar compreender o sentido dado por eles próprios ao termo.

O sentido de CASA, para Bachelard, está relacionado à forma de nos relacionarmos com o nosso espaço vital, de acordo com todas as dialéticas da vida, ou seja, à forma como nos enraizamos, dia a dia, num canto do mundo:

Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos.(2008, p.24)

A refugiada M.E.S.C. relata o seu sentido de CASA:

- Sim, eu sinto aqui como “mi” casa. Sim, “pero” eu tenho que aceitar a nova vida, a nova vida, porque se ficar sempre pensando a lá, o que era melhor, o que se tinha, o que se perdeu, você vai ficar muito apavorada pensando nisso e vai ficar amargurada... As coisas têm que andar, aquilo passou...(...) Sim, “acá”, o que ficou para trás, lá está; você não pode trazer sua antiga casa para cá (risos).(...) Sim, você não pode pensar no relógio que tinha lá, as coisas, já não as tem, e não tem como viver pensando nisso. Quando avaliamos as nossas vidas, sempre estamos pensando nas coisas que temos e que não queremos perder, e um dia deixamos tudo para trás. Então, minha casa é aqui no Brasil e seria bom estar um pouco mais perto de minha igreja.

Por sua vez, a refugiada D.S. insiste que vai viver a sua velhice aqui no Brasil, e procura se distanciar em pensamento do seu país de origem. Mesmo quando sua

filha chama a sua atenção para essa atitude inconsciente de anular suas referências do país de origem como forma de proteger-se da saudade, ela acredita que esquecer é a melhor saída. Ouçamos sua fala:

- A minha velhice é aqui e assim. Passam meses que eu não penso em meu país. Eu sonho em português, é verdade, não tem como... Não tem como e nem porque eu me ligar. (...) A minha filha mais velha me diz: “Mãe, você colocou no inconsciente e fechou e isso não sai. Você fechou para não sofrer, sentir saudades”. Pode ser até (que ela esteja certa), se isso foi uma maneira de me proteger minha cabeça e poder continuar a minha vida aqui normalmente. Por que não? E se for assim (...) envelhecer, como eu não estou pensando no envelhecer, acho que fica complicado pra responder. (...) Eu estou muito bem e vou continuar muito bem também.

Na compreensão de Bachelard, a CASA exerce uma “estranha situação” quando os espaços amados nem sempre querem ficar fechados, desdobrando-se e, ao que parece, se transportando para outros lugares, para outros tempos e para planos diferentes de sonhos e lembranças.

Essa “casa” é uma espécie de casa leve que se desloca, para mim, nos sopros do tempo. Está realmente aberta ao vento de outro tempo. Dir-se-ia que ela pode acolher-se em todas as manhãs de nossa vida para nos dar confiança na vida. (2008, p.68)

A refugiada N.K.D. não deixa dúvidas quanto a fazer do Brasil a sua primeira casa.

- O Brasil é minha primeira casa, e não a segunda, verdade, aqui é minha casa, porque a minha casa lá é ex, entende? Agora não. Este é meu país, eu o respeito, respeito todos. As pessoas aqui abrem os braços para cuidar de todo mundo com amor. Meus filhos estão aqui, graças a Deus e porque meu país já morreu, já acabou, não tenho mais ninguém lá. Não apenas eu, mas todo mundo tem de respeitar o país onde está, onde mora, onde respira o ar dele, onde come, onde vou (ao hospital) quando estou doente e não adianta dizer “ah, meu país, meu país...” Ele já foi, acabou. O que mais precisa uma

peessoa - saúde, trabalho, família, o que mais? Eu peço a Deus que cuide de meus filhos... Dinheiro eu não vou levar comigo. A pessoa não precisa de muito...

Para o refugiado D.D.B.:

- Sim, eu gosto muito do Brasil, muito. Precisa saúde, sim, saúde é um problema no Brasil, mas na África tudo você tem que pagar, consulta tem que pagar, receita tem que pagar, tudo... E na África tem dinheiro, mas governo não faz coisa boa. (...)minha casa é aqui, onde moro, minha casa é especial. Se preciso sair (mudar de residência) eu não posso, porque toda gente lá tem muito respeito, homem, mulher todos me chamam "Mama". Se chego com coisa pesada e alguém me vir, pessoas vêm para me ajudar.

Para o refugiado A.M., paquistanês:

- O pastor disse: 'agora você vai embora para outro país...' E, graças a Deus, Brasil me ajudou, hoje Brasil é minha casa, eu quero ficar morrer aqui, quero ficar velho aqui. Muito abrigada Brasil, muito obrigada por ajudar minha vida e minha família.

Para o refugiado F.M.B., cubano:

- Minha casa é aqui. Depois de 32 anos de Brasil, não existe mais casa lá (Cuba), e sei que eu não estaria vivo se continuasse lá (Cuba). Aas pessoas pensam que só existe uma morada (casa), mas não, a gente constrói nossa morada de acordo com o que esperamos dela. Para mim, a doença e a velhice me deixaram mais sereno, tranquilo, e a experiência da morte, por duas vezes, me fez olhar sempre pra frente e nunca pra trás, nunca como arrependimento, nunca.

Considero uma experiência extasiante quando temos a chance de aproximar duas realidades que me parece distintas - o depoimento de um sujeito com a análise de um pensador - e nesta pesquisa foram repetidas as oportunidades desses encontros.

Este encontro está selado entre Bachelard e o refugiado maliense D.M. sobre a percepção de casa.

A casa-ninho nunca é nova. Poderíamos dizer, de um modo pedante, que ela é o lugar natural da função de habitar. *Volta-se a ela*, sonha-se voltar como o pássaro volta ao ninho, como a ovelha volta ao aprisco. Esse signo da volta marca infinitos devaneios, pois os regressos humanos acontecem de acordo com o grande ritmo da vida humana, ritmo que atravessa os anos, que luta pelo sonho contra todas as ausências. Nas imagens aproximadas do ninho e da casa repercute um componente íntimo de fidelidade. (2008, p.110)

- É possível. É isso que é preciso fazer: construir uma nova casa. Onde você mora é ali que você vive e ali está seu país. Nós amamos o Brasil, as autoridades não sabem quanto nós amamos esse país. Mas é preciso lhes oferecer a chance de produzir, (oferecer) sobretudo às mulheres. É muito triste. Você precisa ir às cadeias para entender o sofrimento dos refugiados. Muitas mulheres refugiadas estão na cadeia. Sim, você sabe, eu sou idoso, gostaria de morrer na minha terra... Eu sonho com isso. Eu gosto muito do Brasil, tenho uma esposa aqui, tenho filhos. O Brasil me deu essa oportunidade de reconstruir a vida dos meus filhos. Isso não tem preço, não posso medir todo o amor que eu tenho pelo Brasil, mas amo meu país e quero retornar à minha terra.

Considerações

Iniciei este capítulo pela exposição de reflexões de pensadores acerca da condição de velhice e do refúgio. Com base nas entrevistas com os refugiados mais velhos, discutimos as principais questões levantadas por suas perspectivas. Chamou-nos a atenção as diversas saídas que encontraram para a sobrevivência e construção de uma nova vida no Brasil. E no caso dos entrevistados velhos não percebi nenhuma nostalgia em relação ao passado, país ou cultura de origem, mas um profundo desejo de fazer do Brasil a sua CASA.

Suas reivindicações são as mesmas da maioria dos idosos pobres (que não passam pelo calvário do refúgio), ou seja, sonham com a garantia de uma

autonomia financeira para o sustento da família e com a seguridade social para uma velhice digna. Destaca-se nestes relatos uma força vital por parte de todos os entrevistados para construir uma vida envelhecendo, “pois não se desfruta de netos ou bisnetos se não se envelhece”.

E, para encerrar este capítulo, trago a conclusão de Bachelart ao citar Jules Michelet:

“A casa é a própria pessoa, sua forma e seu esforço mais imediato; eu diria, seu sofrimento. O resultado só é obtido pela pressão constantemente repetida do peito. Não há um só desses caminhos que, para firmar e conservar a curvatura do ninho, não tenha sido milhares de vezes pressionado pelo seio, pelo coração, certamente perturbando a respiração, talvez com palpitação”. (2008 p.113)³⁴.

³⁴ Jules Michelet, L’oiseau.1858.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo refleti sobre o processo de vivência da velhice de sujeitos em situação de refugio desconsiderando, na escolha dos entrevistados, a idade cronológica de sessenta anos definida pelo marco político-jurídico. Isto porque procurei privilegiar a percepção dos sujeitos acerca da velhice como uma experiência própria. No caso dos refugiados, entendi que a condição de velhice implicaria esforço de rearranjo de suas vidas fora do seu lugar de origem. Daí minha proposta de investigação do envelhecer fora de CASA. Trata-se, pois, de um processo que envolve os sujeitos com idades que dificultam a socialização através do processo de inserção num mercado de trabalho formal ou de escolarização regular.

A minha escolha recaiu sobre sujeitos em processo de envelhecimento visível em seus corpos e vivências. Daí optar por uma faixa etária mais ampla, desde os 55 anos. O objetivo foi, com base em seus depoimentos, narrar suas maneiras próprias de construção de laços afetivos com a nova morada, distante de sua terra e cultura de origem. A preocupação inicial desse estudo, particularmente, foi com as questões que envolvem a maturidade e o exercício da cidadania de refugiados.

Outro aspecto relevante desta pesquisa foi imaginar que esses refugiados trariam uma percepção do envelhecer repleto de perdas, sustentados por situações de vulnerabilidade, solidão em razão do desterro vivenciado por todos. Para a minha grande surpresa, todos os entrevistados, de maneiras distintas, trouxeram uma percepção totalmente diferente da esperada, ou seja, revelaram uma enorme capacidade de invenção e superação das condições adversas. Mais que isso, eles expressavam certo orgulho no relato de suas histórias de enfrentamento das dificuldades no percurso de refúgio e construção de novas relações junto aos seus familiares, comunidades de amigos, religiosas e de ajudas humanitárias. Foi assim que pude construir uma coletividade/subjetividade/reciprocidade entre esses refugiados, que pouco se conhecem entre si e que provavelmente já se cruzaram nos caminhos percorridos pelos refugiados na cidade de São Paulo.

O entendimento ou mesmo uma classificação da velhice para sujeitos em situação de refúgio não é clara ou exaustiva, nem de uso analítico imediato, mas é uma realidade que exprime um processo, e que, a partir dele, podemos dar início a uma discussão sobre as características do universo do envelhecer.

O objetivo principal desta pesquisa foi conhecer, dentro dos limites do tempo de pesquisa e a quantidade de sujeitos envolvidos nela, o que significa para cada um, envelhecer apartado de seu habitat de origem, de seu contexto social e cultural e, principalmente, fora de país em que nasceu e passou grande parte de sua vida. Não tive a pretensão de comparar ou mesmo de analisar o envelhecimento de refugiados e o de população de brasileiros, quer dizer, não me debrucei sobre o envelhecer populacional, mas procurei descobrir o modo singular de velhice e de envelhecimento longe de Casa.

O que de mais significativo trago como conclusão dos depoimentos deste universo formado por nove refugiados é que, diante da iminência da morte, da ruptura com os laços nativos e da necessidade de reconstruir uma vida tendo como recurso apenas a sua força, estar vivo para contar sua história é o maior prêmio que um ser humano pode conquistar. Como afirmou D.D.F., refugiada senegalesa, desde a vida, a velhice é a possibilidade de desfrutar da companhia dos filhos adultos e conviver com os netos. Afinal, como afirma Tótora (2008), envelhecer é poder estar vivo.

Os refugiados entrevistados, mesmo vivendo duplamente a invisibilidade – a de ser refugiado e a de ser velho – e as dificuldades enfrentadas no dia a dia, não tira o brilho e mesmo a esperança de estar presente nos fatos da vida, da sua vida e de seus familiares..

Poucos terão a chance de retornar aos seus países mesmo que a paz seja estabelecida. Outra parte de sua história de vida foi reescrita aqui, e não lá, o que significa dizer que, para esses refugiados, o passado já está definido, o presente está em pleno processo e o futuro é o que agrega significado ao agora e não o depois.

O envelhecimento fora de CASA é um fato enfrentado com altivez e orgulho pela maioria dos entrevistados. E a oportunidade de tornar público, neste estudo, o problema do refugiado desconhecido de grande parte dos brasileiros, e, quiçá, da maioria no mundo atual, pode contribuir para provocar um debate sobre os direitos de cidadania. O mais importante foi partilhar, através das narrativas das entrevistas, de uma concepção de vida como afirmação daquilo que eles construíram, da força de ideias, da materialidade de pensamentos, da dimensão da velhice, da maturidade e da sabedoria que deles emanam. E é esse aprendizado de vivências fortes e corajosas que gostaria de compartilhar neste estudo.

A dimensão da velhice é experimentada no momento atual de suas vidas, dos laços afetivos e sociais que estabelecem, e o modo de mobilizar seus recursos próprios. Para grande parte dos entrevistados, e arrisco a inferência de ser a realidade da maioria deles, os recursos materiais são precários e quase inexistentes.

Os refugiados idosos, tal como os idosos em geral, podem e devem ter um papel na sociedade, não de vítimas, mas de cidadãos presentes e atuantes, tanto quanto possível, enaltecendo a transmissão, aos mais novos, de valores como o respeito, o amor e o carinho, assim como a memória, as histórias, a fé, os valores e os costumes dos países de origem e de destino.

Nesta pesquisa sobre envelhecimento e refúgio confidenciarei a surpresa em falar de um assunto incomum em sua realidade, uma vez que em entrevistas anteriores a velhice nunca havia entrado em pauta.

Precisamente os assuntos que depositam no interior um silêncio profundo, transformado um dia em mal-estar, e noutro dia, em fronteira entre a vida e a morte, a saber, fatos de experiência que ameaçam a integridade física e mental, neste grupo específico - foram tratados de forma mais serena e segura.

As entrevistas tornam claro o efeito de esperança trazido nos diálogos sobre as vidas dos refugiados, ao mesmo tempo em que comportam um valor ético e político de partilha de uma identidade humana comum entre entrevistadora e entrevistados. O respeito por esta humanidade, pelas humanidades e identidades diferentes dos

refugiados, produziu um ambiente em que foi possível respirarmos sem receio. Era um voto de confiança recíproco e, assim, minha responsabilidade tornou-se ainda maior. O quadro situacional da entrevista, aliás, contribuiu para este acolhimento, uma vez que a iniciativa partiu de minha experiência profissional, dando aos potenciais entrevistados a liberdade de aceitarem ou não me receber. Todos aceitaram prontamente a minha solicitação e abriram suas casas, abriram suas almas. E me convidaram a permanecer o tempo que fosse necessário.

E com este gesto, com essa atitude de abertura, acolhimento e exposição, encerro este relato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. 2ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Estado de Sítio) 2010..

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*: Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMEG, 2007.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BACHELARD, Gaston, 1884-1962. *A poesia do espaço* / Gaston Bachelard; tradução Antônio de Pádua Danesi – 2. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2008.-(Coleção Tópicos).

BAUMAN, Zygmunt, 1925 – *Vidas desperdiçadas* / Zygmunt Bauman: tradução Carlos Alberto Medeiros. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEAUVOIR, Simone de. *A Velhice. A Realidade Incômoda*. Volume I. Tradução de Heloysa de Lima Dantas – 2ª. Edição. Difel / Difusão Editorial S.A. São Paulo – Rio de Janeiro. Vol. 1. 1992.

BENJAMIN, Walter, 1892-1940. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª. Ed. Revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v.1)

BOSI, (2003). *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2012.

BOTH, Agostinho. *Tratado de geriatria e gerontologia* / Elizabete Viana de Freitas .[et al.]. – 3ª.ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p.1750.

BOURDIEU, Pierre. Prefácio in SAYAD, Abdelmalek. *A integração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp. 1998.

CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, Elisabeth Maria Sene. *Gerontodrama: a velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade* / Elisabeth Maria Sene Costa. – São Paulo: Ágora, 1988.

CRITELLI, Dulce Mara – *História pessoal e sentido da vida historiobiografia* / Dulce Critelli. São Paulo: EDUC-FAPESP. 2012.

DEBERT, Guita Grin. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 1999.

DELEUZE, G e PARNET, C. (1987). *Dialogues*. Londres: Athlones.

DERRIDA, Jacques. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade* / Jacques [Entrevistado]; Anne Dufourmantelle, tradução de Antonio Romane; revisão técnica de Paulo Ottoni. – São Paulo: Escuta, 2003.

FAUSTO, B. *Imigração, cortes e continuidades*. In: SCHWARCZ, L.M. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, 4. Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998..

FREUD, S. *Por que a guerra?* (1933[1932]) (Einstein e Freud). In. Obras Completas de Sigmund Freud. Ed. Standard Brasileira. V. XXII. Rio de Janeiro: Imago. 1980. p.118.

HABERMAS, Jürgen. *A Inclusão do Outro: estudos de teoria política*. 2ª. ed. Trad. George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HAESBAERT, Rogério da Costa. (Rogério Haesbaert da), 1958 – *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade* / Rogério Haesbaert. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IANNI, O. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico ocidental. Introdução: tema, método e objetivo da pesquisa*. Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINELLI, M.L. *História Oral: exercício democrático da palavra*. Texto de apoio didático. São Paulo, 2012.

MARTINELLI, M.L. Maria Lúcia Martinelli (org.).- *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio* / São Paulo: Veras Editora, 1999 – (Série Núcleo de Pesquisa)

MARTINELLI, M.L., RODRIGUES, M.L. MUCHAIL, S.T. *O Uno e o Múltiplo nas relações entre áreas do saber ?* (Organizadoras) São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, José de Souza, 1938 – *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala* / José de Souza Martins. - 3a. ed., 1a. Impressão. - São Paulo: Contexto, 2012..

MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. HUCITECH, 1996.

MATHEUS, Zilda Maria. *A ideia de uma cidade hospitaleira*. In DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.

MERCADANTE, E.F. *A construção da identidade e da subjetividade do idoso*. Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, 1997.

MILL, John Stuart. *Da Liberdade*. Tradução de E. Jacy Monteiro, 1993. IBRASA: São Paulo.

PAPADEMETRIOU, Demetrios G . *A Europa e os seus imigrantes no século XXI*. Coordenação de DEMETRIOS G. PAPADEMETRIOU. Lisboa, Edição: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. 2008..

PARDAL, L. et al (2007) *Língua e Integração: representações sociais de imigrantes*, in ANÇÃ, M^a. H. (org.) Aproximações à Língua Portuguesa, Cadernos do LEIP, Coleção Temas, nº 1, Universidade de Aveiro, Aveiro. 2007.

REVUZ, Christine. *A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio*. In SIGNORINI, Inês (org) - Língua(gem) e identidade. 2006.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TEIXEIRA, J.A.C.; CORREIA, A.R. *Fragilidade social e psicologia da saúde. Um exemplo de influências do contexto sobre a saúde*. In: Análise Psicológica. V.3, n. XX. 2002

TODOROV, Tzontan, 1939. *O homem desenraizado* / Tzontan Torodov: tradução de Christina Cabo – Rio de Janeiro: Record, 1999.

TÓTORA, Silvana. *Apontamentos para uma ética do envelhecimento*. Revista Kairós, São Paulo, 11(1), jun. 2008.

VOLPE, Miriam L. *Geografias de exílio*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

WEIL, Simone. *O Enraizamento*, São Paulo, EDUSC, 2001.

ANEXO 1

Roteiro das entrevistas

- 1) Diga seu nome, sua nacionalidade e o ano em que nasceu?
- 2) Diga em que ano e como chegou ao Brasil?
- 3) Fale um pouco sobre seu país?
- 4) Fale sobre as razões que provocaram a saída de seu país?
- 5) Ao chegar ao Brasil, o que foi mais fácil e o que foi mais difícil em sua adaptação à cultura brasileira?
- 6) O que o(a) ajudou a reconstruir sua vida no Brasil?
- 7) Relate a maneira que você está vivenciado a velhice longe de seu país?
- 8) Descreva como seria envelhecer longe de CASA.

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: __/__/____ IDADE: ____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: RNE Nº _____ SEXO: M () F ()

Eu, _____ declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **ENVELHECER LONGE DE CASA**. O projeto de pesquisa será conduzido por Denise Orlandi Collus do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia da PUCSP, orientado pelo Profa. Dra. Silvana Tótora pertencente ao quadro docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/PUCSP. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação de Mestrado observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discricção. A pesquisa tem por objetivo de uma reflexão a respeito da velhice e da possibilidade de novos arranjos para idosos refugiados que vivem longe de sua terra natal. Na tentativa de obter respostas para a pergunta: como é envelhecer longe de casa? Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

São Paulo, _____ de _____ de 2014 .

 Assinatura do participante

 (assinatura)

Pesquisador Responsável
 Nome Denise Orlandi Collus
 Endereço: Rua Morgado de Mateus nº 35 apto.154 Vila Mariana
 São Paulo – Brazil CEP 04015-050 São Paulo
 Tel:(11) 5575-1208
 E-mail: nenicollus@yahoo.com.br

 (assinatura)

Orientador(a)
 Prof. (ª) Dr. (ª) Silvana Tótora
 Endereço: Rua Ministro Godoi 969 – Sala \$E-18 Perdizes
 São Paulo – Brasil CEP 05015-901
 Tel: (11) 3670-8274
E-mail: geronto@pucsp.br